Mulheres no Discurso

Women in Discourse

Volume II



Maria Fernanda Bahia
acrílico s/ cortiça, 2014

Alexandra Guedes Pinto
Vanessa Gomes Teixeira Anachoreta
Xinxin Shi
Ana Sofia Meneses-Silva
Enio José Porfirio Soares
(organizadores)

Porto
2026

Ficha Técnica

Título: Mulheres no Discurso – *Women in Discourse* (Volume II)

Organizadores: Alexandra Guedes Pinto, Vanessa Gomes Teixeira Anachoreta, Xinxin Shi, Ana Sofia Meneses-Silva, Enio José Porfirio Soares

Capa e Design Gráfico: Xinxin Shi

Imagem da Capa: © Maria Fernanda Bahia

Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto

Ano de edição: 2026

ISBN: 978-989-9370-06-7

DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2

Os textos desta publicação foram submetidos à avaliação cega dupla.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/00022/2025.
https://doi.org/10.54499/UID/00022/2025

Centro de Linguística da Universidade do Porto

fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Índice

Nota Editorial 4
Alexandra Guedes Pinto

Sujeto femenino y mercantilización del yo en la cultura digital: La escritura de Barbijaputa como espacio de indisciplina y resistencia 7
Ambra Pinello

A representação das mulheres em discursos presidenciais portugueses e brasileiros 26
Glória Reis de Oliveira
Alexandra Guedes Pinto

Pode a Timorense tomar a palavra? Um ensaio spivakiano sobre as (im)possibilidades da representação da mulher timorense 58
Joel Tiago Madeira Moreira

Injustiça epistémica na saúde do sexo feminino: O impacto de um desmerecimento histórico 71
Rafaela Queiroz de Sousa

Biografias dos autores 88

Nota Editorial

Desde a sua primeira edição, realizada em 2019 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o evento *Mulheres no Discurso* (*Women in Discourse*) adquiriu uma regularidade anual e consolidou-se como um espaço de encontro interdisciplinar dedicado ao estudo da construção da imagem, da voz e da presença das mulheres no discurso. A iniciativa surgiu no âmbito do programa da Reitoria da Universidade do Porto *E contudo elas movem-se*, criado para dar visibilidade ao contributo das mulheres para o desenvolvimento da Ciência, em contextos frequentemente marcados por obstáculos e desigualdades. Ao longo das suas várias edições, o *Mulheres no Discurso* tem reunido investigadoras e investigadores de diferentes áreas das Ciências Sociais e Humanas, nomeadamente da Linguística, Literatura, História, Ciências da Comunicação, Estudos Culturais e Artísticos, Direito e Arquitetura, em torno de uma preocupação comum: compreender de que modo os discursos constroem representações das mulheres, reproduzindo ou questionando imaginários dominantes. A diversidade de perspetivas teóricas e metodológicas que caracteriza o evento articula-se em torno de dois eixos complementares: a análise de discursos de mulheres e a análise de discursos sobre mulheres. É desta convergência que resulta o projeto editorial *Mulheres no Discurso*, cuja continuidade se concretiza neste segundo volume, reunindo quatro estudos que abordam, a partir de diferentes perspetivas, os processos de representação das mulheres e as condições que favorecem ou limitam o reconhecimento da sua voz e da sua intervenção na sociedade.

Ambra Pinello, no estudo intitulado "Sujeto femenino y mercantilización del yo en la cultura digital: La escritura de Barbijaputa como espacio de indisciplina y resistencia", analisa a produção literária e mediática da autora espanhola Barbijaputa, interrogando as relações entre feminismo, cultura digital e neoliberalismo. A partir de uma abordagem que articula os estudos literários, culturais e de género, a autora examina os mecanismos através dos quais os discursos de emancipação feminina são reconvertidos em narrativas de empoderamento individual. A análise evidencia o modo como a escrita crítica de Barbijaputa questiona esta apropriação, denunciando a persistência de desigualdades estruturais, nomeadamente na distribuição do trabalho doméstico e do tempo, e defendendo a dimensão coletiva da ação feminista.

Em "A representação das mulheres em discursos presidenciais portugueses e brasileiros", Glória Reis de Oliveira e Alexandra Guedes Pinto investigam a construção discursiva da identidade feminina no discurso político institucional. A partir de um corpus constituído por discursos presidenciais portugueses e brasileiros, as autoras analisam a

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2not

frequência e os contextos de ocorrência dos lexemas *mulher* e *homem*, procurando identificar regularidades semântico-pragmáticas na representação dos dois grupos. Os resultados revelam uma distribuição marcadamente desigual dos dois lexemas, tanto em termos quantitativos como qualitativos, bem como uma associação recorrente da mulher a domínios tradicionalmente ligados à família e à esfera doméstica, a situações de desigualdade e exclusão e a formulações de apelo à mudança. O estudo evidencia, assim, a persistência de representações assimétricas de género no discurso político institucional, mesmo em intervenções que assumem explicitamente a promoção da igualdade entre mulheres e homens como um dos seus objetivos.

Joel Tiago Madeira Moreira, no ensaio "Pode a Timorense tomar a palavra? Um ensaio spivakiano sobre as (im)possibilidades da representação da mulher timorense", examina os processos históricos e discursivos que condicionam a representação e a possibilidade de afirmação da voz das mulheres timorenses. Mobilizando o pensamento de Gayatri Spivak, em particular a distinção entre representação como encenação (*Darstellung*) e representação como delegação (*Vertretung*), o autor analisa discursos coloniais e nacionalistas que construíram a mulher timorense como objeto de representação, frequentemente privado de capacidade de intervenção na definição da sua própria identidade. A análise de fontes historiográficas e de acontecimentos associados à Guerra do Barlake permite demonstrar como diferentes discursos, apesar de orientações políticas distintas, convergem na atribuição a outros da autoridade para falar em nome das mulheres timorenses, comprometendo a sua afirmação como sujeitos de conhecimento e de ação política.

Por sua vez, Rafaela Queiroz de Sousa, no trabalho "Injustiça epistémica na saúde do sexo feminino: o impacto de um desmerecimento histórico", analisa a persistência de preconceitos de género no conhecimento e na prática médica. Com base numa revisão bibliográfica que articula contributos da história da medicina com os conceitos de injustiça epistémica testemunhal e hermenêutica, desenvolvidos por Miranda Fricker, a autora estabelece uma relação entre a histórica patologização do comportamento feminino, associada ao diagnóstico de histeria, e a atual tendência para desvalorizar ou atribuir a causas psicológicas determinados sintomas relatados pelas mulheres. O estudo destaca ainda as consequências da sub-representação do sexo feminino na investigação médica, particularmente no diagnóstico de doenças cardiovasculares e do autismo, defendendo a necessidade de rever práticas de investigação e de diagnóstico que continuam a tomar o corpo masculino como referência.

Os quatro estudos reunidos neste segundo volume de *Mulheres no Discurso* abordam contextos distintos - a cultura digital, o discurso político institucional, a história e discursos

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2not

coloniais e a prática médica -, mas convergem na análise dos mecanismos que condicionam a representação das mulheres e o reconhecimento da sua capacidade de intervenção. Se os trabalhos de Ambra Pinello e Joel Tiago Madeira Moreira refletem sobre condições em que a voz feminina é substituída por discursos produzidos em seu nome, os estudos de Glória Reis de Oliveira, Alexandra Guedes Pinto e Rafaela Queiroz de Sousa evidenciam a persistência de representações de género em contextos institucionais. No seu conjunto, os contributos sublinham a importância de uma análise crítica das práticas discursivas através das quais se constroem e reproduzem determinadas conceções sobre a identidade e o lugar das mulheres na sociedade.

Alexandra Guedes Pinto

NOTA EDITORIAL
https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2not

Sujeto femenino y mercantilización del yo en la cultura digital: La escritura de Barbijaputa como espacio de indisciplina y resistencia

Ambra Pinello
Università degli Studi di Palermo (Italia)
ambra.pinello@unipa.it

Resumo: En una época marcada por la mercantilización de la identidad y la ubicuidad de las tecnologías digitales, el estudio de las narrativas feministas en línea ofrece claves fundamentales para comprender las representaciones del sujeto femenino. En este marco, el presente trabajo se centra en la autora española Barbijaputa, cuya obra – surgida en la red y todavía poco explorada por la crítica – se ofrece como ejemplo emblemático de una escritura contestataria que problematiza las lógicas del empoderamiento individual, la performatividad y la apropiación neoliberal de los discursos críticos. Desde una perspectiva interdisciplinar, que conjuga los estudios literarios, culturales y de género, el análisis pretende mostrar cómo su proyecto literario y político abre nuevas vías para reconsiderar las formas actuales de narrar y pensar la experiencia femenina en un ecosistema digital que condiciona y redefine los discursos sobre las mujeres.
Palavras-chave: Barbijaputa; Escritura feminista; Cultura digital; Neoliberalismo; Identidad femenina.

Abstract: In an era marked by the commodification of identity and the ubiquity of digital technologies, feminist writing offers essential insights for understanding the representation of the female subject. In this context, the present article focuses on the Spanish author Barbijaputa, whose work – born online and still largely unexplored by critics – is presented as an emblematic example of a form of dissident writing that challenges the logics of individual empowerment, performativity and neoliberal appropriation of critical discourses. From an interdisciplinary perspective that combines literary, cultural and gender studies, the analysis aims to show how her literary and political project opens new possibilities for rethinking contemporary ways of narrating and understanding female experience within a digital ecosystem that conditions and reshapes discourses about women.
Keywords: Barbijaputa; Feminist writing; Digital culture; Neoliberal feminism; Female identity.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a1

> Y entonces pregunté, no sé si a mi padre o a mi madre, si había que ser siempre lo que ya se era, si siendo yo una niña no podría ser nunca un caballero, por ser una mujer. Y esto se me quedó en el alma, flotando, porque yo quería ser un caballero y quería no dejar de ser mujer, eso no; yo no quería rechazar, yo quería encontrar, no quería renegar y menos aún mi condición femenina, porque era la que se me había dado y yo la aceptaba, pero quería hacerla compatible con un caballero, y precisamente templario. (Zambrano, 2014: 717)

1. Repensar la representación femenina en la era digital: fundamentos teóricos y perspectivas de análisis

A principios del siglo XXI, la convergencia entre tecnología digital y movimientos feministas dio lugar a un campo de acción y reflexión particularmente fértil. La expansión de Internet propició la aparición de espacios de comunicación electrónicos alternativos, en los que se articularon las primeras manifestaciones del ciberfeminismo y donde las mujeres pudieron expresar su voz de forma inédita. El objetivo de dichos espacios no ha consistido únicamente en «aumentar la visibilidad de la mujer en los medios, sino también [en] elaborar las informaciones desde una perspectiva de género» (Larrondo Ureta, 2005: 376), desafiando las narrativas patriarcales hegemónicas.

Paralelamente, en el marco de los estudios feministas y mediáticos, se ha observado un importante desarrollo de las investigaciones dedicadas a analizar cómo las tecnologías digitales inciden en la representación y construcción de las identidades de género. Al tratarse de un campo interdisciplinario, las líneas de investigación han adoptado enfoques múltiples y heterogéneos: desde los estudios sobre la mujer y su representación en los medios tradicionales (Gallagher, 1981; Gallego Ayala, 1990), hasta los análisis sobre el feminismo digital (Rubio Liniers, 2003; Sampedro, 2004; Hinojosa Mellado, 2004; Núñez Puente, 2008; García Jiménez & Núñez Puente, 2008; Sanz, 2018; Martínez García, 2020; Willem, 2021; Navarro, 2022), que ponen de relieve tanto el potencial emancipador de los entornos virtuales como los riesgos de reproducción de estereotipos y desigualdades de género.

En esta evolución teórica, el trabajo de Margaret Andrews (2006) aporta una reflexión esencial al examinar las prácticas digitales desarrolladas en España para la reivindicación de nuevas formas de identidad femenina. En “Ethics, Gender and the Internet: An exploration of some Spanish feminists’ praxis”, la autora subraya la dimensión política de los nuevos espacios de la red, concebidos como territorios de resistencia y transformación sociocultural. Unos años

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a1

más tarde, en 2008, Angela McRobbie marca un punto de inflexión al advertir que la cultura postfeminista reconfigura las narrativas de emancipación femenina desde una lógica neoliberal. En *The Aftermath of Feminism: Gender, Culture and Social Change (Culture, Representation and Identity series)*, la estudiosa demuestra que, en lugar de desaparecer, las estructuras patriarcales cambian forma para responder a un discurso de autonomía y autoexplotación individual, donde la libertad se confunde con la capacidad de competir y consumir.

A partir de estas premisas, estudios recientes han evidenciado que las plataformas digitales, lejos de desactivar las jerarquías de género, tienden a reconfigurarlas bajo lógicas de visibilidad, exposición y vigilancia que reproducen – con apariencia de libertad – dinámicas de poder tradicionales (Zafra, 2019; Núñez Puente, 2022). En este contexto, resultan especialmente relevantes los dos estudios críticos propuestos, respectivamente, por Sarah Banet-Weiser y Catherine Rottenberg. En *Empowered: Popular Feminism and Popular Misogyny* (2018), Banet-Weiser sostiene que el llamado feminismo popular se ha transformado en una mercancía mediática que circula dentro del capitalismo cultural, diluyendo la potencia política del movimiento y normalizando la misoginia. Evidentemente, las mismas voces que han encontrado en internet un canal sin precedentes para su circulación global han sido, a la vez, sometidas a un proceso sistemático de cooptación neoliberal que ha absorbido y recodificado la crítica feminista, haciéndola compatible con lógicas de mercado. Tal como explica Catherine Rottenberg en *The Rise of Neoliberal Feminism* (2020), este tipo de narrativas desplaza el eje político del movimiento hacia la responsabilidad individual, reinterpretando la emancipación como una cuestión de elección personal y éxito económico. En consecuencia, dicha cooptación puede entenderse como el proceso mediante el cual los discursos críticos – en origen contrahegemónicos y subversivos – son neutralizados por el propio sistema que combaten y transformados en productos simbólicos que refuerzan las estructuras de poder. Este fenómeno implica la apropiación de ideas progresistas por parte de un mercado que aniquila el potencial emancipador del feminismo en favor de una estética del rendimiento y la mejora personal.

En el ámbito mediático, la cooptación se hace visible cuando los lemas típicos de empoderamiento se emplean como eslóganes publicitarios o estrategias de marca que promueven el consumo como vía de liberación. Así, el capitalismo neoliberal ha aprendido que la mejor táctica para neutralizar la crítica no es silenciarla, sino mercantilizarla, convertirla en contenido vendible. Las mujeres que denuncian el patriarcado, por lo tanto, encuentran

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a1

numerosos espacios virtuales donde expresarse, pero, en dichos espacios, su visibilidad se legitima únicamente a través de algoritmos y métricas de *engagement* – número de seguidores, *likes* o visualizaciones. De esta manera, la disidencia se convierte en espectáculo y el sujeto femenino, lejos de emanciparse realmente, se reconstruye conforme a los parámetros del mercado.

Frente a la cooptación de las narrativas feministas por parte de estructuras hegemónicas, el presente estudio se propone mostrar cómo la escritura polifacética de Barbijaputa, caracterizada por un tono irreverente y crítico, cuestiona abiertamente las lógicas del mercado y el discurso del empoderamiento individual, subrayando la urgencia de una resistencia feminista colectiva, consciente y situada. Considerando imprescindible la adopción de un enfoque metodológico interdisciplinar y holístico que combine el análisis literario con los estudios de género, culturales y de los medios, se busca alcanzar una comprensión más profunda de las dinámicas de poder en el ámbito digital y de las nuevas configuraciones del sujeto femenino. Sin pretensión de exhaustividad, se sugiere que la intersección entre literatura, feminismo y cultura digital ofrece claves interpretativas decisivas para repensar la autenticidad del feminismo contemporáneo frente a su integración en el imaginario neoliberal.

2. La escritura crítica de Barbijaputa como denuncia de la cooptación neoliberal del sujeto femenino

En un mundo digital dominado por discursos neoliberales que fomentan la comercialización de toda forma de expresión subjetiva (Archer, 2019), las identidades femeninas se negocian dentro de marcos que convierten la autenticidad en valor de cambio. Esto supone la existencia de un "yo" femenino auténtico y reprimido que podría liberarse mediante su representación mediática, lo que reproduce, paradójicamente, el mismo esquema de opresión que pretende superar.

La obra de Barbijaputa [1] se inscribe precisamente en esta tensión fundamental, intentando desvelar las dinámicas que condicionan la narración y representación de la subjetividad femenina. Consciente de que la construcción de la identidad femenina en las

[1] Bajo el seudónimo Barbijaputa, la autora logró mantener oculta su identidad durante años. No obstante, recientemente, en el marco de un proceso judicial del cual fue absuelta hace unos meses, salió a la luz que tras el personaje se encuentra la andaluza María Pozo Baena. La propia autora relata este proceso por presuntos delitos de odio, en el episodio de su pódcast "Crónica del juicio que nunca existió" del 6 de abril de 2025, donde denuncia la «persecución ideológica» que ha tenido que afrontar.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a1

plataformas en línea corre el riesgo de reproducir, al menos en parte, los códigos de dominación que la oprimen, la autora recurre a la ironía y a la desmitificación del discurso mediático como estrategias de resistencia simbólica, trasladando al lenguaje periodístico y literario una mirada profundamente política sobre los modos de representación y sus trampas.

Como se ha señalado en trabajos anteriores (Pinello, 2025), su firma aparece por primera vez en un blog personal y se da a conocer de forma masiva a partir de 2009 en un perfil de Twitter, donde, bajo la imagen de una Barbie con cuernos y rabo de diablesa, Barbijaputa trata aspectos concretos del feminismo y de la política actual. A lo largo de su trayectoria profesional y artística, atraviesa distintos géneros literarios y canales de comunicación: desde el periodismo – como colaboradora de revistas como *elDiario.es*, *LaMarea.com*, *PikaraMagazine.com* y *Público.es*, entre otras –, pasando por la poesía – con la publicación, en 2015, del poemario infantil *El planeta Lilaverdía* –, el ensayo – *Machismo. 8 pasos por quitárselo de encima* (2017) – y la novela – *La chica miedosa que fingía ser valiente muy mal* (2017) y *Nadie duerme* (2019) –, hasta llegar finalmente al pódcast *Radiojaputa*, su proyecto inaugurado en 2018 y hoy en día difundido a nivel internacional.

Más allá de la diversidad de formatos y registros, la coherencia del proyecto de Barbijaputa radica en una intención crítica unívoca e inquebrantable: cuestionar el sistema androcentrista y desvincularse de los estereotipos de las representaciones femeninas convencionales, intentando revelar cómo toda representación implica siempre una forma de manipulación. Su escritura, en este sentido, no se limita a describir la opresión mediática, sino que interviene activamente en ella, desvelando los mecanismos de cooptación ideológica que operan en la red.

En este sentido, tal como demuestra Kerich (2019), las tecnologías digitales han contribuido desde su origen al desarrollo de una estetización de la identidad, promoviendo una ideología que convierte el yo en una mercancía visual destinada al intercambio simbólico y económico. No se trata de prácticas malas en sí mismas, sino de la lógica que las sustenta, es decir la de la representabilidad como sinónimo de libertad, que es precisamente la que el neoliberalismo necesita para perpetuarse, generando sujetos convencidos de su autenticidad mientras reproducen sin resistencia los valores del mercado. Barbijaputa rechaza esta lógica, denunciando cómo el sistema patriarcal-capitalista ha aprendido a regenerarse mediante la cooptación semiótica de la retórica feminista, vaciándola de potencia política mientras

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a1

multiplica sus significados hasta hacerla infinitamente flexible y, por tanto, compatible con cualquier régimen de explotación.

De acuerdo con el estudio reciente de van der Merwe (2025) sobre el fenómeno de la microcelebridad y su relación con la cultura fan, podemos afirmar que cualquier narración o performance en línea encierra una autoexplotación fundamental. Esto implica que los creadores de contenido vean sus identidades corporales sustituidas por una prótesis digital, según un principio mimético que conlleva una trágica pérdida de libertad e individualidad:

> To establish these cultures and followings, the influencer enacts (or performs) a personal brand alongside their 'real' identity. The auto-exploitative actions taken in pursuit of validation and attention represent a corresponding decay of the corporeal, substituting physical presence with a digital prosthesis as individualism fades away in the face of a mimetic logic dictating its price as the loss of freedom and individuality. Individuality implies distance: a recognition of a sense of self separate from others. (van der Merwe, 2025)

Asimismo, en la red, el concepto de feminismo corre el riesgo de ser neutralizado mediante una saturación de significados que lo privan de su primaria definición política, convirtiéndose así en un significante vacío. Este proceso de vaciamiento – al que las empresas y los medios recurren sistemáticamente – responde a una lógica específica de mercantilización propia del neoliberalismo que tiende a absorber la retórica de la emancipación precisamente para contrarrestar su potencia transformadora. De este modo, el feminismo pasa a ser un instrumento de marketing (Rottenberg, 2020). En palabras de Bennett (2024):

> Neoliberal feminism's tendency to depoliticize feminist messages and commodify feminist ideals dilutes the transformative potential of feminist movements. By turning feminist symbols and slogans into marketable products, the radical roots of feminism are often stripped away, making it less effective in challenging entrenched power structures and advocating for systemic change. This commodification can lead to a superficial engagement with feminist issues, where the focus is on surface-level empowerment rather than addressing deeper, more complex forms of oppression. (p. 56)

Se produce, así, una tensión interna puesto que la diseminación de discursos de libertad e igualdad actúa como una poderosa estrategia hegemónica para diluir precisamente aquello que afirma promover (Banet-Weiser, 2018a; 2018b), funcionando como un mecanismo de cooptación más refinado que la censura directa. Barbijaputa, en su obra, se opone declaradamente a este mecanismo. En su artículo "¿Para qué el feminismo existiendo el liberalismo?", publicado en *elDiario.es* el 23 de mayo de 2016, explica cómo el neoliberalismo ha reciclado el discurso de la igualdad en una retórica meritocrática que responsabiliza a las mujeres de su propia subordinación. En sus palabras:

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a1

> […] los autoproclamados "liberales en lo económico". La incapacidad que tienen para analizar la realidad de la mayoría social es apabullante. Incapacidad de analizarla o interés en invisibilizarla. […] Esta fórmula del éxito de los neoliberales para acabar con la desigualdad de género es una trampa que ya usó el capitalismo para acabar con la lucha de clases, y que ahora sale para acallar el auge del feminismo. (Barbijaputa, 2016)

La autora subraya, así, que este tipo de discurso convierte el «éxito» en una cuestión individual, desligada de toda lectura estructural, afirmando que «nada les viene mejor a los privilegiados que el hecho de que el oprimido piense que su situación es exclusivamente culpa suya». Esta afirmación revela el núcleo de su crítica: al desplazar el conflicto hacia el terreno del consumo, la ideología del empoderamiento desactiva la carga social y crítica del feminismo. En consecuencia, la representación mediática de la mujer – incluso la que se presenta bajo el lema del feminismo – reproduce las estructuras de poder que pretende cuestionar. Desde esta perspectiva, la autora coincide con la reflexión propuesta por García-Granero Gascó (2018; 2020) sobre la influencia de la ideología neoliberal en la legitimación de las desigualdades de género. En sus palabras:

> La ideología neoliberal reduce la igualdad a una visión idealizada del intercambio mercantil, en el que agentes económicos independientes intercambian libremente mercancías equivalentes. […]. Esta visión se mantiene ciega ante la coerción y la desigualdad que realmente vertebran los intercambios en el mundo real. Se celebra la elección individual y el logro meritocrático, al tiempo que se ocultan los mecanismos estructurales e ideológicos que realmente condicionan las elecciones de las personas según su sexo. El marco axiológico neoliberal vende un discurso según el cual la promoción personal siempre dependerá de los méritos que cada persona recolecte, enmascarando tanto las diferencias en los puntos de partida como las dinámicas de opresión y discriminación que impiden el correcto reconocimiento de las personas (García-Granero Gascó, 2020, p. 216).

Puesto que el neoliberalismo reconfigura las diferencias estructurales bajo la retórica del mérito y de la responsabilidad individual, la mujer que fracasa no lo hace por hallarse atrapada en estructuras sistémicas de opresión, sino por carecer del merecimiento suficiente. La meritocracia se convierte así en un relato legitimador que niega la existencia misma de la desigualdad mientras la reproduce y perpetúa bajo nuevas formas de visibilidad.

En este marco, Alexandra Rutherford (2018), analizando la complicidad de los saberes psicológicos en la producción de la subjetividad neoliberal femenina, demuestra que, bajo el disfraz de la emancipación, muchos discursos reproducen las lógicas de individualización y auto-responsabilización (Rutherford, 2018, p. 622). En línea con su estudio, podemos afirmar que, hoy en día, tanto el discurso terapéutico como el mediático, promueven una idea de empoderamiento que es desvinculada de cualquier transformación estructural, reforzando, así, la culpabilización individual de las mujeres frente a las injusticias sistémicas.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a1

En respuesta a estos discursos, que suelen sustituir los análisis en términos de clase y de género por narrativas individualizantes descontextualizadas de la estructura social y las realidades colectivas (García-Granero Gascó, 2018), la escritura de Barbijaputa reactiva la dimensión política del feminismo y la desplaza del ámbito de la autoayuda y el consumo al de la denuncia y la acción colectiva:

> Las mujeres, siendo entre nosotras tan distintas, sufrimos experiencias similares (casi diría exactas) en nuestro día a día por el hecho de ser mujer. […]. Las mujeres, siendo tan distintas entre nosotras, hemos sabido tejer una red para protegernos entre nosotras de este sistema, el patriarcado, y de sus palmeros. Las mujeres, a pesar de diversas, hemos abrazado el feminismo porque es la única lucha que analiza y denuncia este sistema que nos aparta, que nos agrede, que permite que seamos ciudadanas de segundas. Y, siendo tan diferentes, cada vez más y más mujeres […] nos "etiquetamos" como feministas, porque bendita etiqueta, es el mejor de los escudos. (Barbijaputa, 2018a)

La autora insiste en ese concepto continuamente, denunciando la apropiación oportunista del discurso feminista por parte de la derecha política y del neoliberalismo económico tanto en sus novelas como en los episodios de su pódcast o en las columnas publicadas en la prensa digital. Un ejemplo emblemático, en este sentido, es el artículo "Están perdidos, señores. En todos los sentidos", publicado el 12 de marzo de 2018 en la sección *Zona Crítica* del periódico *elDiario.es*, donde leemos:

> No han entendido que en el feminismo las referentes son mujeres, y además son progresistas. Que el feminismo es avanzar, es evolucionar, es progresar. […]. Jamás será la ley del más fuerte que es el neoliberalismo, señores liberales. El feminismo es pelear como leonas para quitarnos los palos que el neoliberalismo y la derecha nos ha puesto siempre -y nos sigue poniendo- en las ruedas. El feminismo es luchar como vikingas contra el enemigo mientras cuidamos con delicadeza de las nuestras. Están perdidos, señores. En todos los sentidos. (Barbijaputa, 2018b)

Esta declaración articula una oposición frontal entre feminismo y neoliberalismo, desvelando la paradoja de un sistema que intenta absorber la crítica feminista bajo sus propias categorías de pensamiento. El feminismo, para Barbijaputa, no puede coexistir con la lógica de la competitividad ni con la retórica del empoderamiento individual, porque ambas reproducen la jerarquía que declaran combatir. De ahí su defensa de un feminismo colectivo, combativo y solidario, que pelea como «leonas» o «vikingas», mientras cuida «con delicadeza».

Desde esta perspectiva, su razonamiento parte de una comprensión profunda de la identidad femenina no como una esencia preexistente y unívoca, sino como una construcción discursiva y performativa, continuamente producida y reproducida por las lógicas mediáticas que la enuncian. En este contexto, la teoría de Judith Butler resulta fundamental. En *Gender Trouble* (1990), Butler plantea que el género no es una sustancia fija, sino el efecto reiterado de actos performativos que generan la ilusión de una identidad coherente y estable. En el contexto

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a1

digital, esta performatividad se intensifica y adquiere nuevas dimensiones: el sujeto femenino actúa, se representa y se reconfigura en interacción constante con los demás usuarios y con los algoritmos que median sus prácticas narrativas.

Publicar, comentar o compartir son, en este sentido, actos performativos que actualizan la identidad en el espacio virtual, haciendo visible la tensión entre autonomía simbólica y condicionamiento sistémico ejercido por las lógicas propias del medio. Barbijaputa denuncia con lucidez cómo esta performatividad digital – presentada bajo el disfraz de ejercicio de libertad y visibilidad – opera en realidad dentro de los parámetros del mercado, funcionando como un mecanismo de dominación más sutil y eficaz que las formas tradicionales de represión. En la columna "La 'cara Instagram'", firmada en *Público.es*, el 23 de septiembre de 2024, la autora evidencia la estrecha relación entre la industria estética y las redes sociales, mostrando cómo los ideales de belleza son instrumentalizados como herramientas de control simbólico: «El gigante de la industria estética, aliado con redes sociales como Instagram, es el peor enemigo del sexo femenino» (Barbijaputa, 2024a). Además, señala que: «la industria estética invierte en redes como Instagram las millonadas necesarias para que se nos muestren constantemente caras y cuerpos de mujeres [...]. La inmensa mayoría de niñas, adolescentes y mujeres no ganan nada, solo pierden: dinero, tiempo y una autopercepción sana» (Barbijaputa, 2024a). Estas observaciones revelan la dimensión estructural del fenómeno: la performatividad digital femenina – aparentemente liberadora – responde a una lógica económica y mediática que reconfigura la subjetividad femenina como un producto visual y emocional destinado al consumo, reproduciendo los dictámenes de la mirada hegemónica. Así, la exposición constante del cuerpo y la palabra no constituye sino el resultado de una manipulación: un método escurridizo de dominio simbólico y económico en el que el control se ejerce bajo la ilusión de autonomía. Por esta razón, las mujeres ya no son silenciadas, sino incitadas a hablar, a narrarse, a enseñarse; sin embargo, esta incitación a la visibilidad, presentada como conquista de libertad, responde en realidad a un diseño estructural previo que neutraliza el conflicto y desactiva toda posibilidad de disidencia. La exposición del yo femenino se convierte así en una práctica regulada, donde las experiencias narradas o las imágenes propuestas se mercantilizan y se integran al circuito del entretenimiento digital. De este modo, la subjetividad femenina es capturada en un bucle de autoexplotación que, bajo el signo de la autenticidad, refuerza las jerarquías y desigualdades que pretende subvertir.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a1

Estudios recientes sobre los medios de comunicación, de hecho, muestran cómo las mujeres creadoras de contenidos en redes sociales experimentan una forma particular de explotación donde su propio ser – sus cuerpos, sus narrativas, sus emociones – se convierte en materia prima para la acumulación de capital. Mou y Faruk (2024) señalan que, para dichas creadoras, más que para los creadores varones, el hecho de crear personas – o personajes – digitales y diferenciarse en mercados ya saturados, comporta que la frontera entre autenticidad y mercantilización se haga cada vez más imperceptible. De este modo, el *auto-branding* se convierte no solo en una herramienta de visibilidad, sino también en un mecanismo de supervivencia económica que redefine la relación entre identidad y producción simbólica. A este propósito, subrayando la dimensión de género, los dos estudiosos aclaran:

> […] women, in particular, navigate the tensions between authenticity and commercial appeal in their content creation endeavors. This intersectional analysis underscores the multifaceted challenges inherent in freelance digital branding, where creators must balance creative autonomy with market demands. (Mou & Faruk, 2024, p. 33)

Como observa Chunfeng Lin en su análisis "The Fetishized Identity Economy: Persona Capital, Staged Class, Platform Capitalism on Short-Video Platform" (2025), la identidad ya no se concibe como una expresión genuina del sujeto, sino como un producto cuidadosamente diseñado para maximizar la visibilidad y la rentabilidad dentro del ecosistema algorítmico. En palabras del autor, la identidad es «engineered rather than expressed» (Lin, 2025, p. 1), es decir, construida y programada a partir de las demandas del mercado. Por lo tanto, cualquier contenido que circula en las redes resulta ser inevitablemente filtrado por un entramado de algoritmos que plasman su producción, moldean su forma y determinan su éxito. El feminismo, en este contexto, se convierte en un género performativo más, una forma de expresión y de consumo que debe ser simultáneamente auténtica, consumible y coherente con las lógicas de la viralidad.

Frente a estas dinámicas, Barbijaputa critica la falsedad de la promesa de representación misma y, al negarse a proporcionar una imagen coherente y consumible de lo femenino, crea un espacio de ininteligibilidad que es, paradójicamente, más emancipatorio que cualquier representación "positiva" o "empoderada". En su obra, la resistencia no pasa por la afirmación de un nuevo modelo identitario, sino por la desarticulación de la maquinaria simbólica que transforma el feminismo en producto.

Desde esta perspectiva, asistimos a un cambio radical de enfoque: no se trata de mejorar la posición individual de la mujer dentro de las estructuras existentes, sino de reconocer cómo dichas estructuras son, en sí mismas, patriarcales, racializadas y de clase. La lógica neoliberal

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a1

y capitalista contemporánea toma las demandas fundamentales del feminismo, como la autonomía corporal, la autodeterminación, la igualdad de género, y las traduce al lenguaje del emprendimiento, el autocuidado y la visibilidad mediática. En este marco, la crítica de Barbijaputa adquiere una dimensión aún más clara. Si en la primera parte hemos visto cómo dicha lógica convierte la identidad – también la feminista – en un producto performativo, consumible y alineado con la economía de la visibilidad, la autora muestra cómo esta misma lógica opera también en el plano material, reforzando las viejas jerarquías y marginaciones patriarcales. Así, el vaciamiento simbólico del feminismo tiene un correlato directo en la organización económica de la vida cotidiana, donde todo lo que no resulta rentable queda sistemáticamente relegado o excluido. Un ejemplo paradigmático del sistema que la autora denuncia es la invisibilización del trabajo doméstico de las mujeres, consecuencia de unos criterios mercantilistas que solo reconocen como "trabajo" las actividades remuneradas. Esta economía política es precisamente lo que Barbijaputa cuestiona al señalar que el feminismo neoliberal se centra en promover la igualdad de oportunidades solo en los espacios del mercado laboral formal, dejando al margen a todas aquellas mujeres cuya explotación se produce fuera del espacio público. A este propósito, el artículo «El tiempo es oro, y se lo están quedando ellos», publicado el 14 de octubre de 2024 en *Público.es*, describe cómo esta invisibilización afecta la vida cotidiana de las mujeres.

A través de una escritura que combina lo testimonial con lo político, Barbijaputa demuestra en su columna cómo el sistema patriarcal construye una estructura temporal específica que beneficia al capital y a los hombres simultáneamente, mientras explota el tiempo de las mujeres. El título mismo del artículo – «El tiempo es oro» – invoca el aforismo capitalista por excelencia para inmediatamente subvertirlo: no se trata de que el tiempo sea precioso para las mujeres, sino de que «se lo están quedando ellos». Esta inversión semántica condensa toda la polémica antes mencionada: mientras que el mercado reconoce y remunera cierto trabajo – el masculino –, el trabajo que sustenta la reproducción social entera – el femenino – permanece invisible y, en cuanto tal, no remunerado.

Más adelante en el texto, la voz narrativa de Barbijaputa se sirve de un desplazamiento temporal revelador de cómo se construye la consciencia feminista. A través de una analepsis, la autora vuelve a su juventud, recordando su antigua concepción del amor romántico que ha decidido abandonar gracias al feminismo: «Ahora, andando por la calle, no pienso en fuegos artificiales, el feminismo ya me liberó de aquello. Fueron otras mujeres, efectivamente, quienes

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a1

me salvaron del mito del amor romántico, quienes me salvaron del yugo» (Barbijaputa, 2024b). Este desplazamiento temporal es crucial, puesto que muestra que la liberación no viene del consumo mediático o de la visibilidad individual, sino de la educación política colectiva entre mujeres.

Sin embargo, lo que distingue la de Barbijaputa de otras narrativas feministas es que su punto de observación no se detiene en la liberación de los mitos románticos. En su lugar, expande la mirada hacia lo que realmente observa en el espacio público, evidenciando una asimetría profunda en cómo hombres y mujeres normalmente ocupan su tiempo y en cómo narran, respectivamente, sus vidas:

> Ahora ya no escucho a los hombres. Ahora escucho a las mujeres: a las que están delante de mí en la cola de las tiendas, que tienden en sus balcones, que se cambian junto a mí en el gimnasio. Y me he dado cuenta de que los hombres hablan de sí mismos, y las mujeres hablan de todo lo que tienen que hacer por los hombres. (Barbijaputa, 2024b)

El análisis se vuelve más explícito cuando se propone la comparación entre las prácticas de fin de semana de hombres y mujeres. La descripción detallada de «un sábado cualquiera» funciona como anatomía de la estructura patriarcal:

> Es sábado por la mañana. Mientras muchas mujeres se preparan para otro día de trabajo invisible—ese que no tiene horario ni salario—, ellos se colocan sus mallas y su casco o se visten con su camiseta de su equipo de fútbol. Ellas se quedan con las niñas, las ves en la plaza, comprando sin quitarle el ojo de encima al hijo, a los hijos. Las ves en las tiendas, las ves con los carritos, las ves tender en los balcones, las ves haciendo y deshaciendo. (Barbijaputa, 2024b)

La enumeración de tareas femeninas – comprar, cuidar, tender, hacer y deshacer – no es meramente descriptiva. Mediante la anáfora «las ves», Barbijaputa enfatiza la visibilidad paradójica de este trabajo: es obvio, está omnipresente y simultáneamente es completamente invisible en las contabilidades de la economía política. Las mujeres son visibles solo como cuerpos ejecutando tareas, pero el trabajo que realizan permanece no contabilizado, no remunerado, no reconocido. La contraposición es radical: mientras las mujeres ejecutan un trabajo invisible sin horario ni salario, los hombres disfrutan de actividades de ocio: deporte, socialización en bares, tiempo libre con amigos. Y cuando Barbijaputa describe lo que los hombres hacen en la casa – «sacar la basura, colgar un cuadro, recoger a los niños de algún sitio» – señala algo crucial: estas son tareas elegidas y puntuales que se suman a una jornada laboral remunerada. La pregunta retórica – y claramente irónica – que cierra el párrafo da prueba de la lógica perversa: «¿cómo quieres que llegue el finde y no desfoguen con el deporte, las salidas, los amigos?». La respuesta implícita es que el «desahogo» masculino está

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a1

legitimado, normalizado, incluso recomendado, mientras que las mujeres no tienen derecho al descanso porque su trabajo, que nunca termina, en una óptica machista, no existe.

Esta estructura replica exactamente la injusticia de redistribución bajo el neoliberalismo: el tiempo no está equitativamente distribuido y la responsabilidad recae enteramente sobre las mujeres, quienes deben, al mismo tiempo, participar en el mercado laboral – si tienen ese privilegio – y mantener la reproducción social en su totalidad. Además, las mujeres son víctimas de lo que podría llamarse la "colonización mental" producida por esta estructura temporal, ya que cuando finalmente su cuerpo para, de noche, la mente no consigue descansar. En su lugar, se activa un bucle interminable de preocupaciones sobre el bienestar de los demás:

> Por si fuera poco, cuando estás en la cama, con las piernas que ya no te responden, tu mente parece aliarse con el sistema y activarse a pesar del agotamiento. Y te asaltan preguntas que no atendiste en la vorágine del día: ¿qué le dije al niño cuando me dijo que se aburre en inglés? ¿Se sentiría ignorada la niña cuando se quejó de que no se le da bien el psicopedagogo? ¿Estoy siendo una buena madre o una egoísta que solo piensa en lo cansada que está? (Barbijaputa, 2024b)

El trabajo mental no tiene horario ni límite; no es visible en el mercado, no es remunerado, no es reconocido como trabajo, pero es absolutamente exigido. Y más aún, genera una culpabilización psicológica perversa: si la mujer no lo realiza perfectamente – si no se preocupa constantemente, si no anticipa todas las necesidades –, es culpada de ser «egoísta» o de no ser «una buena madre». La fenomenología de esta "colonización mental" que Barbijaputa describe es particularmente relevante en el contexto actual de las *mummy bloggers* y las madres *influencers*, es decir mujeres que utilizan plataformas digitales para documentar, compartir y monetizar su experiencia de maternidad. A este propósito, Archer (2019) ofrece un análisis crítico de cómo el neoliberalismo ha transformado la maternidad en un objeto de valor comercial y – para citar sus palabras – de «playbour», es decir una combinación de juego y trabajo. Lo que Archer identifica como «playbour» constituye una extensión del trabajo mental que Barbijaputa describe: las madres blogueras no simplemente viven su maternidad, sino que la "performatizan", la documentan, la editan y la enseñan constantemente en las redes sociales. Detrás de este acto aparentemente voluntario se ocultan dinámicas complejas de precariedad laboral, vulnerabilidad emocional y colonización de la subjetividad por parte de la lógica mercantil.

Dent (2020) ha señalado, asimismo, cómo esta forma de cooptación se realiza de manera especialmente significativa en el ámbito de la maternidad y el trabajo creativo, donde las mujeres son reconocidas por su capacidad de adaptarse a las lógicas de flexibilidad y

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a1

autoexplotación. En este contexto, las madres que trabajan en industrias creativas – y, por extensión, las mujeres productoras de contenido en las redes sociales – son valoradas precisamente por su aptitud para compaginar las distintas esferas de su vida – personal, familiar y profesional. Sin embargo, este concepto socialmente aceptado encubre en realidad un proceso de intensificación ilimitada del trabajo remunerado y del no remunerado que recae de manera desproporcionada sobre ellas y que Barbijaputa conecta explícitamente con la perpetuación histórica del patriarcado y con los efectos de las lógicas neoliberales. Se trata, según la autora, de una esclavitud perpetrada durante siglos y de la que no es simple escapar, puesto que se ha transmitido a nivel intergeneracional y ha sido interiorizada por las mismas mujeres. El patriarcado y el neoliberalismo se entrelazan para apoderarse no solo del tiempo y del trabajo de las mujeres, sino también de su capacidad de estar mentalmente presentes en sus propias vidas. Además, Barbijaputa proyecta este análisis hacia el porvenir, revelando cómo la estructura presente niega la construcción de un futuro propio para las mujeres. La esperanza de descanso es constantemente frustrada: «Estamos deseando que llegue el fin de semana para descansar, o las vacaciones o el verano. Y cada finde y cada verano nos damos de bruces con la realidad» (Barbijaputa, 2024b). El sistema ha naturalizado esta frustración perpetua, ha hecho que las mujeres internalizasen que el descanso simplemente no es para ellas. Pero la conclusión del artículo radicaliza aún más esta observación: el «robo de tiempo» no es meramente una injusticia económica o una inconveniencia. Es, en palabras de Barbijaputa, un «robo de futuro»:

> El robo de nuestro tiempo por parte de los hombres no es nuevo, es tan antiguo como el patriarcado, el sistema que sustenta y perpetúa ese robo. El robo de nuestro tiempo es emocional y es económico. Al final, lo que nos están quitando es vida. Tiempo de vida para nosotras, para pensar en nosotras, para desarrollarnos, para disfrutar, para jugar, para elegir. El robo de nuestro tiempo es un robo de futuro. (Barbijaputa, 2024b)

Barbijaputa afirma que, sin la capacidad de decidir libremente sobre el propio tiempo, las mujeres quedan privadas de la posibilidad misma de una existencia autónoma. Esta conclusión dialoga de manera directa con la teoría de la justicia y con el concepto de redistribución formulado por Fraser (2006; 2009; 2015), así como con la lectura crítica que García-Granero Gascó (2018; 2020) ofrece de dichas teorías. Desde esta perspectiva, si el objetivo principal del principio de redistribución consiste en garantizar una distribución equitativa de los bienes – no solo de la renta y del empleo, sino también del tiempo libre –, resulta imprescindible una redistribución real de las cargas domésticas entre todos los miembros del núcleo familiar (García-Granero Gascó, 2018, p. 213). A través de su escritura testimonial,

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a1

Barbijaputa muestra que la ausencia de esta redistribución condena a millones de mujeres a una condición de privación temporal que les impide construir futuros propios.

Evidentemente, al verse obligada a vivir «dos jornadas: la del trabajo fuera y la del trabajo dentro» (Barbijaputa, 2024b), la mujer se convierte en víctima de una estrategia estructural del patriarcado y de su reconfiguración neoliberal. Si bien el neoliberalismo ha promovido la incorporación de las mujeres al mercado laboral y ha fomentado su participación en la economía, esta integración se ha realizado sin cuestionar ni redistribuir las responsabilidades del trabajo doméstico y de los cuidados. El resultado es, como denuncia Barbijaputa, la consolidación de una doble explotación femenina, que mantiene intacta la antigua subdivisión y jerarquización de los espacios público y privado, asignando este último casi exclusivamente a las mujeres. De este modo, el sistema perpetúa las formas de injusticia y desigualdad de género, que la autora resume con precisión lapidaria describiendo un robo aparentemente irreparable.

Sin embargo, lejos de limitarse a advertir a sus lectoras sobre los continuos intentos de manipulación de la información, la autora deja entrever una solución tangible. Como se ha anticipado antes, Barbijaputa hace hincapié en la existencia de una alternativa concreta que reside en una consciencia política colectiva y radical. La transformación no es posible a nivel individual, sino que necesita extenderse a la colectividad y fortalecerse a través de la escucha entre mujeres y de la narración compartida de experiencias. Además, su propuesta de solidaridad femenina tiene un propósito político claro: no se trata simplemente de ofrecer una validación emocional, sino de proponer una clave interpretativa clara que permita identificar el sistema como tal y demolerlo. No en vano, la autora subraya que «solo así, organizadas y con conciencia, hacemos daño al patriarcado» (Barbijaputa, 2024b). Solo mediante una organización colectiva, una educación política y una acción coordinada se podrá permitir, no simplemente a individuos aislados, sino a las mujeres como clase, recuperar el control sobre sus propias vidas, problematizando incluso la narrativa de autoafirmación y superación personal que, bajo la apariencia de progreso emancipador, oculta la continuidad de las estructuras de dominación y refuerza el imaginario neoliberal (García-Granero Gascó, 2018). La escritura de Barbijaputa nos muestra cómo la recuperación de tiempo, la redistribución equitativa de cargas de trabajo doméstico y mental y la posibilidad de construcción de un futuro donde las mujeres puedan desarrollarse libremente, no son reivindicaciones individuales, sino las demandas colectivas esenciales por una transformación urgente y radical.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a1

3. Conclusiones: claves para la redefinición de una conciencia feminista colectiva

La obra de Barbijaputa permite comprender con nitidez una de las paradojas centrales del feminismo actual: en un ecosistema digital que presenta la visibilidad como sinónimo de libertad, las mujeres se ven empujadas a participar en dinámicas de autoexposición que, lejos de emanciparlas, reproducen la lógica que McRobbie (2008) y Banet-Weiser (2018a; 2018b) identifican como base de la economía neoliberal. La autora muestra que la promesa de autenticidad que circula en la red no constituye una ruptura con el orden patriarcal, sino su reconfiguración bajo formas más sutiles de control. Su escritura desmonta así el engaño del empoderamiento individual – convertido en valor de mercado, tal como advierte Rottenberg (2020) – y evidencia cómo esta narrativa despolitiza la experiencia feminista al desplazar la desigualdad estructural hacia el terreno de la responsabilidad personal y la productividad emocional.

Las reflexiones desarrolladas a lo largo de este estudio han intentado demostrar que la performatividad digital intensifica la producción de identidades definidas por las lógicas del mercado y no por la autonomía del sujeto (Lin, 2025). Este proceso, analizado también por Zafra (2019), implica que la identidad femenina se configure en función de parámetros de consumo, exposición y recompensa simbólica. En este punto de ruptura se sitúa la crítica de Barbijaputa: al negarse a ofrecer una imagen invariable o vendible de "lo femenino", la autora interrumpe la lógica de las plataformas y crea un poderoso espacio de indisciplina que resiste la mercantilización del yo. Su proyecto literario y político no consiste en proponer un nuevo modelo identitario, sino en impugnar los dispositivos mediáticos, económicos y semióticos que pretenden regularlo, en consonancia con la lectura performativa del género formulada por Butler (1990).

Asimismo, el análisis del trabajo doméstico invisible, de la desigual redistribución del tiempo y de la colonización mental de las mujeres revela que la cooptación neoliberal no opera solo en el plano simbólico, sino también en el material. El vaciamiento discursivo del feminismo tiene correlatos cotidianos: dobles jornadas, agotamiento estructural, culpa interiorizada y ausencia de un futuro. Como subraya Fraser (2005), la justicia feminista exige repensar simultáneamente redistribución, reconocimiento y representación; sin embargo, en el sistema actual las mujeres continúan sosteniendo la reproducción social en condiciones de

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a1

invisibilidad estructural que el discurso del éxito individual no hace sino legitimar (García-Granero Gascó, 2018). Barbijaputa, en su obra, actualiza esta reflexión mostrando cómo el patriarcado-capitalista captura, a la vez, el tiempo de las mujeres y su capacidad de estar presentes en sus propias vidas. Frente a esta doble trampa – la de la representación y la de la temporalidad –, la autora ofrece una ruta de escape eminentemente política: la conformación de una conciencia feminista colectiva que identifique el sistema como tal. Oponiéndose a las narrativas individualistas del empoderamiento, Barbijaputa insiste en la potencia transformadora de la escucha entre mujeres, de la narración compartida y de la acción coordinada, recuperando así el carácter radicalmente comunitario del feminismo. Su propuesta coincide con la necesidad de reactivar el conflicto, de problematizar los eslóganes supuestamente emancipadores y de resistir la apropiación neoliberal del discurso feminista.

En conclusión, la escritura de Barbijaputa demuestra que la emancipación no puede reducirse ni a la visibilidad digital ni al consumo de identidades prefabricadas. Solo una praxis feminista situada, consciente y colectivamente articulada puede recuperar el control sobre el tiempo y la representación, y abrir la posibilidad de construir futuros donde las mujeres puedan, por fin, vivir para sí mismas y no para las estructuras que históricamente han definido sus existencias. Su obra mantiene abierto el debate y vuelve a situar el feminismo en el espacio de la transformación estructural, lejos de cualquier forma de acomodación superficial al orden dominante.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a1

Referências bibliográficas

Andrews, M. (2006). Ethics, Gender and the Internet: An exploration of some Spanish feminists' praxis. *Journal of Spanish Cultural Studies, 7*(1), 37-49.

Archer, K. (2019). Social media influencers, post-feminism and neoliberalism: How mum bloggers' 'playbour' is reshaping public relations. *Public Relations Inquiry, 8*(2), 149-166.

Ariani, R., & Syafitri, L. (2025). *Digital Feminism and the Paradox of Visibility*. *Journal of Gender & Media Studies, 12*(1), 33–52.

Banet-Weiser, S. (2018a). *Empowered: Popular Feminism and Popular Misogyny*. Duke University Press.

Banet-Weiser, S. (2018b). Postfeminism and Popular Feminism Available to Purchase. *Feminist Media Histories, 4*(2), 152–156. https://doi.org/10.1525/fmh.2018.4.2.152

Barbijaputa. (2016, 23 de mayo). ¿Para qué el feminismo existiendo el liberalismo? *elDiario.es*. https://www.eldiario.es

Barbijaputa. (2018a, 9 de marzo). Bendita etiqueta la del feminismo. *elDiario.es.* https://www.eldiario.es/opinion/zona-critica/huelga8m-barbijaputa_129_2231383.html

Barbijaputa. (2018b, 12 de marzo). Están perdidos, señores. En todos los sentidos. *elDiario.es* https://www.eldiario.es/opinion/zona-critica/ciudadanos-barbijaputa-partido-popular-8m_129_2225867.html

Barbijaputa. (2024a, 23 de septiembre). La 'cara Instagram'. *Público.es*. https://www.publico.es/opinion/columnas/cara-instagram.html

Barbijaputa. (2024b, 14 de octubre). El tiempo es oro, y se lo están quedando ellos. *Público.es*. https://www.publico.es/opinion/columnas/oro-quedando.html

Bennett, S. L. (2024). The Commodification of Feminism. A Critical Analysis of Neoliberal Feminist Discourse. *Studies in Social Science & Humanities, 3*(5), 47–57. https://www.paradigmpress.org/SSSH/article/view/1143

Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, Routledge.

Dent, S. (2020). *Mothers, Makers, and the Neoliberal Capture of Care*. Routledge.

Fraser, N. (2005). Mapping the feminist imagination: from redistribution to recognition to representation. *Constellations, 12*(3), 295-307.

Fraser, N. (2006). La justicia social en la era de la política de la identidad: Redistribución, reconocimiento y participación. En N. Fraser, & Honneth, A. (Eds.), *¿Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico* (pp. 16-88). Morata.

Fraser, N. (2009). Feminism, Capitalism and the Cunning of History. *New Left Review*, *56*, 97-117.

Fraser, N. (2015). *Fortunas del feminismo. Del capitalismo gestionado por el Estado a la crisis neoliberal*. Traficantes de Sueños.

Gallagher, M. (1981). *Unequal opportunities. The case of women and the media*. Unesco.

Gallego Ayala, J. (1990). *Mujeres de Papel. De ¡Hola! A Vogue: la prensa femenina en la actualidad*. Icaria.

García Jiménez, A.; Núñez Puente, S. (2008). Apuntes sobre la identidad virtual de género. *Feminismo/s*, *11*, 41-58.

García-Granero Gascó, M. (2018). Injusticias de género en tiempos de neoliberalismo. El planteamiento de Nancy Fraser. *Asparkia. Investigació feminista, 33*, 207-223.

García-Granero Gascó, M. (2020). El problema de la despolitización del "género" para la teoría feminista. *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales, 22*(44), 203-228.

Hinojosa Mellado, M. P. (2004). "La mujer digital: revistas femeninas en la Red". En J. M. Aguado (Coord.), *e-comunicación. Dimensiones sociales y profesionales de la comunicación en los nuevos entornos tecnológicos* (pp. 175-196). Comunicación Social.

Kerich, C. (2019). Polygonal Modeling: The Aestheticization of Identity. En *Proceedings of DiGRA 2019 Conference: Game, Play and the Emerging Ludo-Mix*. DiGRA. https://doi.org/10.26503/dl.v2019i1.1070

Larrondo Ureta, A. (2005). La Red al servicio de las mujeres. Aproximación a la relación mujer y medios de comunicación en Internet. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, *11*, 375-392.

Lin, C. (2025). The Fetishized Identity Economy: Persona Capital, Staged Class, Platform Capitalism on Short-Video Platforms. *Social Media + Society, 11*(3). https://doi.org/10.1177/20563051251353752

Martínez García, L. (2020). *Ciberfeminismo: De las teorías de género al activismo digital*. Fundamentos.

McRobbie, A. (2008). *The Aftermath of Feminism: Gender, Culture and Social Change (Culture, Representation and Identity series)*. Sage.

Navarro, C. (2022). The Use of Social Media by Spanish Feminist Organizations: Collectivity From Individualism. *Media and Communication, 10*(2). https://doi.org/10.17645/mac.v10i2.5109

Núñez Puente, S. (2008). Una exploración de la praxis feminista en España: Nuevas Tecnologías y nuevos espacios de relación desde el Ciberfeminismo. *Feminismo/s, 11,* 109-124.

Núñez Puente, S. (2022). El espacio digital en disputa: un nuevo paradigma de testimonio ético de la violencia frente a la apropiación y la misoginia. *Revista de Estudios de Juventud*, *125*, 49-56.

Pinello, A. (2025). Del papel a la pantalla: la mujer en la prensa de María Brisso y en el entorno virtual de Barbijaputa. En S. A. Anacona Becerra, E. Quintero Gallego, & J. F. Jaramillo (Eds.), *La imaginación en la era digital* (pp. 177-218). Universidad Pontificia Bolivariana.

Rottenberg, C. (2020). *The Rise of Neoliberal Feminism (Heretical Thought).* Oxford University Press.

Rubio Liniers, M. C. (2003). La imagen virtual de la mujer. De los estereotipos tradicionales al ciberfeminismo. *Feminismo/s*, *2*, 167-182.

Rutherford, A. (2018). Feminism, psychology, and the gendering of neoliberal subjectivity. From critique to disruption. *Theory & Psychology, 28*(5), 619-644. https://doi.org/10.1177/0959354318797194

Sampedro, V. (2004). Identidades mediáticas. La lógica del régimen de visibilidad contemporánea. *Sphera Pública*, *4*, 17-36.

Sanz, M. (2018). *Monstruas y centauras: Nuevos lenguajes del feminismo*. Anagrama.

Van der Merwe, D. (2025). Aura, Identity, and Celebrities in the Digital Age. *M/C Journal*, *28* (3). https://doi.org/10.5204/mcj.3153

Willem, C. (2021). Expressions of Feminism on Social Media in Spain. *Media and Communication, 9*(2).

Zafra, R. (2019). *El entusiasmo. Precariedad y trabajo creativo en la era digital*. Anagrama.

Zambrano, M. (2014). A modo de autobiografía. *Anthropos. Revista de documentación científica de la cultura*, 70-71 (1987), 69-73. En J. Moreno Sanz (Dir.), *Escritos autobiográficos, Obras completas*, VI (pp. 715-727). Galaxia Gutenberg.

A representação das mulheres em discursos presidenciais portugueses e brasileiros[1] [2]

Glória Reis de Oliveira
Museu Paraense Emílio Goeldi (Brasil/Portugal)
gloriareisoliveir@gmail.com

Alexandra Guedes Pinto
CLUP, Faculdade de Letras, Universidade do Porto (Portugal)
mapinto@letras.up.pt

Resumo: Partindo da conceção de identidade como uma construção maioritariamente discursiva (Giddens, 1991), este estudo assume que as identidades sociais e coletivas se constroem e negoceiam através de práticas discursivas historicamente situadas. Nesse sentido, a identidade não resulta apenas da autorrepresentação dos sujeitos, mas também - e de forma decisiva - dos discursos produzidos por outros sobre esses sujeitos, particularmente em contextos institucionais e de poder (Fuentes-Rodríguez, 2018; Van Dijk, 1995). Os discursos sobre as mulheres configuram, assim, marcas de uma identidade socialmente e historicamente construída (Marques et al., 2019), na medida em que contribuem para estabilizar, reproduzir ou transformar representações sociais de género. Tendo em conta o papel central do discurso institucional na legitimação dessas representações, o presente estudo tem como objetivo analisar a forma como discursos presidenciais portugueses e brasileiros participam na construção discursiva da identidade feminina, por meio das escolhas lexicais que privilegiam e dos enquadramentos semântico-pragmáticos em que essas escolhas se inscrevem. Metodologicamente, o estudo procedeu à análise das ocorrências de *mulher* e *homem* num *corpus* de discursos presidenciais disponibilizado pela Linguateca (Marques et al., 2024). A análise incide sobre a frequência de uso dos dois lexemas e sobre os respetivos cotextos de ocorrência, com o intuito de identificar padrões semântico-pragmáticos recorrentes e contrastivos. Os resultados evidenciam que o lexema *mulher* surge predominantemente associado a contextos discursivos de exclusão e minorização, a atos discursivos diretivos de incentivo à mudança, bem como a formulações ideologicamente cristalizadas, tais como a "desigualdade entre homens e mulheres" ou a "emancipação da mulher". Observa-se ainda um enquadramento recorrente da mulher em domínios temáticos ligados à família e à esfera doméstica. Considerando o discurso como uma prática social (Fairclough, 1992), estas formas de enquadramento discursivo da mulher em contextos institucionais contribuem para a reprodução e legitimação de assimetrias estruturais presentes na sociedade (Wodak, 2003). Torna-se, assim, pertinente uma reflexão crítica sobre os usos linguísticos que sustentam representações assimétricas de género, enquanto passo necessário para promover transformações sociais mais céleres e consistentes.

[1] Este trabalho é financiado por Bolsa Novos Talentos - Fundação Calouste Gulbenkian e por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00022/2020. DOI: 10.54499/UIDB/00022/2020.

[2] O texto conserva secções redigidas segundo as normas do PE e do PB, de acordo com as variedades nativas das autoras.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

Palavras-chave: Análise do Discurso; Representação da mulher; Discursos presidenciais.

Abstract: Starting from the conception of identity as a predominantly discursive construction (Giddens, 1991), this study assumes that social and collective identities are constructed and negotiated through historically situated discursive practices. In this sense, identity does not result solely from subjects' self-representations, but also - and decisively - from the discourses produced by others about those subjects, particularly in institutional and power-related contexts (Fuentes-Rodríguez, 2018; Van Dijk, 1995). Discourses about women thus constitute markers of a socially and historically constructed identity (Marques et al., 2019), insofar as they contribute to the stabilisation, reproduction or transformation of social representations of gender. Given the central role of institutional discourse in the legitimation of such representations, the present study aims to analyse how Portuguese and Brazilian presidential discourses participate in the discursive construction of female identity, through the lexical choices they privilege and the semantic-pragmatic framings in which those choices are embedded. Methodologically, the study analyses occurrences of *mulher* ('woman') and *homem* ('man') in a *corpus* of presidential speeches made available by Linguateca (Marques et al., 2024). The analysis focuses both on the frequency of use of the two lexemes and on their respective co-texts of occurrence, with the aim of identifying recurrent and contrastive semantic-pragmatic patterns. The results show that the lexeme *mulher* predominantly occurs in discursive contexts of exclusion and marginalisation, in directive speech acts encouraging change, as well as in ideologically crystallised formulations such as "inequality between men and women" or "women's emancipation". A recurrent framing of women within thematic domains related to family life and the domestic sphere is also observed. Considering discourse as a social practice (Fairclough, 1992), these forms of discursive framing of women in institutional contexts contribute to the reproduction and legitimation of structural asymmetries present in society (Wodak, 2003). A critical reflection on the linguistic uses that sustain asymmetrical gender representations therefore becomes pertinent, as a necessary step towards promoting more rapid and consistent social transformation.
Keywords: Discourse Analysis; Representation of women; Presidential speeches.

1. Introdução

Esta investigação, apresentada nas Jornadas Mulheres no Discurso, realizadas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em abril de 2025, tem como objetivo mapear e analisar as representações discursivas da imagem da mulher em discursos presidenciais portugueses e brasileiros.

A imagem, indissociável da identidade, constrói-se não apenas a partir da autorrepresentação do sujeito nos discursos que produz, mas também a partir do olhar e do discurso do outro, isto é, dos discursos produzidos sobre e para o sujeito. Neste sentido, e à luz de abordagens contemporâneas que alargam o conceito de *ethos* para além da dimensão individual, reconhecendo a sua projeção coletiva e social, os conceitos de *ethos*, nomeadamente de *ethos* coletivo (Amossy, 2021; Charaudeau, 2005; Maingueneau, 2014), de imaginário social

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

e de ideologia (Charaudeau, 2005; Van Dijk, 1995) serão objeto de análise e problematização no enquadramento teórico desta investigação.

É com base nestes pressupostos que tentaremos compreender de que modo a identidade feminina é discursivamente construída em discursos políticos proferidos por Presidentes da República portugueses e brasileiros. Interroga-se, em particular, como estes atores institucionais centrais no cenário político representam a mulher no espaço social, que tipos de contextos discursivos tendem a associar ao género feminino e em que medida essas representações reproduzem ou divergem de padrões observáveis noutros tipos de discurso.

Para alcançar os objetivos propostos, adotamos uma metodologia assente na análise linguística de discursos presidenciais disponibilizados no *corpus* AC/DC da Linguateca[3]. A análise incidiu, em particular, sobre as ocorrências dos lexemas *mulher* e *homem*, os respetivos cotextos de ocorrência e as implicações semântico-pragmáticas dessas ocorrências para a construção discursiva da identidade feminina.

Os resultados revelam uma representação da mulher predominantemente circunscrita ao domínio familiar e excluída da esfera pública e política. Paralelamente, a mulher surge frequentemente retratada como vítima, necessitando de proteção, ainda que sejam, ao mesmo tempo, formulados apelos à sua maior participação no espaço público. Mesmo nos contextos em que a mulher é objeto de valorização positiva, essas representações mantêm-se ancoradas em padrões estereotipados, privilegiando atributos tradicionalmente associados ao feminino.

Conclui-se, assim, que os discursos presidenciais parecem reproduzir padrões observáveis noutros tipos de discurso, funcionando como reflexo das imposições ideológicas que incidem sobre as mulheres na sociedade.

2. Enquadramento Teórico

2.1. O *ethos*

Entendemos identidade como uma construção maioritariamente discursiva (Giddens, 1991), que pode ser composta pelo próprio sujeito, no decurso da sua interação social através do *ethos* (Amossy, 2005; Maingueneau, 2005). O *ethos*, por sua vez, é um conjunto de atributos

[3] No centro de recursos para o processamento computacional da língua portuguesa, *Linguateca*, sob a designação de PRAbril e PRPosse, encontram-se compilados todos os discursos presidenciais de celebração do 25 Abril, desde 1977 até 2024, reconstituídos pela equipa coordenada por Maria Aldina Marques, e todos os discursos de tomada de posse dos presidentes nos cem anos da República Portuguesa (1911-2011), compilados pela investigadora Micaela Aguiar, no âmbito da sua dissertação de doutoramento https://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=DISPR. https://doi.org/10.21747/Linguateca

projetados intencionalmente pelo sujeito no seu discurso, constituindo uma imagem social e discursiva (Montero, 2012).

No seu cerne, o *ethos* é também um mecanismo fortemente ligado às estratégias persuasivas e argumentativas do falante sobre o ouvinte (Maingueneau, 2008). Segundo Charaudeau (2013, p.153), "o *ethos* é voltado ao mesmo tempo para si e para o outro. Ele é uma construção de si para que o outro adira, siga, identifique-se a este ser que supostamente é representado por um outro si-mesmo idealizado".

Assim, pode concluir-se que, embora o *ethos* se apresente como uma construção do enunciador, ele configura-se sempre em relação ao destinatário e às condições de produção da fala, no quadro de uma dinâmica discursiva. Charaudeau (1995, p. 102) designa por "*mise-en-scène*" esse carácter de encenação da comunicação, na qual os interlocutores se tornam "atores", assumem papéis e posições discursivas. Neste sentido, a construção da identidade é resultado de uma intersubjetividade (Ducrot, 1987), ancorada num contrato de comunicação entre os interlocutores, num contexto de fala específico e num contexto sócio-histórico também específico.

No que respeita à materialização linguística do *ethos*, é possível identificar um conjunto de elementos que contribuem para a sua construção discursiva, designadamente as escolhas lexicais, a seleção dos argumentos, o tipo de estrutura discursiva, bem como o ritmo e a elocução, entre outros aspetos (Antunes & Pauliukonis, 2018). Esses elementos evidenciam que o *ethos* não se limita à imagem projetada pelo enunciador, mas envolve também efeitos produzidos no destinatário, o que permite distinguir, conforme propõe Auchlin (2001), uma dimensão ilocutória e uma dimensão perlocutória do *ethos*, resultante dos efeitos do mesmo na experiência do discurso.

Em suma, a construção da imagem da mulher pode ser entendida como um processo discursivo complexo, que não se esgota na autorrepresentação produzida pelas próprias mulheres, através das escolhas linguísticas que mobilizam nos seus discursos, ainda que essas escolhas se encontrem sempre condicionadas por constrangimentos contextuais, institucionais e sócio-históricos. Para além desse plano individual, importa considerar a existência de um *ethos* coletivo, entendido como a imagem discursiva construída por outros agentes sociais sobre um determinado grupo, a partir de práticas discursivas reiteradas e socialmente legitimadas.

Neste sentido, a análise do *ethos* pode não se limitar apenas ao discurso do sujeito sobre si mesmo, mas estender-se aos discursos produzidos sobre esse sujeito ou grupo, nos quais se projetam representações, valores e expectativas socialmente partilhados. Nas palavras de

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

Charaudeau, estaríamos perante a reconstituição de um *ethos* coletivo heteroatribuído: "L'*ethos* collectif correspond à une vision globale, mais à la différence de l'*ethos* singulier, il n'est construit que par attribution apriorique, attribution d'une identité émanant d'une opinion collective vis-à-vis d'un groupe autre." (Charaudeau, 2005, p. 90).

Também Amossy (2021) propõe uma conceptualização para o *ethos* coletivo, enquanto imagem discursiva de um grupo social (ou de uma categoria) construída na e pela linguagem, que pode ser analisada com instrumentos semelhantes aos usados para o *ethos* individual. A autora distingue duas modalidades centrais nesta forma de *ethos*: um *ethos* coletivo assumido/reivindicado pelo próprio grupo, resultante de uma autorrepresentação, a partir da qual o grupo diz quem é, que valores defende, que lugar reclama e um *ethos* coletivo, atribuído por discursos alheios, resultante de um processo de heterorrepresentação, em que o grupo é descrito, avaliado e categorizado por outros. No caso específico do presente estudo, o foco incide menos sobre o discurso das mulheres acerca da sua própria identidade e mais sobre as representações discursivas da mulher tal como são construídas, a partir de fora, neste caso concreto, em discursos políticos presidenciais portugueses e brasileiros.

Amossy sublinha, ainda, que o *ethos* coletivo não é construído num único texto, mas resulta de um processo de circulação, repetição e sedimentação interdiscursiva, no interior de cadeias discursivas diversas, como os discursos políticos, mediáticos, institucionais ou educativos. A sua estabilidade relativa assenta na recorrência de fórmulas, enquadramentos e lugares-comuns que se apoiam na *doxa*, isto é, em saberes partilhados, evidências socialmente aceites e estereótipos, podendo reproduzir representações normativas ou, mesmo, contribuir para a sua reconfiguração (Amossy, 2021). A autora salienta ainda que esta construção se materializa por meio de dispositivos linguístico-discursivos variados que incluem escolhas lexicais, predicações recorrentes, esquemas argumentativos, processos de nomeação, enquadramentos temáticos, entre outros aspetos, que importará mapear nos discursos do nosso *corpus*.

1.2. O imaginário social e a ideologia

Neste enquadramento, a noção de *ethos* coletivo heteroatribuído permite compreender que a imagem social de um grupo não se constrói apenas a partir de processos discursivos individuais, mas resulta igualmente dos discursos produzidos por outros - indivíduos, instituições e instâncias de poder - sobre e para esse grupo. Esses discursos, ao circularem e se sedimentarem no espaço social, desempenham um papel central na configuração das

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

representações coletivas (Fuentes-Rodríguez, 2018; Van Dijk, 1995), sobretudo se considerarmos o caráter intersubjetivo da linguagem. Deste modo, a articulação com os conceitos de imaginário social e de ideologia torna-se fundamental, uma vez que permite compreender que a identidade da mulher não resulta somente das suas próprias escolhas discursivas, mas de uma rede de significações mais complexa.

Primeiramente, o imaginário social nasce numa realidade sem significado, dado que "a realidade nela mesma existe, mas não significa" (Charaudeau, 2013, p. 203). Cada acontecimento requer a idealização de uma representação, isto é, requer interpretação (Correia, 2007). Neste sentido, a interpretação da realidade não pode ser concebida como um processo estritamente individual, mas como um fenómeno socialmente partilhado. É nesta perspetiva que Charaudeau (2013, p. 203) sublinha que "a significação da realidade procede de uma dupla relação: a relação que o homem mantém com a realidade por meio da sua experiência, e a que estabelece com os outros para alcançar o consenso de significação". Deste modo, a interpretação da realidade constrói-se num contexto de interação social, dependendo da negociação de sentidos entre os sujeitos e das representações coletivamente partilhadas.

É precisamente neste quadro de construção intersubjetiva do sentido que se inscreve a noção de "imaginário social", entendida como o conjunto de representações, crenças e evidências partilhadas que orientam a interpretação da realidade e a ação social. Charaudeau (2013, p. 205) clarifica que esses imaginários nem sempre são plenamente conscientes e que "podem ser racionalizados por discursos-textos que circulam nas instituições (escolas, constituições de Estados, religiões, justiça, etc.)". Deste modo, torna-se possível compreender o papel das instituições de poder como agentes centrais na produção, legitimação e difusão de imaginários sociais, através dos discursos que produzem e fazem circular.

Neste mesmo enquadramento teórico, torna-se relevante articular a noção de imaginário social com o conceito de ideologia, tal como desenvolvido por Van Dijk (1995, 1998). Para este autor, as ideologias correspondem a sistemas de crenças socialmente partilhadas por grupos, que organizam o conhecimento, as atitudes e as representações sociais, funcionando como uma base cognitiva para a interpretação da realidade social. Enquanto estruturas relativamente estáveis, as ideologias orientam a produção e a interpretação dos discursos, influenciando os imaginários sociais.

Como construções coletivas que organizam sistemas de crenças partilhadas e estabelecem critérios de pertença social, as ideologias contribuem também para a definição de critérios de inclusão e exclusão dos indivíduos em determinados grupos (Correia, 2007;

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

Montero, 2012). Esses mecanismos não operam de forma abstrata, mas manifestam-se discursivamente através da categorização e da atribuição de lugares sociais aos sujeitos, processo no qual se configuram identidades sociais. Neste sentido, a identidade emerge como um efeito discursivo das ideologias, na medida em que os sujeitos são valorizados, hierarquizados ou marginalizados com base nas representações que sobre eles circulam no espaço social. É por essa razão que o conceito de identidade se revela central para a análise do discurso, enquanto lugar privilegiado de observação da materialização ideológica. É neste enquadramento que Fuentes-Rodríguez (2018) sublinha que o discurso constitui uma ferramenta metodológica que permite articular ideologia, meios de transmissão, história e propaganda, possibilitando o estudo das formas como as crenças ideológicas se inscrevem em práticas discursivas concretas.

Para concluir, compreendemos que nem o imaginário social nem as ideologias são construções neutras ou espontâneas, antes, elas são produzidas e reproduzidas por discursos que circulam socialmente, por exemplo, por meio das instituições. Esses discursos moldam a perceção da realidade, constroem identidades e estabelecem fronteiras simbólicas de pertença.

Assim, os discursos das mulheres e sobre as mulheres são "marcas de uma identidade social e historicamente construída" (Marques et al, 2019, p.74), já que o papel dos discursos é central na edificação das ideologias, pois é por meio deles que se sustentam crenças, se naturalizam representações e se delineiam os contornos do imaginário social.

1.3. A representação da mulher

Esta secção não tem como objetivo oferecer uma síntese universal da representação discursiva da mulher, tarefa que não seria, aliás, possível porque, como vimos, o imaginário social está interligado ao contexto de produção e, por isso, a construção da identidade da mulher pode variar de maneira diatópica, diastrática ou até diafásica. Como destaca Vieira (2005, p. 234):

> verificamos que é uma inverdade o pensamento freqüente de que a identidade feminina é completa e total. Em cada domínio da vida encontram-se diferentes matizes de sua identidade, cuja plenitude e completude não estarão em nenhum deles. A identidade da mulher é por natureza heterogênea e não se constitui plenamente, mesmo que a reunião de todos os domínios vividos por ela fosse possível. Além disso, a identidade é um processo contínuo e as características identitárias de ontem não constituirão exatamente a identidade de hoje.

Deste modo, a presente secção propõe-se mapear alguns estudos que, à semelhança do presente trabalho, se debruçaram sobre a representação da mulher em diferentes tipos de

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

discurso em diferentes tempos históricos. As representações aqui abordadas são mobilizadas exclusivamente na medida em que contribuem para a discussão desenvolvida na presente pesquisa, permitindo situar o estudo num quadro de investigação mais amplo. Importa ainda sublinhar que as reflexões apresentadas incidem sobretudo sobre o contexto do mundo ocidental, atendendo ao enquadramento socio-histórico da literatura revista.

Não é surpresa que a mulher esteja restrita a determinados cenários e isto pode ser notado em diversas fases da história. No discurso bíblico, por exemplo, a mulher é vista como hierarquicamente inferior ao homem, tendo que se submeter não só à autoridade de Deus, mas também à do marido (dos Santos et al., 2016). Tal como defendem diversos autores, o discurso religioso parece manter-se a base para muitos dos discursos atuais em diversas esferas.

Explorando o discurso de livros didáticos de história, por exemplo, Carvalho Silveira (2017, p. 105) nota "em alguns autores a tendência a manter a discussão acerca da condição feminina no campo ideológico, utilizando o discurso clerical ocidental e o religioso como referência". Nestas obras, a autora refere ainda que, muitas vezes, as mulheres não são sequer mencionadas nos textos centrais, surgindo apenas em materiais complementares, o que contribui para reforçar o seu afastamento dos acontecimentos históricos.

Resultados convergentes são igualmente identificados noutros contextos discursivos e períodos históricos. Um estudo sobre a representação da mulher em revistas publicadas durante o Estado Novo, o período de ditadura vigente em Portugal entre 1933 e 1974, concluiu que a imprensa tende a associar a mulher a domínios como a "economia doméstica, a educação dos filhos, a poupança ou o casamento" (Marques et al., 2019, p. 79). Acresce que a exclusão do chamado "mundo masculino" é particularmente evidente, uma vez que, em revistas dedicadas às questões coloniais, a presença feminina é praticamente inexistente (ibidem, p. 84).

Esta recorrência de enquadramentos restritivos da mulher estende-se igualmente ao discurso político, confirmando a transversalidade desses padrões representacionais. No discurso político institucional, por exemplo, Ribeiro (2019) demonstra que, em discursos presidenciais de comemoração do Dia Internacional da Mulher no Brasil, "independentemente do espectro político no qual cada presidente está inserido, ainda há dificuldade em discutir, na esfera pública, a desigualdade de género" (p. 71). Nestes discursos, as mulheres surgem, uma vez mais, predominantemente associadas à esfera doméstica e aos papéis de mãe e cuidadora. A autora sublinha, ainda assim, diferenças relevantes entre os estilos discursivos presidenciais analisados: enquanto os discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro tendem a apagar a presença das mulheres na esfera política e revelam forte influência de princípios religiosos, os discursos da ex-

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

presidente Dilma Rousseff destacam explicitamente as desigualdades de género e questionam os estereótipos tradicionalmente associados às mulheres (Ribeiro, 2019).

Em contextos discursivos mais recentes, associados à crescente presença das mulheres no mercado de trabalho, observam-se reconfigurações destas representações, sem que tal implique necessariamente a sua superação. Estudos sobre o discurso económico e empresarial mostram que, em publicações como a revista *Exame*[4], atributos tradicionalmente associados ao feminino são "instrumentalizados", sendo apresentados como recursos ao serviço do desempenho organizacional (Diniz, 2012, p. 137). Características como paciência, compreensão, solidariedade, atenção e intuição (Vieira, 2005) passam, assim, a ser valorizadas e associadas à presença feminina no espaço de trabalho, num enquadramento que, embora aparentemente positivo, tende a reforçar estereótipos de género e a objetificar a mulher, ao reduzi-la a um conjunto de qualidades funcionalizadas para fins produtivos.

Em suma, em diferentes tipos de discurso - político, mediático, didático ou religioso -, a mulher tende a ser representada de forma recorrente em associação à esfera doméstica e familiar, à dependência e à submissão, inserida numa construção histórico-cultural marcada por matrizes moralistas e religiosas. Ainda que, em discursos mais recentes, associados a contextos socioeconómicos contemporâneos, se observe uma maior visibilidade da mulher no espaço do trabalho, tal presença é frequentemente acompanhada por uma reconfiguração funcional dos estereótipos de género. Nestes discursos, a mulher surge como portadora de atributos tradicionalmente femininos, valorizados enquanto fatores de harmonia e eficiência no contexto laboral, mas que, longe de subverterem as representações dominantes, contribuem para a sua reinscrição sob novas formas, mantendo a lógica estereotipada que estrutura a construção discursiva do feminino.

2. Objetivos e hipótese

O objetivo principal deste trabalho é analisar as estruturas linguísticas que sustentam a representação da mulher em discursos políticos presidenciais portugueses e brasileiros, bem como verificar em que medida as ideologias sobre as mulheres, identificadas em estudos realizados noutros tipos e géneros discursivos, se confirmam ou se reconfiguram neste *corpus*.

[4] Revista dedicada à divulgação de notícias da área de carreira, negócios e economia. É relevante destacar que a revista *Exame* também é editada em Portugal, porém Diniz (2012) inclui no seu *corpus* apenas textos das edições brasileiras da revista.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

Parte-se da hipótese de que os discursos analisados tenderão a refletir as ideologias dominantes previamente descritas, uma vez que os representantes do Estado integram e reproduzem o sistema que as legitima. Não obstante, admite-se igualmente a possibilidade de que, em virtude da sua posição institucional, os presidentes mobilizem nos seus discursos perspetivas mais progressistas, suscetíveis de questionar ou reconfigurar essas ideologias.

3. Metodologia

Metodologicamente, constituímos um *corpus* para ser o alvo da nossa análise. Para a angariação dos dados, utilizamos o recurso AC/DC (acesso a corpos/disponibilização de corpos) do projeto Linguateca [5], selecionando os *corpora* que incluem: (1) todos os discursos presidenciais de tomada de posse brasileiros e portugueses desde a Implantação da República em cada um dos países e (2) todos os discursos presidenciais de comemoração da revolução do 25 de Abril em Portugal.

Através do mecanismo de busca do AC/DC, procuramos pelos lexemas 'mulher' e 'homem' em todos os discursos disponíveis e registamos as frases com os lexemas em um ficheiro Excel. Os códigos utilizados na busca foram os seguintes: [lema="mulher"] e [lema="homem"].

O *corpus* ficou concluído com discursos de 31 presidentes feitos no intervalo de tempo de 1889 a 2024. Cabe destacar que a proclamação da República no Brasil ocorreu em 1889, enquanto em Portugal tomou lugar em 1910, o que justifica estas datas. Os discursos de comemoração do 25 de Abril, por outro lado, só aparecem no *corpus* a partir de 1975, em virtude da revolução do 25 de Abril ter sucedido em 1974.

Depois da composição do *corpus*, iniciamos a análise de forma quantitativa, contabilizando o número de ocorrência desses lexemas. Comparamos a frequência de 'homem' e 'mulher', mas também contabilizamos a presença do lexema 'mulher' de acordo com o presidente. Em seguida, foram estudadas as ocorrências de 'homem' no que tange a sua configuração semântica para entender se se tratava de 'homem' como sinônimo de 'ser humano do gênero masculino' ou 'homem' como 'representante da espécie humana' - o chamado masculino genérico.

Por último, investigamos os lexemas 'mulher' em relação ao seu cotexto de ocorrência, procurando identificar padrões semântico–pragmáticos. É pertinente mencionar que a análise

[5] https://www.linguateca.pt/

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

foi realizada somente nas frases onde o lexema ‘mulher’ apareceu sozinho, sem contar as expressões ‘homens e mulheres’, dado o objetivo de explorar a caracterização da mulher de forma individual. Com esta partição, sobraram 31 ocorrências para serem qualitativamente estudadas. Para terminar, esclarece-se que o *corpus*, na sua totalidade, se encontra na seção de ‘anexos’ deste trabalho.

Importa esclarecer que o presente estudo assume uma orientação linguístico-discursiva e não histórico-sociológica. Assim, embora reconheçamos que os discursos analisados se inscrevem em momentos históricos, espaços geográficos e conjunturas político-institucionais distintos e que uma perspetivação histórica dos discursos e dos seus contextos seria enriquecedora, o objetivo central deste estudo não é proceder a uma reconstituição histórica da evolução dos costumes, das políticas de género ou dos contextos presidenciais em Portugal e no Brasil. A análise incide antes sobre os padrões lexicais, cotextuais e semântico-pragmáticos associados aos lexemas em estudo, procurando identificar recorrências discursivas e áreas temáticas que emergem dos próprios dados. A existência de convergências temáticas em contextos historicamente e geograficamente diferenciados é entendida como um resultado discursivamente relevante, ainda que careça de aprofundamento histórico em investigação futura.

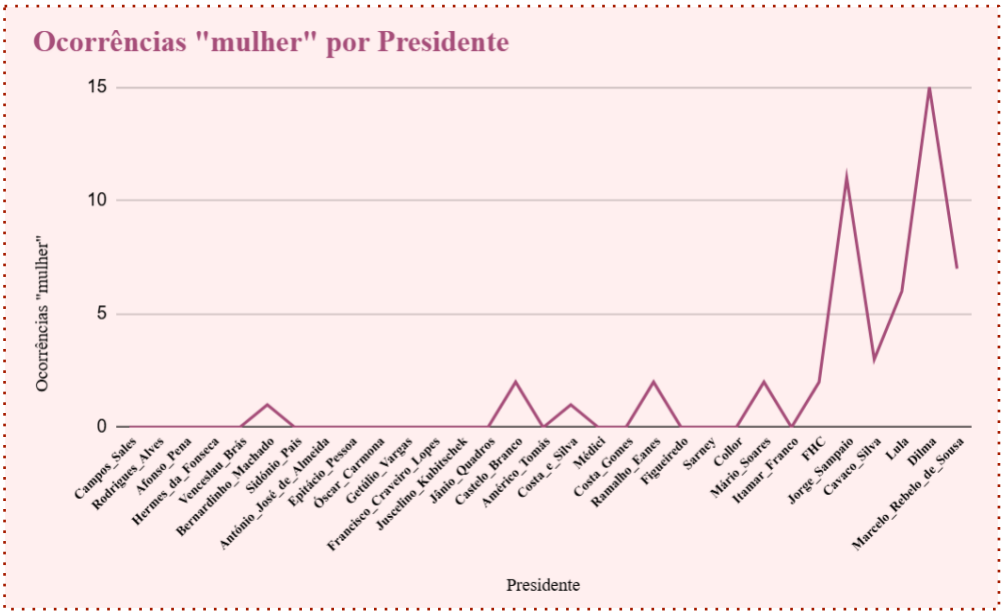
4. Resultados e Discussão

A análise do *corpus* revelou que, na totalidade dos discursos, o lexema ‘homem’ aparece 171 vezes, enquanto ‘mulher’ surge 52 vezes. Essa inferioridade numérica vem a par do facto de que cerca de metade (44%) das ocorrências de ‘mulher’ aparece em construções como ‘homens e mulheres’, o que significa que ‘mulher’ só é posto em foco 29 vezes.

Ainda, numa avaliação diacrônica, foi identificado um aumento do uso do lexema ‘mulher’ nos discursos presidenciais, tendo um pico no número de ocorrências com a ex-presidente brasileira Dilma Rousseff, como podemos ver no gráfico 1. Contudo, não conseguimos deixar de perceber a ausência total do lexema ‘mulher’ nos discursos de 11 presidentes.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

Gráfico 1 - Ocorrências de ‘mulher’ por presidente



(Fonte: Autoras)

Ao estudarmos as ocorrências de ‘homem’, constatamos que este lexema apresentou dois significados, não só o de ‘pessoa do gênero masculino’, mas também o de ‘ser humano’. Este tipo de uso linguístico no português é chamado de masculino genérico e, efetivamente, 83 das 171 ocorrências de ‘homem’ no *corpus* carregam o valor semântico de ‘ser humano’ ou ‘humanidade’. Por exemplo, em (1), ‘homens’ representa as pessoas do género masculino do exército português que lutaram na Revolução de Abril, enquanto em (2) ‘homens’ faz referência a todos os cidadãos, do género masculino e feminino:

1) PRAbril-Jorge_Sampaio-1996-5[6]: É a esses, sobretudo, que importa relembrar o exemplo desses **homens** que, mal equipados e em número reduzido, tiveram a coragem de arriscar tudo em nome da Liberdade .
2) BrPoli-Itamar_Franco-1992-10: Se o Estado não servir para promover a paz, a justiça e o bem-estar entre os **homens**, para que servirá ?

Apesar de a aceção de ‘homem’ como representante da humanidade estar amplamente atestada e estabilizada, alguns autores criticam a utilização do masculino genérico pela sua natureza sexista. Barreno (1985), por exemplo, nomeia estes casos de ‘falso-neutro’ e

[6]A codificação dos excertos segue o padrão de 1. nome do *corpus*, 2. nome do presidente enunciador, 3. ano de enunciação do discurso, 4. número do excerto por ordem de enunciação

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

Abranches (2007) de ‘pseudo-genéricos’. De acordo com estas e outras autoras, o uso recorrente dessas construções genéricas contribui para uma ocultação da mulher, além de estabelecer o homem como representante da espécie (Michard, 1991). Acerca disso, Abranches (2007, p.77) afirma:

> Um uso tão generalizado, e tão automatizado, que constitui sem dúvida um dos mais fortes e persistentes mecanismos de discriminação simbólica e ideológica das mulheres – em face dos homens, seres humanos absolutos, elas não passam de seres humanos relativos, no duplo sentido de humanos dependentes e de humanos de um outro tipo.

Seguindo adiante, a análise do cotexto dos 31 lexemas ‘mulher’, como foi explicado na seção da metodologia, nos permitiu chegar a algumas considerações. As frases revelam que a mulher, retratada como sujeito passivo, ainda surge em contextos discursivos de exclusão e minoria, na enumeração de grupos marginalizados e muitas vezes acompanhadas de “chavões” ideológicos como “desigualdade/discriminação entre homens e mulheres”, “igualdade de direitos da mulher” ou “emancipação da mulher”, como nos seguintes exemplos:

3) PRPosse-Marcelo_Rebelo_de_Sousa-2016-78: Da **mulher** que espera ver mais reconhecido o seu papel num mundo ainda tão **desigual** .
4) PRAbril-Jorge_Sampaio-1999-10: O 25 de Abril é o gesto de toda uma geração, que, por exemplo, das fábricas às universidades, dos campos do Alentejo aos movimentos de libertação, das batalhas dos intelectuais aos percursos pela **emancipação da mulher** e pela igualdade de oportunidades, geração que, dizia, em seu nome e no de todos os que antes de si ousaram lutar, tornou inviável a sustentação da ditadura .
5) PRAbril-Jorge_Sampaio-1999-30: Melhorou a prestação dos serviços primários de saúde, alargou-se o leque de beneficiários dos sistemas de protecção social, intensificou-se o processo de escolarização, nomeadamente no ensino básico e universitário, criaram-se equipamentos e infra-estruturas que melhoraram as condições de vida de muitos portugueses, aprovou-se legislação laboral impeditiva de abusos e arbítrios, eliminaram-se **os obstáculos mais flagrantes a uma igualdade de direitos das mulheres**; descentralizaram-se muitos serviços; consolidou-se o poder local democrático .
6) BrPoli-FHC-1999-44: Onde ainda são **desrespeitados os direitos básicos** das crianças e **das mulheres**, dos negros e dos índios .

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

Permanecendo com esta mesma temática de desigualdade, a mulher surge enquadrada em atos discursivos diretivos de incentivo à mudança ou de crítica face a uma realidade injusta, como mostram os exemplos:

7) PRAbril-Marcelo_Rebelo_de_Sousa-2016-23: **Tem de ir mais longe quanto à mulher na política e na chefia administrativa**, ao jovem na sucessão geracional, ao emigrante e ao imigrante na vivência cívica .
8) BrPoli-FHC-1995-116: 1 **Às mulheres**, que são a maioria do nosso povo e às quais **o País deve respeito oportunidades de educação e de trabalho** .
9) BrPoli-Lula-2007-156: Por isso **cresce a participação** das **mulheres** na vida econômica, social e política do país .
10) PRAbril-Cavaco_Silva-2008-17: No que respeita a um conjunto genérico de medidas destinadas a melhorar a qualidade do sistema democrático, **os portugueses são particularmente favoráveis à presença das mulheres na vida política**, à criação de novos mecanismos de participação e à maior personalização do sistema eleitoral .
11) PRAbril-Marcelo_Rebelo_de_Sousa-2023-18: Ansiava-se e **anseia-se** por mais crescimento, por mais igualdade, por mais justiça social, por melhor educação, por melhor saúde, por melhor habitação, por melhor solidariedade social, por mais ambiente, visão intergeracional, **papel da mulher**, desempenho de jovens e de setores excluídos ou ignorados da sociedade, por menor pobreza e falta de coesão social e territorial, esse flagelo que, infelizmente, marcou todos os períodos, mesmo os períodos de maior expansão dos últimos 50 anos .

Na maioria das ocorrências, a mulher é retratada como sujeito passivo, enquadrada em temáticas ligadas à família, natalidade ou sendo apresentada como uma vítima que precisa de amparo:

12) PRPosse-Jorge_Sampaio-1996-64: Estou consciente das múltiplas questões que afetam essas **famílias**, e não posso deixar de manifestar a minha preocupação sobre todas as formas de **violência familiar**, de que as **mulheres** e as crianças são, tantas vezes, as principais vítimas .
13) BrPoli-Dilma-2011-93: Mas **mulher** não é só coragem, é carinho também; carinho que dedico à minha **filha** e ao meu neto, carinho com que abraço a minha **mãe**, que me acompanha e me abençoa .

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

14) PRPosse-Bernardino_Machado-1915-6: Orgulhosos de o merecermos, com o pensamento em todos os nossos concidadãos de aquém e de além-mar, sobretudo naqueles que **mais necessitam do carinho e amparo governativo -- o povo, a mulher e a criança** -- conclamemos, com fé ardente, inextinguível, o verbo sagrado que resume esperançosamente os mais nobres anelos da alma nacional .
15) BrPoli-FHC-1999-44: Onde ainda **são desrespeitados** os **direitos básicos** das crianças e **das mulheres**, dos negros e dos índios .

Por último, a mulher surge frequentemente associada a adjetivos e nomes de polaridade positiva; contudo, essa valorização não corresponde, necessariamente, a um reconhecimento pleno da sua agência social, uma vez que os atributos elogiados tendem a alinhar-se com características estereotipadamente femininas. Dessa forma, os elogios contribuem para a reprodução de representações convencionais de género, mais do que para a sua problematização. Nos exemplos que destacamos abaixo encontramos algumas qualificações que fogem das representações mais convencionais associadas à mulher nestes discursos. Todavia, é válido realçar que os primeiros dois excertos provêm de discursos de Dilma Roussef, que apresenta um padrão divergente, tanto em termos quantitativos como qualitativos, do detetado nos seus congéneres (veja-se o número de ocorrências do lexema 'mulher' no conjunto dos seus discursos, representados no gráfico acima), e o último exemplo foi retirado de um discurso de Mário Soares, referindo-se a um momento do texto em que este presidente tece uma homenagem a uma mulher específica da história da política portuguesa, Natália Correia:

16) BrPoli-Dilma-2011-3: Para assumi-la, tenho comigo a **força** e o exemplo da mulher brasileira .
17) BrPoli-Dilma-2014-14: O nome de milhões de mulheres **guerreiras**, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação .
18) PRAbril-Mário_Soares-1993-31: Uma grande escritora -- mulher **livre** -- que defendeu, como poetisa e como deputada, os valores da cultura, cantou esse dia em versos que estão na nossa memória .

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

5. Conclusão

Em suma, a identidade feminina constitui-se não apenas a partir da projeção do *ethos* da própria mulher, mas sobretudo a partir do olhar do outro sobre ela, isto é, dos discursos que a representam, categorizam e avaliam (Vieira, 2005). Nesse sentido, o contexto social revela-se determinante na construção das representações da mulher. Considerando que os discursos moldam a nossa conceção da realidade (Giddens, 1991), aqueles que circulam nos *media*, na esfera política e noutros domínios institucionais exercem um impacto significativo na configuração da identidade social das mulheres.

A análise dos discursos presidenciais evidencia a persistência de uma imagem feminina confinada a determinados contextos, nomeadamente ao espaço familiar, em detrimento de outros, como a esfera pública e política. A mulher surge frequentemente associada às responsabilidades domésticas e familiares, sendo a sua participação na vida pública implicitamente desvalorizada ou apresentada como potencialmente prejudicial ao equilíbrio familiar, tal como assinalam Miguel e Biroli (2014, p. 7).

Paralelamente, a mulher é enquadrada em cenários discursivos marcados pela vulnerabilidade e pela vitimização, sendo representada como um sujeito que necessita de proteção ou amparo. Este enquadramento coexiste com atos discursivos diretivos que apelam à necessidade de transformação deste estado de coisas, incentivando a uma maior participação feminina na vida pública e política, em consonância com a hipótese inicialmente formulada. Nesse sentido, a representação e o reconhecimento, nestes discursos, dos dois lados do Atlântico e ao longo de várias décadas, da mulher como vítima, sujeito vulnerável ou membro de grupos socialmente desfavorecidos funcionam também como mecanismo de denúncia das desigualdades e de mobilização para a mudança social. Contudo, a recorrência desse reconhecimento não parece ter sido suficiente para produzir transformações rápidas e consistentes. A permanência destes enquadramentos revela, assim, a persistência de assimetrias estruturais que o discurso simultaneamente torna visíveis e, em certos casos, continua a reinscrever.

A análise revela ainda que, mesmo nos casos em que a mulher é objeto de elogio, essas avaliações tendem a inscrever-se numa matriz ideológica estereotipada, valorizando atributos tradicionalmente associados ao feminino. Assim, os elogios não configuram, em geral, uma rutura com os modelos convencionais de género, antes contribuem para a sua reprodução.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

Deste modo, verifica-se que os discursos presidenciais analisados repercutem, em larga medida, os mesmos padrões de representação da mulher identificados noutros géneros discursivos abordados no presente trabalho. Sendo o discurso uma prática social (Fairclough, 1992), a forma como a mulher é discursivamente enquadrada em contextos institucionais não apenas reflete, mas também reforça assimetrias estruturais presentes na sociedade (Wodak, 2003).

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

Referências bibliográficas

Abranches, G. (2007). Ler a linguagem: breves notas sobre desproporções e dissemelhanças, pseudo-genéricos e a igualdade entre os sexos. *Caderno SACAUSEF*, *3*, 77-81.

Amossy, R. (Org.). (2005). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos* (2ª ed.). Contexto.

Amossy, R. (2021). Qu'est-ce que l'ethos collectif? In R. Amossy & P. Charaudeau (Eds.), *Ethos collectif et identités sociales* (pp. 21–51). Classiques Garnier.

Antunes, C. S., & Pauliukonis, M. A. L. (2018). *Ethos: A construção da imagem de si. Confluência*, *55*, 284–298. https://doi.org/10.18364/rc.v1i55.259

Auchlin, A. (2001). Ethos e experiência do discurso: algumas observações. In H. Mari, I. L. Machado, & R. de Mello (Orgs.), *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG.

Barreno, M. I. (1985). *O falso neutro*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Charaudeau, P. (1995). Une analyse sémiolinguistique du discours. *Langages*, *117*, 96-111.

Charaudeau, P. (2005). *Le discours politique : Les masques du pouvoir.* Vuibert.

Charaudeau, P. (2009). *Linguagem e discurso: modos de organização* (Â. M. S. Corrêa & I. L. Machado, Trads.; 1ª ed.). Contexto.

Charaudeau, P. (2013). *O discurso político* (F. Komesu & D. F. da Cruz, Trads.; 2ª ed.). Contexto.

Correia, J. C. (2007). *Análise do discurso: a representação da mulher brasileira nos media*. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.

Carvalho Silveira, M. (2017). A representação da mulher medieval nos livos didáticos: uma visão comparativa. *Revista de História Comparada*, *11*(2), 80-107.

Diniz, A. P. R. (2012). *Mulheres gerenciáveis?: uma análise dos discursos sobre as mulheres na revista Exame*. Universidade Federal de Minas Gerais.

Dos Santos, C. H., Branco, O., Storto, L. J., & Burgo, V. H. (2016). A representação da mulher no discurso religioso. *Blucher Social Sciences Proceedings*, *2*(4), 660-669.

Ducrot, O. (1987). Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In O. Ducrot, *O dizer e o dito* (pp. 161-219). Pontes.

Fairclough, N. (1992). *Discourse and social change*. Polity Press.

Fuentes-Rodríguez, C. (2018). Memoria, ideología y construcción de la identidad en la prensa: la mulher en el franquismo. In F. Gesú, A. Guedes Pinto, & A. Polizzi (Orgs.), *Media, power and identity: Discursive strategies in ideologically-oriented discourses* (pp. 25-146). Palermo University Press.

Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity: Self and society in the late modern age*. Polity.

Maingueneau, D. (2005). Ethos, cenografia, incorporação. In R. Amossy (Org.), *Imagens de si no discurso: a construção do ethos* (pp. 69-91). Contexto.

Maingueneau, D. (2008). A propósito do ethos. In A. R. Motta & L. Salgado (Orgs.), *Ethos discursivo* (pp. 11-29). São Paulo: Contexto.

Maingueneau, D. (2014). Retour critique sur l'éthos. *Langage et société, 149*(3), 31-48.

Marques, M. A., Duarte, I. M., Pinto, A. G., & Pinho, C. (2019). A construção da identidade da mulher em revistas do Estado Novo. *Ex Aequo*, (39), 71-88. https://doi.org/10.22355/exaequo.2019.39.05

Marques, M. A., Pinto, A. G., Duarte, I. M., Seara, I. R., Pinto, R. W., & Ramos, R. (2024). *Corpus DisPR – Discursos de celebração do 25 de Abril desde a Revolução*. https://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=DISPR.

Michard, C. (1991). Approche matérialiste de la sémantique du genre en français contemporain. In M. C. Hurtig et al. (Orgs.), *Sexe et genre: De la hiérarchie entre les sexes*. CN.

Miguel, L. F., & Biroli, F. (2014). *Feminismo e política: uma introdução*. Boitempo.
Montero, A. S. (2012). Los usos del ethos: abordajes discursivos, sociológicos y políticos. *Rétor*, *2*(2), 223-242.
Ribeiro, C. R. (2019). *A representação da mulher: análise dos discursos no dia internacional da mulher na presidência, nos governos de Lula a Bolsonaro*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cf. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/200444.
Vieira, J. A. (2005). A identidade da mulher na modernidade. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, *21*, 207-238.
Van Dijk, T. A. (1995). Discourse semantics and ideology. *Discourse & society, 6*(2), 243-289.
Van Dijk, T. A. (1998). *Ideology: A multidisciplinary approach*. Sage.
Wodak, R. (2003). Multiple identities: The roles of female parliamentarians in the EU parliament. In J. Holmes and M. Meyerhoff (Eds.), *The handbook of language and gender* (pp. 671-698). Blackwell.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

Anexos

1. Ocorrências do lexema ‘mulher’ no *corpus* AC/DC:

PRAbril-Ramalho_Eanes-1980-48: Uma vez cortado o vínculo nacional entre o continente e as regiões, por acção de poderes adversos, explorando o fácil pretexto da falta de lealdade na concessão de autonomia, estaria desencadeado o processo que arrastaria os homens e as mulheres dos Açores e da Madeira à subordinação a interesses alheios .
PRAbril-Ramalho_Eanes-1982-14: É essa a conquista real que continuamos a comemorar, homenageando os homens e as mulheres que a realizaram e que a prolongam no futuro .
PRAbril-Mário_Soares-1993-31: Uma grande escritora -- mulher livre -- que defendeu, como poetisa e como deputada, os valores da cultura, cantou esse dia em versos que estão na nossa memória .
PRAbril-Mário_Soares-1995-30: Neste momento, penso neles, homens e mulheres, patriotas abnegados de todas as condições sociais .
PRAbril-Jorge_Sampaio-1996-6: Mulheres e homens de várias gerações, de diversas ideologias e de todos os grupos sociais, mantiveram, desde 1926, uma tradição de luta e resistência .
PRAbril-Jorge_Sampaio-1999-10: O25 de Abril é o gesto de toda uma geração, que, por exemplo, das fábricas às universidades, dos campos do Alentejo aos movimentos de libertação, das batalhas dos intelectuais aos percursos pela emancipação da mulher e pela igualdade de oportunidades, geração que, dizia, em seu nome e no de todos os que antes de si ousaram lutar, tornou inviável a sustentação da ditadura .
PRAbril-Jorge_Sampaio-1999-30: Melhorou a prestação dos serviços primários de saúde, alargou-se o leque de beneficiários dos sistemas de protecção social, intensificou-se o processo de escolarização, nomeadamente no ensino básico e universitário, criaram-se equipamentos e infra-estruturas que melhoraram as condições de vida de muitos portugueses, aprovou-se legislação laboral impeditiva de abusos e arbítrios, eliminaram-se os obstáculos mais flagrantes a uma igualdade de direitos das mulheres; descentralizaram-se muitos serviços; consolidou-se o poder local democrático .
PRAbril-Jorge_Sampaio-2000-34: Nesta sede do poder legislativo, quero lembrar as mulheres e homens que, pela primeira vez, assumindo no confronto livre as suas convicções políticas e partidárias, se submeteram ao sufrágio popular a 25 de Abril de 1975 e deram o melhor do seu esforço, dedicação e saber à construção de uma Lei Fundamental à sombra da qual se desenrolou a vida democrática das últimas décadas .
PRAbril-Jorge_Sampaio-2000-77: O problema interpela o sistema de protecção social e as políticas de natalidade, com certeza, mas também a forma como valorizamos a relação entre o emprego e a vida familiar e como asseguramos a igualdade de direitos entre homens e mulheres .
PRAbril-Jorge_Sampaio-2001-92: Foi a democracia que nos permitiu dar passos decisivos no sentido da igualdade entre mulheres e homens, que nos deu o impulso para combatermos a exclusão, as assimetrias, as discriminações .
PRAbril-Jorge_Sampaio-2001-103: Lutemos, pois, em conjunto, por mais e melhor democracia; lutemos por uma democracia de cidadãos e por uma República de mulheres e de homens livres !
PRAbril-Jorge_Sampaio-2004-11: Saúdo esse povo de cidadãos livres, mulheres e homens que são a substância da democracia .
PRAbril-Jorge_Sampaio-2004-123: Avançámos no reconhecimento e na efectivação dos direitos entre homens e mulheres .
PRAbril-Cavaco_Silva-2006-28: É nesse mesmo quadro social que encontramos outro dos sinais preocupantes: o da violência doméstica, nomeadamente a que atinge maioritariamente a mulher .
PRAbril-Cavaco_Silva-2006-30: Sabemos que os efeitos da crise económica tendem a potenciar esses sinais, nomeadamente através do desemprego de homens e mulheres que, pelo seu nível de escolaridade e pela sua idade avançada, enfrentam dificuldades acrescidas na procura de um novo posto de trabalho .
PRAbril-Cavaco_Silva-2008-17: No que respeita a um conjunto genérico de medidas destinadas a melhorar a qualidade do sistema democrático, os portugueses são particularmente favoráveis à presença das mulheres na vida política, à criação de novos mecanismos de participação e à maior personalização do sistema eleitoral .

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

PRAbril-Marcelo_Rebelo_de_Sousa-2016-19: em participação no poder central, regional e local, em independência dos tribunais, em autonomia política dos Açores e da Madeira, em autonomia administrativa do poder local, em liberdades fundamentais, em mudança drástica dos indicadores de saúde, em democratização no sistema de ensino, em profundo avanço no papel da mulher na sociedade portuguesa, em abertura externa e circulação de pessoas e ideias, em preocupações intergeracionais e de qualidade de vida e, até, na projeção internacional de tantos dos nossos melhores, sem comparação na história contemporânea .
PRAbril-Marcelo_Rebelo_de_Sousa-2016-23: Tem de ir mais longe quanto à mulher na política e na chefia administrativa, ao jovem na sucessão geracional, ao emigrante e ao imigrante na vivência cívica .
PRAbril-Marcelo_Rebelo_de_Sousa-2017-25: Os milhares e milhares de mulheres e homens que passaram ou estão em espírito de missão nos municípios e nas freguesias de Portugal, autarcas e trabalhadores foram, e são, uma das mais vivas diferenças da nossa democracia relativamente à Monarquia Liberal e à Primeira República .
PRAbril-Marcelo_Rebelo_de_Sousa-2023-18: Ansiava-se e anseia-se por mais crescimento, por mais igualdade, por mais justiça social, por melhor educação, por melhor saúde, por melhor habitação, por melhor solidariedade social, por mais ambiente, visão intergeracional, papel da mulher, desempenho de jovens e de setores excluídos ou ignorados da sociedade, por menor pobreza e falta de coesão social e territorial, esse flagelo que, infelizmente, marcou todos os períodos, mesmo os períodos de maior expansão dos últimos 50 anos .
PRAbril-Marcelo_Rebelo_de_Sousa-2023-39: Aqui, são quase meio milhão de mulheres e homens incansáveis no que têm feito por Portugal nas escolas, nos hospitais, nos centros de saúde, nas misericórdias, nas IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) , como cuidadores informais, no trabalho, na agricultura, no comércio, na indústria, no ensino .
PRAbril-Marcelo_Rebelo_de_Sousa-2024-52: No que correu bem ou muito bem após o 25 de Abril -- na saúde, na educação, nos direitos fundamentais, no papel da mulher, na atenção aos excluídos, na solidariedade social, na mobilidade, na abertura, na tolerância e em tanto mais --, muito ou parece ser já de outros tempos, ou precisar do impulso de novas gerações, ideias e pessoas ?
PRPosse-Bernardino_Machado-1915-6: Orgulhosos de o merecermos, com o pensamento em todos os nossos concidadãos de aquém e de além-mar, sobretudo naqueles que mais necessitam do carinho e amparo governativo -- o povo, a mulher e a criança -- conclamemos, com fé ardente, inextinguível, o verbo sagrado que resume esperançosamente os mais nobres anelos da alma nacional .
PRPosse-Jorge_Sampaio-1996-64: Estou consciente das múltiplas questões que afetam essas famílias, e não posso deixar de manifestar a minha preocupação sobre todas as formas de violência familiar, de que as mulheres e as crianças são, tantas vezes, as principais vítimas .
PRPosse-Jorge_Sampaio-2001-95: Minhas senhoras e meus senhores, acredito com a mesma força de então que é possível, necessário e urgente lutar por um Mundo de maior dignidade para todos os seres humanos, por um Portugal mais solidário e mais equânime, com menos discriminações entre homens e mulheres, entre filhos de ricos e filhos de pobres, entre habitantes do interior e habitantes do litoral, entre jovens e mais velhos .
PRPosse-Marcelo_Rebelo_de_Sousa-2016-78: Da mulher que espera ver mais reconhecido o seu papel num mundo ainda tão desigual .
BrPoli-Castelo_Branco-1964-2: De uma jornada para a qual, com energia e sobretudo com o meu próprio exemplo, espero a adesão de todos os concidadãos a esse propósito, que será a garantia suprema de todos os homens e mulheres deste País .
BrPoli-Castelo_Branco-1964-6: Os cidadãos, dentre eles, também em expressiva atitude, as mulheres brasileiras, todos, civis e soldados, ergueram-se num dos mais belos e unânimes impulsos da nossa História contra a desvirtuação do regime .
BrPoli-Costa_e_Silva-1967-8: A Revolução teve profundas origens populares, num grandioso movimento cívico, que levou às ruas e às praças homens e mulheres, jovens e velhos, dispostos a lutar por Deus e pela Nação, com a solidariedade de todas as classes sociais, de todos os democratas e o apoio unânime e decisivo das Forças Armadas .
BrPoli-FHC-1995-116: 1 Às mulheres, que são a maioria do nosso povo e às quais o País deve respeito oportunidades de educação e de trabalho .
BrPoli-FHC-1999-44: Onde ainda são desrespeitados os direitos básicos das crianças e das mulheres, dos negros e dos índios .
BrPoli-Lula-2003-32: Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça .

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

BrPoli-Lula-2003-48: Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos .
BrPoli-Lula-2007-86: Por um lado, retirou da miséria milhões de homens e mulheres .
BrPoli-Lula-2007-105: Ela dá conteúdo à cidadania formal de homens e mulheres .
BrPoli-Lula-2007-156: Por isso cresce a participação das mulheres na vida econômica, social e política do país .
BrPoli-Dilma-2011-1: Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney; Srs. Chefes de Estado e de Governo que me honram com as suas presenças; Sr. Vice-Presidente da República, Michel Temer; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso; Srªs e Srs. Chefes das Missões Estrangeiras; Srªs e Srs. Ministros de Estado; Srªs e Srs. Governadores; Srªs e Srs. Senadores; Srªs e Srs. Deputados Federais; Srªs e Srs. Representantes da Imprensa; meus queridos brasileiros e brasileiras, pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher .
BrPoli-Dilma-2011-3: Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira .
BrPoli-Dilma-2011-3: Abro meu coração para receber neste momento uma centelha da sua imensa energia e sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa dessa ousadia do voto popular que após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do País .
BrPoli-Dilma-2011-4: Venho para abrir portas, para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser Presidentas e para que, no dia de hoje, todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher .
BrPoli-Dilma-2011-4: Venho para abrir portas, para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser Presidentas e para que, no dia de hoje, todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher .
BrPoli-Dilma-2011-4: Venho para abrir portas, para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser Presidentas e para que, no dia de hoje, todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher .
BrPoli-Dilma-2011-4: Não venho para enaltecer a minha biografia, mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira .
BrPoli-Dilma-2011-4: Meu compromisso supremo, reitero, é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos .
BrPoli-Dilma-2011-73: O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que juntos fizermos por ele hoje, do tamanho da participação de todos e de cada um, dos movimentos sociais, dos que labutam no campo, dos profissionais liberais, dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores, dos intelectuais, dos servidores públicos, dos empresários, das mulheres, dos negros, dos índios, dos jovens, de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação .
BrPoli-Dilma-2011-93: Mas mulher não é só coragem, é carinho também; carinho que dedico à minha filha e ao meu neto, carinho com que abraço a minha mãe, que me acompanha e me abençoa .
BrPoli-Dilma-2014-14: Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira .
BrPoli-Dilma-2014-14: O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação .
BrPoli-Dilma-2014-14: O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação .
BrPoli-Dilma-2014-27: Sei que conto com o esforço dos homens e mulheres do Judiciário .
BrPoli-Dilma-2014-52: Democratizar o conhecimento significa universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis -- da creche à pós-graduação; Significa também levar a todos os segmentos da população -- dos mais marginalizados, aos negros, às mulheres e a todos os brasileiros a educação de qualidade .
BrPoli-Lula-2023-74: É inadmissível que as mulheres recebam menos que os homens, realizando a mesma função .

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

2. Ocorrências do lexema ‘homem’ no *corpus* AC/DC:

PRAbril-Ramalho_Eanes-1977-38: -- Não é difícil reconhecer que, para além da negociação das naturais divergências, de ideologia e de programa, a mobilização do povo português para a modernização do País passa também pela capacidade de colaboração entre os homens sobre quem pesa a responsabilidade da liderança dos movimentos políticos .
PRAbril-Ramalho_Eanes-1977-40: A intolerância introduzida na sociedade portuguesa mantém ainda afastados do contributo que devem à Pátria homens indispensáveis em sectores decisivos para o desenvolvimento do País .
PRAbril-Ramalho_Eanes-1978-100: -- Não há homens, nem facções, nem partidos, superiores às exigências da Nação .
PRAbril-Ramalho_Eanes-1978-102: -- Há somente homens, facções e partidos que, num dado momento, servem bem ou servem mal a Nação .
PRAbril-Ramalho_Eanes-1979-70: onde forem úteis e onde se julgar prioritário, os homens capazes de responder aos grandes problemas concretos que se mantêm e agravam na sociedade portuguesa, de modo que a população portuguesa possa ficar informada das possibilidades reais que o futuro lhe oferece .
PRAbril-Ramalho_Eanes-1979-71: Tendo presente a minha responsabilidade de garante da legalidade constitucional e das regras democráticas, não posso ignorar que o desencanto e o desânimo atingem já homens íntegros, que sempre se bateram pela liberdade pela democracia e pela justiça social .
PRAbril-Ramalho_Eanes-1980-17: Para homens de menos escrúpulos e menos confiantes no povo e na democracia, teria sido fácil então a aventura pretoriana .
PRAbril-Ramalho_Eanes-1980-48: Uma vez cortado o vínculo nacional entre o continente e as regiões, por acção de poderes adversos, explorando o fácil pretexto da falta de lealdade na concessão de autonomia, estaria desencadeado o processo que arrastaria os homens e as mulheres dos Açores e da Madeira à subordinação a interesses alheios .
PRAbril-Ramalho_Eanes-1981-46: Este é o contexto em que adquirem toda a importância, e se apresentam como realidades imediatas, os valores fundamentais e indissociáveis da democracia pluralista, da liberdade, da solidariedade social, da justiça, da dignidade do homem e da defesa da identidade nacional .
PRAbril-Ramalho_Eanes-1982-14: É essa a conquista real que continuamos a comemorar, homenageando os homens e as mulheres que a realizaram e que a prolongam no futuro .
PRAbril-Ramalho_Eanes-1982-72: Desses êxitos fica a certeza de que eles foram conseguidos sempre que houve uma vontade determinada de consenso, de confiança na qualidade dos homens e na sua capacidade de entendimento, de respeito pelos portugueses, aceitando todas as implicações das suas opções políticas .
PRAbril-Ramalho_Eanes-1985-71: É inaceitável que continuem a existir homens que trabalham sem serem remunerados .
PRAbril-Ramalho_Eanes-1985-80: Impõe-se-lhes mostrar que a democracia é o regime que mais considera o homem na sua dignidade, que, sendo eminentemente individual, é também indissoluvelmente social .
PRAbril-Mário_Soares-1986-9: É condição necessária da estabilidade política e da paz social, ambas imprescindíveis para ganharmos o desafio europeu e não perdermos a grande oportunidade histórica que as circunstâncias e a vontade política dos homens puseram ao alcance de Portugal, nestes anos finais do século XX .
PRAbril-Mário_Soares-1987-4: A minha presença nesta sessão solene tem singelamente um único significado: prestar uma homenagem sentida e grata aos homens generosos que, com coragem e risco, tornaram possível o 25 de Abril -- e entre eles destacam-se, por direito próprio, os militares de Abril -- e também a todos os que, durante décadas de combate desigual, mantiveram viva na noite, tantas vezes do desânimo, a chama da liberdade, tantos deles caídos antes da madrugada libertadora que hoje aqui celebramos .
PRAbril-Mário_Soares-1987-6: Como Presidente da República não escondo que me considero -- com muita honra -- um homem do 25 de Abril, um homem do regime democrático saído do 25 de Abril, que restituiu a cidadania plena aos Portugueses e lhes conferiu a maioridade cívica .
PRAbril-Mário_Soares-1987-6: Como Presidente da República não escondo que me considero -- com muita honra -- um homem do 25 de Abril, um homem do regime democrático saído do 25 de Abril, que restituiu a cidadania plena aos Portugueses e lhes conferiu a maioridade cívica .

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

PRAbril-Mário_Soares-1987-14: Celebrar os 13 anos da revolução de Abril não pode deixar de constituir um acto sereno e determinado de aposta no futuro, nas virtualidades da democracia que temos vindo a construir ao longo dos anos, nas nossas próprias capacidades como povo, na criatividade dos nossos homens de cultura e de ciência, na energia e bom senso da nossa juventude .
PRAbril-Mário_Soares-1988-22: A comunidade científica, os homens de cultura e de arte, as universidades e a juventude têm de participar activamente da vida da República como sujeitos e agentes activos, e não como meros destinatários das transformações .
PRAbril-Mário_Soares-1989-1: Comemoramos hoje o XV Aniversário do 25 de Abril, com a plena consciência e o legítimo orgulho de pertencermos a uma Pátria de homens livres; de vivermos num país que se rege pelos princípios da democracia pluralista e da eminente dignidade da pessoa humana; de constituirmos uma Nação prestigiada e respeitada no mundo; de sermos um Povo colectivamente empenhado na construção de um futuro melhor, que desejamos seja de progresso e bem-estar em que a solidariedade e a justiça social, a cooperação internacional e a paz permitam, a todos, beneficiar das espantosas descobertas científicas e das inovações tecnológicas que estão a transformar profundamente a vida, à escala do planeta, nesta etapa final do século XX .
PRAbril-Mário_Soares-1989-7: Também ele foi feito em nome da liberdade, da igualdade, da fraternidade e do inalienável direito dos homens a tornarem-se cidadãos e a decidirem sobre o seu destino colectivo, como Nação .
PRAbril-Mário_Soares-1990-23: Precisamos de ter a coragem de cortar com velhos hábitos obsoletos, de sacudir a facilidade e o egoísmo, de não transigir com interesses inconfessáveis e, sobretudo, de ousar, inovando e vendo em grande, para o futuro -- libertando-nos do que é particular e mesquinho -- com o orgulho da nossa condição de portugueses, de homens livres e na fidelidade às nossas raízes e aos melhores momentos da nossa história .
PRAbril-Mário_Soares-1991-1: Sou, como sabem, assumidamente, um homem do 25 de Abril e por isso vos posso falar com inteira franqueza .
PRAbril-Mário_Soares-1992-6: Os jovens de hoje, para quem a liberdade é tão natural como o ar que respiram e que têm diante de si, rasgados, os horizontes do futuro, não terão porventura a consciência clara da complexidade do processo político que nos conduziu até aqui nem o que devem à coragem e ao patriotismo dos homens que fizeram a Revolução de Abril .
PRAbril-Mário_Soares-1993-19: Defendo um projecto europeu, empenhado no combate pelas grandes causas do progresso humano, aberto ao Mundo e solidário, capaz de dar à Europa uma voz audível na cena internacional e de ter um peso que lhe permita exercer o papel decisivo na resolução dos conflitos e na construção de uma nova fase da vida dos homens, a que a sua longa história lhe dá jus .
PRAbril-Mário_Soares-1994-18: O renascimento de um novo humanismo que aproveite as conquistas modernas a favor do homem -- de todos os homens -- é a grande questão do nosso tempo .
PRAbril-Mário_Soares-1994-18: O renascimento de um novo humanismo que aproveite as conquistas modernas a favor do homem -- de todos os homens -- é a grande questão do nosso tempo .
PRAbril-Mário_Soares-1995-30: Sou, confessadamente, um homem do 25 de Abril .
PRAbril-Mário_Soares-1995-30: Neste momento, penso neles, homens e mulheres, patriotas abnegados de todas as condições sociais .
PRAbril-Jorge_Sampaio-1996-5: É a esses, sobretudo, que importa relembrar o exemplo desses homens que, mal equipados e em número reduzido, tiveram a coragem de arriscar tudo em nome da Liberdade .
PRAbril-Jorge_Sampaio-1996-6: Mulheres e homens de várias gerações, de diversas ideologias e de todos os grupos sociais, mantiveram, desde 1926, uma tradição de luta e resistência .
PRAbril-Jorge_Sampaio-1997-9: Precisa, mais do que nunca, de ideias e de causas claramente assumidas, de ideais e de objectivos, mesmo que saibamos que são contingentes, como tudo o que pertence à vida dos homens e ao que eles concebem e realizam .
PRAbril-Jorge_Sampaio-2000-34: Nesta sede do poder legislativo, quero lembrar as mulheres e homens que, pela primeira vez, assumindo no confronto livre as suas convicções políticas e partidárias, se submeteram ao sufrágio popular a 25 de Abril de 1975 e deram o melhor do seu esforço, dedicação e saber à construção de uma Lei Fundamental à sombra da qual se desenrolou a vida democrática das últimas décadas .

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

PRAbril-Jorge_Sampaio-2000-77: O problema interpela o sistema de protecção social e as políticas de natalidade, com certeza, mas também a forma como valorizamos a relação entre o emprego e a vida familiar e como asseguramos a igualdade de direitos entre homens e mulheres .
PRAbril-Jorge_Sampaio-2001-52: É nessa linha que elas colaboram em missões de protecção civil e de satisfação de necessidades básicas das populações, é nessa linha que cooperam na satisfação dos compromissos internacionais do Estado Português e que participam em missões humanitárias de cooperação e de paz que dão, na actualidade, uma nova dimensão à protecção internacional dos direitos do homem e ao progresso das instituições democráticas .
PRAbril-Jorge_Sampaio-2001-92: Foi a democracia que nos permitiu dar passos decisivos no sentido da igualdade entre mulheres e homens, que nos deu o impulso para combatermos a exclusão, as assimetrias, as discriminações .
PRAbril-Jorge_Sampaio-2001-103: Lutemos, pois, em conjunto, por mais e melhor democracia; lutemos por uma democracia de cidadãos e por uma República de mulheres e de homens livres !
PRAbril-Jorge_Sampaio-2003-16: O século XXI começou mal, ao não cumprir as expectativas de paz e de progresso humano que o render dos milénios sempre faz nascer no coração dos homens .
PRAbril-Jorge_Sampaio-2004-11: Saúdo esse povo de cidadãos livres, mulheres e homens que são a substância da democracia .
PRAbril-Jorge_Sampaio-2004-123: Avançámos no reconhecimento e na efectivação dos direitos entre homens e mulheres .
PRAbril-Cavaco_Silva-2006-30: Sabemos que os efeitos da crise económica tendem a potenciar esses sinais, nomeadamente através do desemprego de homens e mulheres que, pelo seu nível de escolaridade e pela sua idade avançada, enfrentam dificuldades acrescidas na procura de um novo posto de trabalho .
PRAbril-Cavaco_Silva-2010-1: Na madrugada de 25 de Abril de 1974, um jovem capitão de 29 anos reuniu os seus homens da Escola Prática de Cavalaria de Santarém .
PRAbril-Cavaco_Silva-2010-4: Como o retratou Sophia de Mello Breyner, Salgueiro Maia foi " «aquele que deu tudo e não pediu a paga» ", um exemplo notável para muitos portugueses dos nossos dias, que tantas vezes cedem às seduções vazias e efémeras da sociedade de consumo e outras tantas vezes medem o valor dos homens pelo dinheiro ou pelos bens que ostentam .
PRAbril-Cavaco_Silva-2011-2: Quatro homens, com percursos muito diferentes, com trajectórias de vida e visões do mundo distintas, juntaram-se no dia de hoje para falar aos Portugueses, para transmitir ao País a mensagem política que a gravidade do momento presente exige .
PRAbril-Marcelo_Rebelo_de_Sousa-2017-25: Os milhares e milhares de mulheres e homens que passaram ou estão em espírito de missão nos municípios e nas freguesias de Portugal, autarcas e trabalhadores foram, e são, uma das mais vivas diferenças da nossa democracia relativamente à Monarquia Liberal e à Primeira República .
PRAbril-Marcelo_Rebelo_de_Sousa-2021-27: Pois foram estes homens, eles mesmos, não outros, os heróis naquela madrugada do 25 de Abril !
PRAbril-Marcelo_Rebelo_de_Sousa-2023-8: E, sobretudo, o seu principal bloqueamento reconduzia-se a isto: ter milhares e milhares de homens, anos sem fim, a cumprir missões decididas por outros, missões que não tinham futuro político .
PRAbril-Marcelo_Rebelo_de_Sousa-2023-39: Aqui, são quase meio milhão de mulheres e homens incansáveis no que têm feito por Portugal nas escolas, nos hospitais, nos centros de saúde, nas misericórdias, nas IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) , como cuidadores informais, no trabalho, na agricultura, no comércio, na indústria, no ensino .
PRAbril-Marcelo_Rebelo_de_Sousa-2024-22: Um partido liderado por um homem que acabou por ser, de facto, o imediato vencedor civil da Revolução .
PRPosse-Sidónio_Pais-1918-1: O Povo Português, chamado a manifestar, em sufrágio universal e eleições livres, a sua vontade, acaba de consagrar a Revolução de 5 de Dezembro pela forma mais retumbante, juntando a maior votação que há memória em Portugal volta de um homem que, tendo a honra de ser o Chefe da Revolução, para ele encarna certamente os seus levantados ideais .
PRPosse-Sidónio_Pais-1918-12: Segundo, porque no momento atual e conhecendo o país bem o meu nome, necessário era deixá-lo em completa serenidade escolher independentemente de quaisquer sugestões, o homem que reputa digno da suprema honra de presidir aos destinos da Nação .

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

PRPosse-António_José_de_Almeida-1919-2: Sou um homem simples e modesto, sem qualidades que o distingam nem predicados que o imponham .
PRPosse-António_José_de_Almeida-1919-4: Este facto, que não deve ser olvidado, significa que a República Portuguesa está na resolução de pôr, acima dos interesses de grupo, os interesses genéricos da Pátria, e que só passageira e superficialmente se deixará impressionar pela modalidade técnica da política dos homens, para apenas ter em conta a superior expressão do seu patriotismo, contanto que eles sejam merecedores, pela sua lealdade, da confiança com que os honrem .
PRPosse-António_José_de_Almeida-1919-10: Acalmando as paixões, apaziguando as cóleras, moderando as ambições dos homens e estimulando as suas energias, o seu amor ao trabalho, o seu poder de iniciativa, conseguirei, pela concórdia e persuasão, aquilo que afinal tem sido o lema político de toda a minha vida: a Paz .
PRPosse-António_José_de_Almeida-1919-12: E não sou eu homem que em caso algum o ultrapasse .
PRPosse-Óscar_Carmona-1928-4: É cedo para julgar os homens e os acontecimentos .
PRPosse-Óscar_Carmona-1935-3: Eu sei que o que procede em harmonia com os ditames de uma consciência reta cumpre perante a moral o seu dever, mas o homem público só realiza o seu destino quando os seus atos aumentam o património moral e material da Nação .
PRPosse-Óscar_Carmona-1935-7: É certo que o esforço para a reconstituição não pôde ainda atingir todos os objetivos visados pela revolução nacional, não só porque alguns demandam de si mesmos muito tempo para serem executados, mas também porque fomos surpreendidos pela crise mundial, que a todos os países fundamente perturbou, mesmos aos mais bem apetrechados, mais ricos do engenho do homem e das dádivas da natureza .
PRPosse-Óscar_Carmona-1935-7: Creio, porém, que os resultados merecem ser recordados e postos em relevo, e, se o digo, é, sobretudo, com o intuito de fazer justiça ao próprio esforço da Nação, sem o qual seria impossível obra de tão grande vulto e a colaboração dos homens de boa vontade que a têm servido .
PRPosse-Óscar_Carmona-1942-7: Mas jamais, em qualquer época da história, a missão altíssima de governar andou isenta das maiores dificuldades e perigos; para os vencer e conjurar se reuniram sempre à volta dos chefes todas as energias nacionais desde a força da tradição, pela qual as nações são o que são ao longo dos séculos, até aos sacrifícios mais devotados dos seus continuadores no presente; desde os desígnios, formados pela falível inteligência dos homens, até aos que encontram decisivo apoio no favor da Providência .
PRPosse-Óscar_Carmona-1942-8: É rodeada de todas estas energias e valores que a voz de um homem, embora imperfeito ou alquebrado, se fala em nome de uma Pátria, assume ressonâncias infindas; nela ecoam direitos e obrigações dos antepassados, nela vibram as esperanças dos homens de hoje, nela vivem antecipadamente as ânsias de verdade, de ventura e de justiça dos homens de amanhã .
PRPosse-Óscar_Carmona-1942-8: É rodeada de todas estas energias e valores que a voz de um homem, embora imperfeito ou alquebrado, se fala em nome de uma Pátria, assume ressonâncias infindas; nela ecoam direitos e obrigações dos antepassados, nela vibram as esperanças dos homens de hoje, nela vivem antecipadamente as ânsias de verdade, de ventura e de justiça dos homens de amanhã .
PRPosse-Óscar_Carmona-1942-8: É rodeada de todas estas energias e valores que a voz de um homem, embora imperfeito ou alquebrado, se fala em nome de uma Pátria, assume ressonâncias infindas; nela ecoam direitos e obrigações dos antepassados, nela vibram as esperanças dos homens de hoje, nela vivem antecipadamente as ânsias de verdade, de ventura e de justiça dos homens de amanhã .
PRPosse-Óscar_Carmona-1949-4: Como homem consciente das responsabilidades do cargo e das dificuldades da época que atravessamos, não obedeci, com efeito à voz da comodidade, mas posso dizer que segui o imperativo do dever .
PRPosse-Óscar_Carmona-1949-5: Multiplicam-se os problemas; acumulam-se as dificuldades; uma grave perturbação agita os espíritos; no mundo económico, no mundo social, no mundo político, nas relações entre Estados e no seio das Nações, os homens revelam mais perplexidades que seguranças, mais problemas que soluções, mais dúvidas que certezas .
PRPosse-Óscar_Carmona-1949-5: É quase certo que desta fermentação social um novo mundo despontará; Esse outro mundo é porém para a mesma humanidade -- isto é, para o mesmo homem que, à face da terra, terá sempre de trabalhar e sofrer, de conviver com os outros homens, disciplinar e condicionar a sua atividade, e continuará a partilhar a vida entre tendências inferiores, a caminho da materialidade das coisas, e magníficas florescências duma espiritualidade quase divina .

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

PRPosse-Óscar_Carmona-1949-5: É quase certo que desta fermentação social um novo mundo despontará; Esse outro mundo é porém para a mesma humanidade -- isto é, para o mesmo homem que, à face da terra, terá sempre de trabalhar e sofrer, de conviver com os outros homens, disciplinar e condicionar a sua atividade, e continuará a partilhar a vida entre tendências inferiores, a caminho da materialidade das coisas, e magníficas florescências duma espiritualidade quase divina .
PRPosse-Francisco_Craveiro_Lopes-1951-5: Os povos só prosperam e são fortes quando, espiritualmente unidos, formam um bloco sólido e homogéneo, invulnerável às investidas do tempo e dos homens .
PRPosse-Francisco_Craveiro_Lopes-1951-10: Senhores Deputados e Dignos Procuradores, o juramento que prestei perante Deus e perante os homens ficou profundamente gravado no meu espírito e na minha consciência .
PRPosse-Américo_Tomás-1965-13: Fala-se hoje muito de um mundo novo, de uma sociedade nova e de um homem novo em gestação nos nossos dias: mas a evolução do ser humano é de si extraordinariamente lenta, e daí os atritos, mais ou menos duros, entre o homem e o meio em que é obrigado a viver .
PRPosse-Américo_Tomás-1965-13: Fala-se hoje muito de um mundo novo, de uma sociedade nova e de um homem novo em gestação nos nossos dias: mas a evolução do ser humano é de si extraordinariamente lenta, e daí os atritos, mais ou menos duros, entre o homem e o meio em que é obrigado a viver .
PRPosse-Costa_Gomes-1974-3: Quis o destino que eu suceda no cargo a um grande Homem, verdadeiro soldado, ao qual me une meio século da mais fecunda amizade .
PRPosse-Costa_Gomes-1974-6: Homem do Movimento das Forças Armadas, nunca se desvinculou dessa qualidade, e todos contamos com a sua dedicação à causa do Movimento, a cujas fileiras continua a pertencer, desde as primeiras horas de incerteza .
PRPosse-Costa_Gomes-1974-15: Nenhum Português que ame o Povo a que pertence ignora hoje que o trabalho, a ordem e a unidade são os marcos essenciais que garantem as liberdades democráticas e o respeito pelos direitos fundamentais do Homem .
PRPosse-Ramalho_Eanes-1976-7: Arredados que andávamos da prática democrática, inexperientes no campo da atividade sindical e cooperativa, condicionados por um sistema totalitário que lançou raízes nas formas de organização e nos comportamentos individuais, nem sempre as nossas experiências na construção difícil da democracia se ajustaram, nestes últimos dois anos, aos processos e às metas definidas pelos homens do 25 de Abril e por quantos se bateram para que Portugal e os Portugueses fossem efetivamente livres .
PRPosse-Ramalho_Eanes-1976-49: Estamos mais pobres, mas a experiência vivida nos ensinou que a liberdade é um bem inestimável que merece a vida e sem o qual não há democracia nem dignificação do homem .
PRPosse-Ramalho_Eanes-1976-53: Mas que fique bem claro: esta não é, não pode nem deve ser, tarefa de um homem, ou sequer de um Governo: tem de ser tarefa de nós todos, tem de ser uma missão do próprio povo de Portugal .
PRPosse-Ramalho_Eanes-1981-32: A democracia pluralista é o princípio superior a que se subordinam o Estado, o sistema político e o quadro orientador das relações sociais, no reconhecimento de que só a expressão diferenciada dos interesses políticos e sociais permite a realização plena da liberdade e da dignidade do homem, a afirmação responsável dos seus direitos e deveres, a garantia permanente dos vínculos de solidariedade que unem e obrigam todos os cidadãos .
PRPosse-Ramalho_Eanes-1981-36: A dignidade do homem é a finalidade e o valor último para que convergem a democracia pluralista, a liberdade, a solidariedade social e a justiça, pelo que não admite qualquer desvio ao seu respeito integral e exige a sua consideração como objetivo permanente de toda a ação política .
PRPosse-Ramalho_Eanes-1981-70: Fizemos o mundo conhecido, relacionámos culturas, desenvolvemos a convivência fraterna com outros povos, contribuímos para a conceção aberta e ecuménica que marca a cultura europeia, no nosso modo singular de entender e realizar a relação entre os homens .
PRPosse-Ramalho_Eanes-1981-73: quando a crise, enfim, se manifesta a claro, a ideia que ocorre à maioria dos homens é a do simples regresso à estabilidade antiga .
PRPosse-Ramalho_Eanes-1981-74: Inventar, revolucionar, andar, transformar pela história as instituições históricas, procurar a igualdade e a fraternidade entre os homens, desejando a aproximação de um ideal longínquo .
PRPosse-Mário_Soares-1986-10: Sou um homem de convicções e de fidelidade .

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

PRPosse-Mário_Soares-1986-16: Foi um homem de diálogo, de tolerância e de paz .
PRPosse-Mário_Soares-1991-16: Julgo que os homens políticos e os partidos terão vantagem em ser os primeiros a aperceber-se disso, procedendo em conformidade .
PRPosse-Jorge_Sampaio-1996-17: V. Ex.ª é um homem de Liberdade .
PRPosse-Jorge_Sampaio-2001-94: Ao contrário deles, a experiência dos homens e das situações confirmou-me no essencial das minhas convicções .
PRPosse-Jorge_Sampaio-2001-95: Minhas senhoras e meus senhores, acredito com a mesma força de então que é possível, necessário e urgente lutar por um Mundo de maior dignidade para todos os seres humanos, por um Portugal mais solidário e mais equânime, com menos discriminações entre homens e mulheres, entre filhos de ricos e filhos de pobres, entre habitantes do interior e habitantes do litoral, entre jovens e mais velhos .
PRPosse-Marcelo_Rebelo_de_Sousa-2016-95: Necessita da nossa cultura e da nossa vocação para o abraçar cordialmente, como se ele fosse o património natural de todos os homens .
BrPoli-Campos_Sales-1898-13: O homem chamado ao papel de árbitro -- ouvi este elevado conceito a um grande espírito, também num posto de alta responsabilidade -- deve fazer calar as suas preferências e elevar-se acima da sua própria fé .
BrPoli-Campos_Sales-1898-66: Quanto a mim, ao subir as escadas que levam o homem público ao mais alto posto de responsabilidade, não me resta senão pedir às energias da minha própria fé o valor e a fortaleza de ânimo de que careço para este novo combate, certamente o mais temeroso de todos, pela grandeza e pela prosperidade da República .
BrPoli-Rodrigues_Alves-1902-12: Hão de constituir sempre matéria de constantes cogitações para quem governa as condições financeiras de um país de moeda defeituosa, que cumpre valorizar, não podendo o homem de estado esquecer um só momento que as finanças dos povos não se consertam definitivamente sem orçamentos equilibrados com verdade, nem tal regime se poderá firmar sem a prática constante da mais rigorosa economia no dispêndio dos dinheiros públicos .
BrPoli-Afonso_Pena-1906-32: Assim se explicam as divergências entre os homens de grande competência e profundo saber, animados todos dos mais elevados intuitos .
BrPoli-Hermes_da_Fonseca-1910-21: Para isso, é necessário reorganizar o ensino, principalmente no sentido de: dar autonomia ao ensino secundário, libertando-o da condição subalterna de mero preparatório de ensino superior; organizá-lo de maneira a fazê-lo eminentemente prático, a fim de formar homens capazes para todas as exigências da vida social, ao mesmo tempo que aptos, caso queiram, para seguir os cursos especiais e superiores; criar programas que desenvolvam a inteligência da juventude e não que a aniquilem por uma sobrecarga de estudos exageradamente inútil e, por isso, antes nociva do que proveitosa; estabelecer a plena liberdade do ensino no sentido de qualquer indivíduo ou associação pode fundar escolas com os mesmos direitos e regalias das oficiais; e, assim autônomo o ensino secundário, exigir o exame de admissão para o ingresso aos cursos superiores; dar às escolas de ensino superior completa liberdade na organização dos programas dos respectivos cursos, nas condições de matrícula, no regime dos exames e disciplina escolar e na administração dos patrimônios que tiverem; formar professores bons e convencidos da sua eminente função, para o que é preciso interessá-lo no ensino, de maneira que não sirvam, como até aqui do título de professor para mero reclamo e melhor exploração de profissões especiais; instituir, enfim, em matéria de ensino a maior liberdade sob conveniente fiscalização: esses são, parece, os pontos capitais sobre que deva assentar uma boa e liberal organização do ensino, capaz de produzir resultados proveitosos .
BrPoli-Hermes_da_Fonseca-1910-23: Particular atenção dedicarei ao ensino técnico profissional, artístico, industrial e agrícola que, ao par da parte propriamente prática e imediatamente utilitária, proporcione também instrução de ordem ou cultura secundária, capaz de formar o espírito e o coração daqueles que amanhã serão homens e cidadãos .
BrPoli-Venceslau_Brás-1914-4: " «Ao patriotismo dos homens de responsabilidade do Brasil se impõe, ineludivelmente, uma grande obra de construção e restauração .
BrPoli-Venceslau_Brás-1914-8: Sempre pensei, e só tenho motivos para continuar a pensar, que o homem político, que for elevado ao posto supremo de primeiro magistrado da República, deve sua solidariedade ao partido que o elegeu, mas paira superior ao partido, por isso mesmo que se torna o chefe da Nação .
BrPoli-Epitácio_Pessoa-1919-7: O exercício do poder ao abrigo das vicissitudes do julgamento eleitoral, foi diminuindo a sensibilidade dos homens políticos às imprevisões de certas correntes de opinião, às vezes sutis pela delicadeza de sua origem, tornando-os, em vez disso, muito expostos à influência de certos instrumentos de violência intelectual .
BrPoli-Getúlio_Vargas-1930-16: Confiemo-las aos homens capazes e de reconhecida idoneidade moral .

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

BrPoli-Getúlio_Vargas-1930-38: Quanto aos motivos que atiraram o povo brasileiro à Revolução, supérfluo seria analisá-los, depois de, tão exata e brilhantemente, tê-lo feito, em nome da Junta Governativa, o Sr. General Tasso Fragoso, homem de pensamento e de ação e que, a par de sua cultura e superioridade moral, pode invocar o honroso título de discípulo do grande Benjamin Constant .
BrPoli-Getúlio_Vargas-1937-2: O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem .
BrPoli-Getúlio_Vargas-1937-14: Acresce, ainda, notar que, alarmados pela atoarda dos agitadores profissionais e diante da complexidade da luta política, os homens que não vivem dela mas do seu trabalho deixam os partidos entregues aos que vivem deles, abstendo-se de participar de vida pública, que só poderia beneficiar-se com a intervenção dos elementos de ordem e de ação construtora .
BrPoli-Getúlio_Vargas-1937-30: Constitui ato de estrita justiça consignar que em ambas as casas do Poder Legislativo existiam homens cultos, devotados e patriotas, capazes de prestar esclarecido concurso às mais delicadas funções públicas, tendo, entretanto, os seus esforços invalidados pelos próprios defeitos de estrutura do órgão a que não conseguiam emprestar as suas altas qualidades pessoais .
BrPoli-Juscelino_Kubitschek-1956-3: Sentimo-nos confortados e tranquilos com a nossa consciência, Senhor Ministro Presidente e Srs. Ministros, não por nos vermos alçados agora à posição de Chefe de Governo, mas por termos sido, em toda a campanha -- cujo epílogo é a proclamação e diplomação a que este egrégio Tribunal acaba de proceder --, simplesmente mas sem desfalecimentos, defensores da lei, homens que não deixaram de confiar uma só instante nas leis de seu País .
BrPoli-Juscelino_Kubitschek-1956-8: O que devemos fazer é felicitar o Brasil por ter a serviço da vontade de seu povo homens como os que compõem o Tribunal Superior Eleitoral: homens do valor, das qualidades morais e da dedicação à causa pública de Vossas Excelências .
BrPoli-Juscelino_Kubitschek-1956-8: O que devemos fazer é felicitar o Brasil por ter a serviço da vontade de seu povo homens como os que compõem o Tribunal Superior Eleitoral: homens do valor, das qualidades morais e da dedicação à causa pública de Vossas Excelências .
BrPoli-Juscelino_Kubitschek-1956-9: E usando desta oportunidade, que é o marco final de uma caminhada áspera e terrível, queremos mais uma vez reafirmar o nosso desejo de reunir, numa obra afirmativa da força e do poder criador da nacionalidade brasileira, todos os homens de boa vontade, todos aqueles que colocam alto o interesse da Pátria, tão necessitada, nesta hora, de desvelo, de cuidado e de trabalho, sentimo-nos mais do que nunca animados do ardente desejo de trabalhar incansavelmente pela paz da família brasileira .
BrPoli-Jânio_Quadros-1961-12: Um dos momentos altos da história política do Brasil se constitui do manifesto radical de 18 Há quase cem anos, vigoroso movimento de opinião, todo ele embebido das ideias liberais que estão no cerne da democracia moderna passava a pugnar pela emancipação do homem, do município, da província .
BrPoli-Castelo_Branco-1964-2: De uma jornada para a qual, com energia e sobretudo com o meu próprio exemplo, espero a adesão de todos os concidadãos a esse propósito, que será a garantia suprema de todos os homens e mulheres deste País .
BrPoli-Castelo_Branco-1964-10: Cada operário e cada homem de empresa, estes principalmente, pois a eles lembrarei esta sentença de Rui Barbosa: É nas classes mais cultas e abastadas que devem ter seu ponto de partida as agitações regeneradoras .
BrPoli-Castelo_Branco-1964-10: Direi mesmo que a minha humildade de toda uma vida cresce neste instante: nunca um só homem precisou tanto da compreensão, do apoio e da ajuda de todos os seus concidadãos .
BrPoli-Costa_e_Silva-1967-8: A Revolução teve profundas origens populares, num grandioso movimento cívico, que levou às ruas e às praças homens e mulheres, jovens e velhos, dispostos a lutar por Deus e pela Nação, com a solidariedade de todas as classes sociais, de todos os democratas e o apoio unânime e decisivo das Forças Armadas .
BrPoli-Costa_e_Silva-1967-9: Revolução, em verdade, e não golpe de Estado, que visasse tão-somente a substituir um homem por outro ou por outra uma facção política .
BrPoli-Costa_e_Silva-1967-27: Em meio ao conjunto das dificuldades do nosso contexto nacional, o que avulta mais impressivamente são as necessidades imediatas do homem: -- as condições muitas vezes sub-humanas da sua vida, a escassez alimentar, a debilidade dos meios para a defesa da sua saúde, a falta de tônus vital da educação a ele oferecida, notadamente a do grau primário, que é o ensino comum de que ninguém pode prescindir .
BrPoli-Médici-1969-1: Homens de meu País !

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

BrPoli-Médici-1969-10: Valho-me, ainda uma vez, do poeta augusto do Sul, para ver, no vento, o homem do campo do todo o Brasil -- o homem que ninguém vê, sem face e sem história -- aquela humildade mansa, que a vida vai levando na quietação do caminho abraçando a coxilha .
BrPoli-Médici-1969-10: Valho-me, ainda uma vez, do poeta augusto do Sul, para ver, no vento, o homem do campo do todo o Brasil -- o homem que ninguém vê, sem face e sem história -- aquela humildade mansa, que a vida vai levando na quietação do caminho abraçando a coxilha .
BrPoli-Médici-1969-11: Homem do campo, creio no homem e no campo .
BrPoli-Médici-1969-11: Homem do campo, creio no homem e no campo .
BrPoli-Médici-1969-11: E creio em que o dever desta hora é a integração do homem do interior ao processo de desenvolvimento nacional .
BrPoli-Médici-1969-12: Homem da fronteira, creio em um mundo sem fronteiras entre os homens .
BrPoli-Médici-1969-12: Homem da fronteira, creio em um mundo sem fronteiras entre os homens .
BrPoli-Médici-1969-14: Creio em um mundo sem fronteiras entre países e homens ricos e pobres .
BrPoli-Médici-1969-14: Creio em um mundo sem fronteiras tecnológicas, onde o avanço científico fique na mão de todo homem, na mão de toda nação, abrindo-se à humanidade a opção de uma sociedade aberta .
BrPoli-Médici-1969-15: Homem da fronteira, conheço o peso específico nosso País e hei de fazê-lo valer em favor do nosso povo .
BrPoli-Médici-1969-17: Homem de família, creio no diálogo entre as gerações e as classes, creio na participação .
BrPoli-Médici-1969-18: Homem do povo, creio no homem e no povo, como nossa potencialidade maior, e sinto que o desenvolvimento é uma atitude coletiva, que requer a mobilização total da opinião pública .
BrPoli-Médici-1969-18: Homem do povo, creio no homem e no povo, como nossa potencialidade maior, e sinto que o desenvolvimento é uma atitude coletiva, que requer a mobilização total da opinião pública .
BrPoli-Médici-1969-19: Homem do povo, olho e vejo o trabalhador de todas as categorias e sinto que, normalizada a convivência entre empregados e patrões e consolidada a unificação da previdência social, nosso esforço deve ser feito na formação e no aperfeiçoamento de mão-de-obra especializada e no sentido da formulação de uma política salarial duradoura, que assegure o real aumento do salário e não o reajustamento enganador .
BrPoli-Médici-1969-20: Homem do povo, conheço a sua vocação de liberdade, creio no poder fecundante da liberdade .
BrPoli-Médici-1969-21: Homem da caserna, creio nas virtudes da .
BrPoli-Médici-1969-23: Homem da caserna, creio nos milagres da vontade .
BrPoli-Médici-1969-25: Homem de minha terra, creio nas potencialidades e na viabilidade econômica e social de meu País .
BrPoli-Médici-1969-25: Creio no desenvolvimento com, fenômeno global, interiorizado primeiro na alma de cada homem, para poder ganhar, então, a alma da terra toda .
BrPoli-Médici-1969-27: Homem de meu tempo, tenho pressa .
BrPoli-Médici-1969-28: Homem de meu tempo, sei que essa metodologia e esse ritmo de crescimento, por si sós, já não nos bastam, que urge acelerar o processo; que " «o minuano, para enganar a miséria, geme e dança pela rua» "; que penso nas vidas que virão; penso nas dores futuras; penso no século que vai nascer .
BrPoli-Médici-1969-29: Homem de meu tempo, creio no surto industrial brasileiro, em bases estáveis, de vivência nossa, de nosso exclusivo interesse, buscando-se a evolução, o mais cedo que se possa, dos tempos de filial para os tempos de matriz .
BrPoli-Médici-1969-30: Homem de meu tempo, creio na mocidade e sinto na alma a responsabilidade perante a História .

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

BrPoli-Médici-1969-31: Homem de meu tempo, tenho fé em que possamos, no prazo médio de meu governo, preparar as bases de lançamento de nossa verdadeira posição nos anos 2000 e assegurar a nossa participação em programas nuclear e espacial, sempre que sirvam para a aceleração do desenvolvimento brasileiro .
BrPoli-Médici-1969-33: Homem da Revolução, é meu propósito revolucionar a educação, a saúde, a agricultura, para libertar o nosso homem de seus tormentos maiores e integrar multidões ao mundo dos homens válidos .
BrPoli-Médici-1969-33: Homem da Revolução, é meu propósito revolucionar a educação, a saúde, a agricultura, para libertar o nosso homem de seus tormentos maiores e integrar multidões ao mundo dos homens válidos .
BrPoli-Médici-1969-34: E, para isso, convoco a Universidade, chamo a Igreja, aceno à empresa, e brado ao povo para que me ajude a ajudar o homem a ajudar-se a si mesmo .
BrPoli-Médici-1969-35: Homem da lei e do regulamento, creio no primado do Direito .
BrPoli-Médici-1969-35: E, por que homem da lei, é que pretendo velar pela ordem jurídica .
BrPoli-Médici-1969-35: E, homem de pés no chão, sinto que, nesta hora, a ordem jurídica se projeta em dois planos .
BrPoli-Médici-1969-36: Homem da lei, sinto que a plenitude do regímen democrático é uma aspiração nacional .
BrPoli-Médici-1969-36: E, para isso, creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem .
BrPoli-Médici-1969-38: Homem da lei, creio imperioso dotar o Brasil de novos códigos que reflitam os progressos da ciência jurídica, a atualização dos institutos e as inquietudes de um povo em desenvolvimento .
BrPoli-Médici-1969-39: E, homem de fé, creio nas bênçãos de Deus aos que não têm outros propósitos que não sejam os do trabalho da vida inteira, os da justiça e os da compreensão entre os homens .
BrPoli-Médici-1969-39: E, homem de fé, creio nas bênçãos de Deus aos que não têm outros propósitos que não sejam os do trabalho da vida inteira, os da justiça e os da compreensão entre os homens .
BrPoli-Médici-1969-40: E creio nos milagres que os homens fazem com as próprias mãos! E nos milagres da vontade coletiva .
BrPoli-Médici-1969-45: E, com a ajuda de Deus e dos homens, haverei de pôr na mão do povo tudo aquilo em que mais creio .
BrPoli-Figueiredo-1979-46: Reafirmo: não descansarei até estar plenamente assegurado -- sem sobressaltos -- o gozo de todos os direitos do homem e do cidadão, inscritos na Constituição .
BrPoli-Sarney-1985-7: Eu, José Sarney, homem simples como todos do povo, não sou infalível .
BrPoli-Collor-1990-10: Volto a esta Casa, onde vivi período de intenso aprendizado político, para receber o mandato mais honroso e o desafio mais difícil a que um homem público pode aspirar: a presidência do Brasil por delegação do povo .
BrPoli-Collor-1990-19: Não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado .
BrPoli-Collor-1990-64: Assinalo, a propósito, minha satisfação pessoal, como governante e como homem atento às transformações da ordem internacional, por ter prestado, em escala modesta, quando de recente viagem ao exterior, alguma contribuição ao bom diálogo entre os Estados Unidos e a União Soviética .
BrPoli-Itamar_Franco-1992-10: Se o Estado não servir para promover a paz, a justiça e o bem-estar entre os homens, para que servirá ?
BrPoli-FHC-1999-1: Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer Sr. Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Celso de Mello Filho; Srs. Embaixadores; Srs. Senadores; Srs. Deputados; Srs. Ministros de Estado; Srs. Governadores; Eminências; senhoras e senhores, compareço perante o Congresso Nacional para receber, pela segunda vez, a mais alta distinção a que um homem público possa aspirar .

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

BrPoli-Lula-2003-22: Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária .
BrPoli-Lula-2003-32: Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça .
BrPoli-Lula-2003-48: Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos .
BrPoli-Lula-2007-5: Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República .
BrPoli-Lula-2007-86: Por um lado, retirou da miséria milhões de homens e mulheres .
BrPoli-Lula-2007-105: Ela dá conteúdo à cidadania formal de homens e mulheres .
BrPoli-Lula-2007-165: Mais do que um homem, escolheu uma proposta, optou por um lado .
BrPoli-Lula-2007-181: Mais que nunca, sou um homem de uma só causa .
BrPoli-Dilma-2011-3: Abro meu coração para receber neste momento uma centelha da sua imensa energia e sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa dessa ousadia do voto popular que após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do País .
BrPoli-Dilma-2011-10: Que exemplo de coragem e amor à vida nos dá esse grande homem! E que parceria fizeram o Presidente Lula e o Vice-Presidente José Alencar pelo Brasil e pelo nosso povo! Eu e o Vice-Presidente, Michel Temer, sentimo-nos responsáveis por seguir no caminho iniciado por eles .
BrPoli-Dilma-2014-27: Sei que conto com o esforço dos homens e mulheres do Judiciário .
BrPoli-Lula-2023-74: É inadmissível que as mulheres recebam menos que os homens, realizando a mesma função .

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a2

Pode a Timorense tomar a palavra? Um ensaio spivakiano sobre as (im)possibilidades da representação da mulher timorense

Joel Tiago Madeira Moreira
Katholieke Universiteit Leuven (Bélgica)
Joeltiago.madeiramoreira@student.kuleuven.be

Resumo: Este ensaio examina as condições de possibilidade para a audibilidade da mulher timorense através da perspetiva teórica de Gayatri Spivak. A investigação parte da questão central sobre como a figura feminizada timorense é continuamente encenada por discursos coloniais, nacionalistas e desenvolvimentistas que convertem presença visual em silêncio político. Utilizando a distinção spivakiana entre *Darstellung* (representação como encenação) e *Vertretung* (representação como delegação), o estudo analisa um duplo arquivo composto por fontes historiográficas coloniais modernas e pela Guerra do *Barlake* (1969-1973) em Díli. A análise revela como representações que recortam o feminino como alteridade exótica, sexualizada e administrável estabelecem regimes de visibilidade sem agência, legitimando posteriormente delegações que autorizam outros falar em nome das mulheres timorenses. O ensaio demonstra que tanto posições coloniais quanto nacionalistas operam com *Darstellungen* que autorizam *Vertretungen* concorrentes, mas convergentes na exclusão da mulher como agente epistémico. Conclui-se que a timorense constitui uma catacrese - um sujeito transformado em objeto discursivo - produto de encenações reiteradas que preparam delegações onde a voz é apagada para estabilizar o emblema, evidenciando a necessidade de uma gramática crítica capaz de identificar quando retratos operam como alavancas para falar por outrem.
Palavras-chave: Timor-Leste; Representação; Subalternidade; Colonialismo; Feminismo.

Abstract: This essay examines the conditions of possibility for the audibility of the Timorese woman through Gayatri Spivak's theoretical framework. The investigation addresses the central question of how the Timorese female figure is continuously staged by colonial, nationalist, and developmentalist discourses that convert visual presence into political silence. Using Spivak's distinction between *Darstellung* (representation as staging) and *Vertretung* (representation as delegation), the study analyzes a double archive comprising modern colonial historiographical sources and the *Barlake* War (1969-1973) in Díli. The analysis reveals how representations that frame the feminine as exotic, sexualized, and manageable alterity establish regimes of visibility without agency, subsequently legitimizing delegations that authorize others to speak on behalf of the Timorese women. The essay demonstrates that both colonial and nationalist positions operate with *Darstellungen* that authorize competing yet convergent *Vertretungen* in excluding women as epistemic agents. It concludes that the Timorese woman constitutes a catachresis—a subject transformed into a discursive object—the product of reiterated stagings that prepare delegations where voice is erased to stabilize the emblem, evidencing the need for a critical grammar capable of identifying when portraits operate as levers for speaking for others.
Keywords: East Timor; Representation; Subalternity; Colonialism; Feminism.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a3

1. Introdução

Entre vitrines urbanas e fluxos digitais, multiplicam-se imagens que prometem emancipação enquanto estabilizam signos de diferença. Rostos racializados e femininos circulam como ícones de progresso, filantropia ou desenvolvimento, oferecendo um retrato aparentemente neutro que prepara, com eficácia, o direito de enunciar e agir em seu nome. Nesse teatro de boas intenções, a representação deixa de ser mera descrição e torna-se dispositivo de poder. O modo como o mundo é apresentado produz, desde logo, quem pode falar e com que autoridade, sobretudo quando a mulher subalterna aparece como objeto e não como agente epistémico. É neste ponto que se ancora a pergunta orientadora deste ensaio: sob que condições de possibilidade pode a timorense ser ouvida, quando a sua figura é continuamente encenada por discursos coloniais, nacionalistas e desenvolvimentistas que convertem presença visual em silêncio político.

A grelha teórica de Gayatri Chakravorty Spivak fornece aqui a chave crítica, descrita na sua obra *Can the Subaltern Speak?* (1985). Em vez de assumir a imagem como reflexo, Spivak desconstrói a encenação que cria o terreno de legitimação para a delegação. Ao figurar a mulher como vítima, honra, moralidade ou empreendimento, autoriza-se uma voz substituta a governar desejos e interesses, consolida-se uma economia de salvamento que naturaliza o mediador e invisibiliza a sua opacidade. A crítica atinge, de frente, modelos que tomam a experiência imediata como transparente e o intelectual como retransmissor neutro, repondo a ideologia e a mediação como problemas centrais para o estudo de agências subalternas.

A escolha dos campos empírico e teórico retoma a distinção spivakiana entre representações, problematizando a transparência do retransmissor teórico. Um duplo arquivo timorense composto por historiografia colonial e por um caso jornalístico-político urbano, a Guerra do *Barlake* (1969–1973), condensa, de modo exemplar, a cooperação tensa entre projetos coloniais, nacionalistas e patriarcais.

O corpus de partida reúne, por um lado, representações modernas que recortam o feminino como alteridade exótica, sexualizada, laboriosa e administrável, fixando um regime de visibilidade sem agência; por outro lado, e após um hiato secular, observa-se no espaço urbano de Díli uma reedição desses dispositivos em romances, editoriais e colunas de opinião. A combinação de ambos os conjuntos mostra um continuum de encenações que habilitam delegações.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a3

Assim, a utilidade desta aproximação não reside em multiplicar declarações de princípio, mas em oferecer uma gramática crítica capaz de identificar quando um retrato de mulher timorense – como vítima, recurso ou empreendedorismo – está a operar como alavanca para "falar por", repondo sob novas bandeiras a mesma estrutura de substituição. O texto que se segue avança, a partir da leitura de *Can the Subaltern Speak?* (1985), como conversa e exercício de desnaturalização que expõe encenações, rastreia delegações e convoca a responsabilidade de quem representa, sem perder de vista que a própria escrita é um dispositivo que deve responder pelos efeitos que produz.

2. Pressupostos conceptuais

Spivak inicia a sua obra desconstruindo a conversa entre Foucault e Deleuze, realizada em 1972, na qual ambos discutiam o papel da teoria e da prática nos movimentos sociais. As críticas da autora desenvolvem-se em dois eixos principais. O primeiro centra-se na rejeição, por parte dos referidos intelectuais, da ideologia enquanto dispositivo normalizador dos modos e relações de produção capitalista. Esta rejeição é particularmente evidente na articulação entre o centro e as periferias, bem como no trabalho para-capitalista, argumentando que a ideologia opera através da atribuição de subjetividades que reforçam estas hierarquias. O segundo eixo, relacionado com o primeiro, reside na crença expressa por ambos os autores de que os desejos dos oprimidos, independentemente do contexto, podem desafiar as estruturas de poder. Nesse sentido, o intelectual seria visto como um agente normalizador ou um mediador transparente entre a margem e o centro. Porém, Spivak argumenta que esta crença, apesar das boas intenções que a sustentam, acaba por reproduzir os sistemas de silenciamento da subalterna.

Para entendermos o impacto de afirmações como "theory is exactly like a box of tools. It has nothing to do with the signifier" ou "we never desire against our interest, because interest always follows and finds itself where desire has placed it" (Foucault, 2019, pp. 208, 215), procurarei discutir alguns conceitos fulcrais.

Com efeito, é necessário abordar primeiramente o conceito de Poder em Foucault, não apenas para revelar um ponto de concordância ao longo do ensaio, mas também porque a sua materialização se apresenta como um dos objetos centrais do ensaio: o poder de representação. Esta conceção entende o Poder como uma rede de relações que permeia toda a sociedade, sendo inadequado atribuí-lo apressadamente a uma entidade estática ou centralizada (Foucault, 1975, p. 26). Nesta perspetiva, o poder é produtivo, pois molda comportamentos, saberes e instituições.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a3

Não se limita a ser repressivo; antes, cria regimes de verdade que legitimam discursos dominantes e, por consequência, fenómenos concretos. Spivak utiliza esta conceção para identificar, no contexto colonial e pós-colonial, a aplicação da violência epistémica, particularmente quando elites coloniais e nacionais assumem a representação da subalterna.

Quanto ao conceito de Desejo em questão, na obra de Deleuze e Guattari (1972), é-nos apresentado enquanto força primária e produtiva onde, contrariando Freud, o inconsciente é concebido como a sua fábrica e não como um mero teatro de representações. Contudo, enquanto os autores consideram Desejo como um fluxo subversivo capaz de desafiar estruturas sociais rígidas, Spivak critica essa celebração da vontade manifesta da subalterna, argumentando que tal abordagem negligencia a materialidade da opressão colonial. A autora aponta que, ao longo da conversa entre os filósofos franceses, a falta de separação clara entre os conceitos de Desejo e Interesse acaba por reinstaurar a universalidade do sujeito soberano. Spivak ainda nos diz que, para Deleuze e Guattari, Desejo determina a agência e, consequentemente, interesse, estabelecendo entre ambos uma relação mecânica (Spivak, 2021, p. 29).

Em seguida, a obra apresenta o conceito de Catacrese, podendo ler-se como uma figura de linguagem que preenche lacunas onde não existe um termo adequado. Derrida (1981) ao identificá-las como recursos para análises desconstrutivas, permite que Spivak a aplique ao discurso representativo da subalterna. Como exemplo maior temos traduções coloniais, como a *Sati* – de "boa esposa" a "imolação de viúvas" - ou também o termo timorense tétum *Maromak* (Therik, 2023; Trindade, 2024) – de "a luminosa" a "deus hebraico pai de Cristo". Tais distorções servem o regime de poder corrente.

Contudo, as catacreses normativas não se limitam às traduções. Desejo em Deleuze opera como catacrese na medida em que se apresenta como abstração universalizante, imaginada pelo interlocutor como transcultural, quando na realidade está contaminado pela posição empírica específica de quem o formula. Ao empregar tais categorias sem reconhecer o seu enraizamento em contextos históricos e materiais particulares, estas "tornam-se terríveis quando aplicados globalmente" (Spivak, 2021, p. 25). Tomemos como exemplo a catacrese Desenvolvimento: discursos ocidentais elevam-no a conceito universal, ignorando que sua formulação deriva da experiência histórica singular do Ocidente industrializado, saturada de valores económicos e culturais localizados. A universalização acrítica deste termo impõe modelos concretos a realidades radicalmente distintas, hierarquizando aquelas que não se alinham com a sua definição restrita (Spivak, 2021, p. 29).

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a3

Seguidamente, a reflexão apresentada sobre catacreses convoca os conceitos de Subjetividade e Ideologia em Althusser (1980), onde Ideologia não é mero sistema de ideias, mas a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência. Operada por interpelação e materializada em aparelhos ideológicos de Estado como escolas, igrejas e família, as relações de subjetividades constituem indivíduos concretos em sujeitos, como no regime colonial em que categorias como assimilado foram interiorizadas como posições de subalternidade presumivelmente naturais. Assim, Spivak (2021, pp. 26-31) reinterpreta criticamente essa grelha, insistindo que não há acesso puro à consciência subalterna fora das estruturas ideológicas que a constituem.

No centro desta crítica, a representação desdobra-se em dois sentidos extraídos na obra de Marx (1977): *Vertretung*, representação como delegação política ou "falar por", e *Darstellung*, apresentação como encenação estética do mundo social, irredutíveis, mas articuladas na produção de sujeitos e realidades (Spivak, 2021). Segundo o prussiano, a pequena burguesia podia existir como classe económica sem constituir sujeito político, abrindo espaço a representantes externos (*Vertretung*), enquanto a descrição do seu modo de vida operava como retrato (*Darstellung*) sem assegurar transformação coletiva. Porém, Spivak desloca a distinção, mostrando que *Darstellung* não é reflexo passivo, mas produtora de realidades que legitimam *Vertretung*, ao encenar a subalterna e autorizar a delegação que fala em nome dela (Spivak, 2021, pp. 47, 56). A conversa Foucault–Deleuze, ao propor teoria como relé da prática e ao presumir que os oprimidos falam por si sem mediações, reinstala um sujeito do desejo e identifica subalternidade com experiência imediata, obscurecendo a ideologia e o trabalho representacional que tornam essa fala audível, problema que Spivak reabre ao perguntar "pode a subalterna falar?" (Foucault & Deleuze, 2019; Spivak, 2021, pp. 50, 56).

3. Quem fala pela subalterna?

Em Timor-Leste, a distinção entre representações ilumina continuidades coloniais e nacionalistas que encenam a mulher como vítima, enquanto legitimam falar pela mesma. Quando leituras hegemónicas a reduzem a uma identidade essencial, dá-se a passagem de um discurso em primeira/segunda pessoa à constatação em terceira pessoa, convertendo um agente epistémico em objeto de semiose e repetindo, noutros cenários, a mesma gramática de salvamento institucional (Spivak, 2021, pp. 80-84). Este padrão é visível quando, nos anos 1970

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a3

em Díli, intelectuais coloniais recodificam a timorense como vítima da sua cultura, matriz apropriada por desenvolvimentismo económico e cristão (Silva, 2019), como iremos ver.

Também os materiais historiográficos da era moderna mostram como *Darstellung* colonial recorta o feminino como alteridade exótica, sexualizada, laboriosa e administrável, compondo um arquivo de visibilidade sem voz que alimenta uma *Vertretung* posterior:

> "Pigafetta, componente da frota de Magalhães e que visitou a ilha em 1522, é bastante lacónico na sua narrativa: «Fui a terra, só para falar ao homem principal (...) O senhor com quem fui falar era servido somente por mulheres. As mulheres andam, como as outras atrás referidas, todas nuas; trazem pequenos brincos de ouro com fios de seda pendentes, nas orelhas. Nos braços, até aos cotovelos tem muitas manilhas de ouro e latão (…) enchiam o braço esquerdo ou os dois braços – consoante se tratasse de homem ou mulher (…) Era também habitual as mulheres tatuarem o corpo «como as mouras africanas..." (Matos, 1974, pp. 26-27).

Aqui, a insistência descritiva sobre nudez, ornamentos e marcas corporais performam iterativamente a alteridade feminina, fixando-a como superfície legível (Butler, 1999, pp. xiv-xvi):

> "Outro relato anónimo (…): «Todas as vantagens de natureza faz de pouco interesse o carácter dos habitantes destas ilhas que são huns homens indolentes e que cultivam o ócio e os vícios com a maior paichão, as mulheres são as que quazi fazem todo o serviço doméstico e campestre, não se reservando os homens mais que a fazerem pisar pelos gados as terras em que as mesmas mulheres hão de hir depois lançar a semente.»" (Matos, 1974, p. 31).

Já nesta passagem, é a oposição indolente/laborioso que funciona como uma catacrese, naturalizando a divisão sexual do trabalho, ocultando que a própria escrita colonial institui, em vez de apenas registar, essa hierarquia (Derrida, 1981, pp. 3-5).

Em seguida, podemos ler um regimento colonial do séc. XVIII, um enunciado performativo do poder administrativo, que reitera a sujeição feminina. Cada artigo funciona como citação normativa que produz o corpo dócil que nomeia (Butler, 1999, pp. 185-187):

> "Art. 7. Para que as escravas aprenderão a fiar e tecer, o mesmo Intendente as repartirá por algumas cazas particulares desta Praça, fazendo dar as donas delas três gantas de mantimento por mez, com a obrigação de ensinarem e sustentarem as mesmas escravas (…)Art. 8. Logo que as escravas suberem fiar e tecer as fará cazar com alguns escravos que melhor se aplicarem e aprenderem alguns ofícios…" ("Regimento da Intendência-Geral da Marinha e Fazenda Real das Ilhas de Timor e Solor, 1785" in Matos, 1975, p. 186).

Por fim, um relato também do séc. XVIII de um vigário-geral dominicano prepara o terreno discursivo onde a intervenção evangelizadora se legitima como resposta necessária (Spivak, 2021, pp. 90-92):

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a3

> "In 1750 (…) a previous Dominican vicar-general alleged that the local women were exceedingly lascivious and forced their way into the houses of young clergy…" (Boxer, 1960, p. 354).

Estas passagens exemplificam um dispositivo discursivo que torna o corpo feminino em espetáculo que hipersexualiza e moraliza a alteridade, codifica a divisão sexual do trabalho como tropo de legitimação colonial e inscreve o controlo sobre corpo e reprodução de escravizadas como normalidade administrativa.

Já no final da década de 1960, em Díli, a Guerra do *Barlake* reencena a lógica entre *Darstellung* e *Vertretung*, agora no teatro jornalístico e político urbano, mobilizando a comunidade e alinhando posições antagónicas sobre as trocas matrimoniais (1969-1973). A classificação analítica proposta por Silva (2019, pp. 318-319) distingue duas gramáticas: um regime de Dádiva Matrimonial, no qual objetos valiosos são pontes de relações comunitárias, investidos de consubstancialidade com o doador, dotados de agência e inalienabilidade relativa, e onde o valor se mede hierarquicamente; e um regime de Transação de Mercadorias Matrimoniais, fundado na autonomia formal dos agentes, na moeda como instrumento de mensuração e equivalência imediata, e na alienabilidade plena dos bens. Em termos spivakianos, trata-se de dois modos de encenar o eixo pessoas-coisas que, ao serem purificados segundo a episteme moderna (Latour, 1994), neutralizam agências híbridas e espectrais do real, reservando pouco espaço para práticas intermédias e contrariando o espectro de situações que efetivamente ocorrem. Esta transferência de bens de *wife-takers* para *wife-givers*, utilizando as palavras de Trindade (2012, 2024), foi e é ainda um foco de tensão, colonial e pós-colonial, por tocar em fundamentos morais e ontológicos sobre o que pode e deve contar como subjetivação legítima em alianças matrimoniais.

Rapidamente, o debate ganhou tração com a publicação de um romance de Inácio de Moura, funcionário da administração colonial, que denuncia o *barlake* como mercantilização da mulher. Na obra, um rei local impõe honra e dever filial ao Desejo de Cai-Buti por um homem de estatuto inferior, tratado como pobre, e confina a filha até surgir quem satisfaça o valor-moeda exigido, expondo a instrumentalização do corpo feminino como capital nas alianças tradicionais e fornecendo material à crítica colonial do *barlake* como causa de opressão (Moura, 1969, apud Silva, 2019, pp. 324-325). A visão de Moura, apoiada por Jaime Neves, ex-oficiais do exército colonial, que, em registo consonante com a formulação spivakiana – "homens portugueses querem salvar as mulheres timorenses dos homens timorenses" –, defende a abolição do *barlake*. Do lado oposto, líderes nacionalistas com formação ocidental e católica, mas enraizados em tradições locais – Xavier do Amaral, Nicolau dos Reis Lobato e

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a3

Abílio Araújo – apoiados por uma terceira via mediada por Luís Filipe Thomaz, editor de *A Província de Timor*, defendem a instituição.

A posição colonial mantém-se estável ao longo dos quatro anos: sob *barlake*, a mulher não poderia casar por amor; a família detê-la-ia enquanto mercadoria; e, uma vez pago o *barlake*, a esposa passaria a ser objeto esvaziado de desejo e interesse pelos proprietários. A realidade descrita legitimou políticas coloniais e reiterou um imaginário de mulher passiva e carecida de salvamento, ao mesmo tempo que consolidou um imaginário de homens timorenses como egoístas e materialistas por supostamente privilegiarem a dimensão material do casamento sobre a sentimental. Esta perspetiva impõe uma catacrese orientada por cosmologia ocidental, que opera com a incomensurabilidade moderna entre pessoas e coisas e, simultaneamente, com a sua exceção instrumental sob colonialismo. Não surpreende, portanto, a inscrição desta crítica no quadro da missão civilizacional portuguesa, como declarou Neves:

> "No entanto, não podemos ajudá-los [os timorenses] a ascender ao século em que vivemos glorificando camarruas, estilos [rituais], *luliks*, licantropia e o *matebian* [espíritos de parentes falecidos], que escravizam as suas almas; e não podemos justificar como factos que as pessoas de civilização avançada ignoram costumes primitivos que são ofensivos à consciência das pessoas do nosso tempo. Tais costumes colocam [os timorenses] a uma enorme distância, em termos de pensamento e moral, das sociedades com religiões superiores. Façamos, antes, tudo o que pudermos para que, em vez de curiosidade etnológica e etnográfica, como acontece com os Tupi e os Bosquímanos, o povo timorense alcance as alturas da vida cristã que caracteriza o homem civilizado do nosso tempo." (Neves, 1970, apud Silva, 2019, p.324).

Os defensores do *barlake* respondem também pela imprensa colonial, argumentando que a instituição não impõe restrições à liberdade de escolha feminina; que o valor da dádiva, não quantificado como valor-moeda, reforça a honra da mulher; e que o *barlake* funciona como dispositivo de aproximação entre *knuas* ou grupos etnolinguísticos, bem como de reconfiguração intrafamiliar por via das transições entre casas sagradas (Silva, 2019, pp. 325-326).

Analiticamente, no plano spivakiano as duas posições operam com *Darstellung* que autorizam *Vertretung* concorrentes, mas convergentes na exclusão da mulher como sujeito da enunciação pública e agente epistémico. Moura e Neves constroem a figura da vítima a salvar pelo Estado civilizador; os nacionalistas constroem a figura da honorabilidade relacional, em que a mulher é emblema de laços sociais e instituições tradicionais. Mas em ambos os casos, o falso interesse da mulher legitima um mandato de ação em nome dela, reproduzindo a sequência que, segundo Spivak, fabrica repressão, consciência, ser mulher, bondade e desejo da "boa mulher", gramática de produção de sujeito em que *Darstellung* autoriza *Vertretung*.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a3

A partir da gramática althusseriana, pode dizer-se que os aparelhos ideológicos – escola, igreja, administração, redação de imprensa – interpelam sujeitos timorenses em posições que tornam evidentes as descrições circulantes, isto é, naturalizam *Darstellung* como se fossem reflexos de realidades dadas, quando operam, na verdade, como prescrições de lugar social. No arquivo moderno-colonial, as imagens das mulheres como espetáculos de nudez ornamentada, como força de trabalho disciplinada, como problema moral a ser corrigido, e como lascívia que ameaça a pureza eclesiástica, comportam-se como representações estéticas-materiais que definem o que é audível e dizível.

É neste interstício que a noção de para-subjetividade, proposta por Spivak, ganha pertinência, como uma posição que opera dentro ou fora dos sistemas de representação. Sem ser recuperável como presença plena, ajuda a ler o modo como, entre patriarcado e imperialismo, a figura da mulher "desaparece" enquanto sujeito, mesmo quando onipresente como emblema (Spivak, 2021, p. 121). Na prática, este desaparecimento não é ausência, mas um excesso difícil de acomodar pelas gramáticas purificadas do debate, sejam elas cristãs-coloniais, tradicionalistas-nacionalistas ou desenvolvimentistas.

E como vimos, também a historiografia hegemónica moderna oferece apenas um eixo diacrónico para perceber como a diferença feminina foi fabricada como evidência, sustentando, no longo curso, a transitividade entre descrição e delegação. A passagem de Pigafetta, ao tornar a nudez e os adornos medida descritiva da alteridade, desloca a mulher para um plano de visibilidade que a despoja agência, adequada o suficiente para justificar, *a posteriori*, normativas dominantes. O relato anónimo que contrapõe homens indolentes a mulheres laboriosas consuma um tropo de feminização do homem colonizado, reordenando o trabalho como argumento de inferioridade masculina e reafirmando a tutoria imperial, sem reconhecer agência feminina autónoma. O Regimento de 1785 exemplifica a governação do corpo e do trabalho femininos sob o signo da tecelagem e do casamento compulsivo, consolidando a convergência entre patriarcado e administração colonial na produção de sujeitos dóceis e úteis. E o vigário-geral dominicano, ao denunciar uma suposta perversão de mulheres locais, transforma a sexualidade feminina em obstáculo e objeto de evangelização, transferindo para o campo moral-religioso a chave da intervenção e consolidando a mulher como problema a ser resolvido pelo poder (Matos, 1974, 1975; Boxer, 1960).

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a3

4. O que é a *timorense*?

Dois quadros metodológicos orientaram a execução deste estudo. O primeiro, de carácter pedagógico, como fui descobrindo ao longo destas páginas, a timorense é, por definição, uma catacrese, um agente epistémico transformado em objeto e o produto de um discurso que visa exclusivamente representar, por substituição, o interesse do seu orador. A figura timorense feminina aparece como resultado de encenações reiteradas – *Darstellungen* – que preparam e legitimam delegações – *Vertretung* – onde outros assumem a palavra por substituição, sob agendas por vezes antagónicas, mas estruturalmente convergentes no gesto de representação que apaga a voz para estabilizar o emblema. É por isso que o problema da fala não pode ser separado dos dispositivos que fazem ver, saber e julgar, pois a forma como o mundo é apresentado na escrita e na imagem estabelece, de antemão, as condições de audibilidade e de governo do que nele é mostrado, sobretudo quando o que é apresentado é um conjunto de objetos e discursos convertidos em causa.

Esta economia da representação só se compreende ao devolver as subjetividades e para-subjetividades ao centro da análise, como insiste Spivak ao criticar soluções que proclamam a transparência do retransmissor e convertem experiência imediata em garantia de verdade, esquecendo que toda a audibilidade é mediada por aparelhos que interpelam sujeitos e codificam os seus enunciados segundo gramáticas de reconhecimento hegemónicas. A crítica ao par Foucault–Deleuze, ao denunciar a ficção do intelectual transparente e a identificação do subalterno com a experiência que fala por si, reabre a questão como ética de mediação: perguntar "pode a subalterna falar?" é indagar se as condições de possibilidade da sua fala não foram, de antemão, ocupadas por imagens e por procuradores.

O arquivo diacrónico em que Pigafetta torna a nudez ornada argumento de alteridade, o "Regimento" de 1785 disciplina o corpo e o trabalho de escravizadas e o vigário-geral transforma sexualidade em obstáculo à evangelização mostra que a distribuição de visibilidades e silêncios é efeito de regimes de poder que repetem a passagem da descrição à delegação com modulações históricas previsíveis. Lido ao lado do dossiê jornalístico de Díli, esse arquivo evidencia um continuum que fabrica a mulher como figura a ser mostrada e governada, cujo retorno em versão nacionalista ou desenvolvimentista confirma que as primeiras imagens não eram meras descrições, mas investimentos estruturantes do que se tornaria possível dizer e fazer, ontem e hoje.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a3

Daí que a pergunta "o que é a timorense?" não peça uma essência, mas que vise desmontar as imagens que se tornaram tão úteis para falar, planear e intervir por procuração, em discursos que podem discordar nos fins, mas convergem no gesto de substituição que mantém a para-subjetividade feminina na orla do enunciável.

É nesse limiar que a formulação spivakiana "entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece" (Spivak, 1999, p. 306) deve ser lida, não como fatalismo, mas como alerta metodológico, pois quando esta mulher essencial aparece demasiado, frequentemente o sujeito feminino já desapareceu. Responder exige, portanto, indisciplina atenta às catacreses que fundam mundos, começando por nomear "timorense" como significante em disputa e não como identidade neutra. Trata-se de recusar a facilidade com que o retrato se converte em mandato e com que a boa intenção de "dar voz" repete o mecanismo de silêncio, assumindo que nenhum arquivo fala por si e nenhum mediador é neutro, inclusive o mediador que se reivindica próximo do terreno ou vindo dele, dado que a proximidade também é uma construção interpelada.

5. Considerações finais

Retomando a pergunta que abriu este texto – sob que condições de possibilidade pode *a timorense* ser ouvida – a resposta que aqui se propõe é negativa em sentido estrito e produtiva em sentido crítico. *A timorense* não é ouvida enquanto as suas encenações continuarem a preceder e a autorizar quem fala por ela, mas o mapeamento dessas encenações abre a possibilidade de as reconhecer e de as interromper. O arquivo colonial moderno e a Guerra do *Barlake*, lidos em conjunto, revelam-se como dois momentos de um mesmo dispositivo. Um fixa a mulher timorense como corpo exótico e laborioso a administrar, outro reencena essa fixação como debate entre honra e mercadoria, mostrando que a distância de dois séculos não interrompe a gramática da substituição, mesmo que lhe altere o vocabulário.

Importa reconhecer, no entanto, os limites deste percurso. O corpus mobilizado é inteiramente textual e mediado por vozes masculinas, coloniais ou nacionalistas, sem que nele se ouça diretamente qualquer testemunho de mulheres timorenses – ausência que não é lacuna a corrigir por acumulação de fontes, mas antes confirmação do próprio problema que o ensaio persegue. Ficam, por isso, em aberto vias de investigação futura que esta análise não pôde percorrer, nomeadamente arquivos orais pós-independência, fontes em tétum e testemunhos não traduzidos. Entre vitrines urbanas e fluxos digitais, as imagens contemporâneas de

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a3

mulheres racializadas que abriram este ensaio confirmam que a pergunta pela audibilidade subalterna não pertence a um passado colonial encerrado, mas continua a organizar, no presente, quem pode falar e em nome de quem.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a3

Referências bibliográficas

Althusser, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado* (J. J. de M. Evangelista & M. L. V. de C. Ribeiro, Trads.). Editorial Presença.

Boxer, C. R. (1960). Portuguese Timor, A Rough Island Story: 1515-1960. *History Today*, *10*(5), 349-355.

Butler, J. (1999). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity* (10th anniversary ed.). Routledge.

Deleuze, G., & Guattari, F. (1972). *L'Anti-Œdipe: Capitalisme et Schizophrénie* (Vol. 1). Les Éditions de Minuit.

Derrida, J. (1981). *Dissemination* (B. Johnson, Trad.). University of Chicago Press.

Foucault, M. (1975). *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. Penguin Books.

Foucault, M. (2019). *Language, Counter-Memory, Practice: Selected Essays and Interviews* (D. F. Bouchard, Ed.). Cornell University Press.

Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica* (C. I. da Costa, Trad.). Editora 34.

Marx, K. (1977). *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (L. K. Ribeiro, Trad.). Editorial Estampa.

Matos, A. (1974). *Timor Português 1515-1769: contribuição para a sua história*. Instituto Histórico Infante Dom Henrique.

Matos, A. (1975). Subsídio para a História Económico-Social de Timor no Século XVIII. *Bracara Augusta*, *29*(67), 165–190.

Silva, K. (2018). Marriage Prestations, Gift Making, and Identity in Urban East Timor. *Oceania*, *88*(1), 127-147.

Silva, K. (2019). The barlake war: Marriage Exchanges, Colonial Fantasies, and the Production of East Timorese People in 1970s Dili. In R. Roque & E. Traube (Eds.), *Crossing Histories & Ethnographies. Following Colonial Historicities in Timor-Leste* (pp. 313-338). Berghahn Books.

Spivak, G. C. (1999). *A critique of postcolonial reason: Toward a history of the vanishing present.* Harvard University Press.

Spivak, G. C. (2021). *Pode a subalterna tomar a palavra?* (A. S. Ribeiro, Trad.; 1.ª ed.). Orpheu Negro.

Therik, T. (2023). *Wehali: The Female Land: Traditions of a Timorese Ritual Centre* (2ª ed.). ANU Press.

Trindade, J. (2012). Lulik: Valor Fundamental Timoroan Nian. In M. Leach, N. C. Mendes, A. B. da Silva, B. Boughton, & A. da Costa Ximenes (Eds.), *New Research On East Timor* (pp. 16–29). Swinburne Press.

Trindade, J. (2024). Decolonising Gender Discourse: Women's status in Timor-Leste's cultural context. In M. Quinn, M. Barreto-Soares, R. L. Williams, C. Fernandes, Z. Pereira, L.-A. Blanchard, K. Tsuchiya, G. Neves, L.-L. Chen, H. Loney, & M. Leach (Eds.), *Peskiza Foun Kona-ba Timor-Leste* (1ª ed., Vol. 1, pp. 54–69). Timor-Leste Studies Association.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a3

Injustiça epistémica na saúde do sexo feminino: O impacto de um desmerecimento histórico

Rafaela Queiroz de Sousa
Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)
rafaelaqsousa@gmail.com

Resumo: Este trabalho analisa a persistência de preconceitos de género na medicina contemporânea, estabelecendo um paralelismo entre o diagnóstico histórico de "histeria" e a atual psicologização do sofrimento feminino sob o rótulo da "ansiedade". Através de uma revisão bibliográfica que articula a história da medicina analisada a partir de Andrew Scull e Elinor Cleghorn, com a filosofia de Miranda Fricker, o capítulo explora os conceitos de injustiça epistémica testemunhal e hermenêutica. Argumenta-se que a exclusão histórica do sexo feminino (coloquialmente também referido como "mulheres" ao longo do capítulo) da investigação científica e a eleição do corpo masculino como padrão universal resultaram numa lacuna de dados que compromete o diagnóstico de patologias, como as doenças cardiovasculares e a neurodivergência (em concreto, autismo) no sexo feminino. O texto demonstra que, embora o termo "histeria" tenha sido abandonado, os seus pressupostos permanecem ativos, manifestando-se na desvalorização do relato da dor e numa gestão sintomática baseada numa intervenção farmacológica saturada. Conclui-se que a correção destas assimetrias exige uma realojamento do investimento em investigação e uma reeducação do olhar médico, reconhecendo a especificidade do corpo feminino não como um ruído metodológico, mas como uma dimensão biologicamente relevante.
Palavras-chave: Injustiça epistémica; Saúde da mulher; Histeria; Investigação médica; Viés de género.

Abstract: This work analyzes the persistence of gender bias in contemporary medicine, establishing a parallel between the historical diagnosis of "hysteria" and the current psychologization of female suffering under the label of "anxiety." Through a literature review that articulates the history of medicine, analyzed through the works of Andrew Scull and Elinor Cleghorn, with the philosophy of Miranda Fricker, this chapter explores the concepts of testimonial and hermeneutical epistemic injustice. It is argued that the historical exclusion of the female sex (colloquially also referred to as "women" throughout the chapter) from scientific research and the election of the male body as a universal standard resulted in a data gap that compromises the diagnosis of pathologies such as cardiovascular diseases and neurodivergence (specifically, autism) in females. The text demonstrates that although the term "hysteria" has been abandoned, its assumptions remain active, manifesting in the devaluation of pain reports and in a symptomatic management based on saturated pharmacological intervention. It concludes that correcting these asymmetries requires a reallocation of research investment and a re-education of the medical gaze, recognizing the specificity of the female body not as a methodological noise, but as a biologically relevant dimension.
Keywords: Epistemic injustice; Women's health; Hysteria; Medical research; Gender bias.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a4

1. Introdução

A medicina deve ser imparcial e adequada. No entanto, a sua história está repleta de sintomas femininos ignorados, mal interpretados ou patologizados. Durante séculos, a histeria foi o diagnóstico padrão para aquilo que não se compreendia no corpo feminino e, apesar deste diagnóstico ter caído em desuso clínico, os efeitos simbólicos e sociais da terminologia persistem. A figura da mulher histérica, instável e emocionalmente incontrolável não se restringe apenas ao passado, mas perdura na aplicação da medicina atual. A exclusão das mulheres nos ensaios clínicos, a desvalorização sistemática dos relatos de dor e até mesmo o aconselhamento desproporcionado de tratamentos psicologizantes em vez de físicos são apenas alguns exemplos de como a injustiça epistémica está profundamente enraizada na medicina e na investigação científica.

Este capítulo propõe-se a explorar a relação entre a história da histeria e as estruturas de conhecimento que ainda hoje moldam a prática médica, comprometendo, de forma sistemática, o acesso das mulheres a cuidados de saúde adequados. Através de um ensaio teórico-argumentativo sustentado na articulação crítica entre história da medicina e filosofia epistémica, este capítulo parte da reconstrução histórica da histeria no Ocidente, traçada por Andrew Scull, em conjunto com a análise da medicina de uma perspetiva da mulher apresentada por Elinor Cleghorn, articulando-se com a análise filosófica de Miranda Fricker sobre os conceitos de injustiça epistémica testemunhal e hermenêutica, com o objetivo de compreender como se mantêm estes mecanismos de desvalorização em torno da experiência clínica feminina. Simultaneamente, são abordadas contribuições contemporâneas, como as de Alyson McGregor (*Sex Matters*) e Caroline Criado-Perez (*Invisible Women*), que oferecem evidência empírica e estatística sobre a persistência da desigualdade de género na medicina moderna. As suas obras mostram que a exclusão das mulheres não deriva apenas de uma herança histórica, mas também de uma realidade metodológica atual. É a partir desta articulação que se argumenta que a histeria e os seus pressupostos epistemológicos funcionaram como condição de possibilidade das lacunas que persistem na medicina contemporânea. O objetivo é mostrar como as raízes históricas, o contexto social e as estruturas de poder epistemológico que contribuem para a injustiça epistémica na saúde das mulheres não são acidentais. São, sim, a expressão de um sistema médico que continua a privilegiar certos corpos, saberes e vozes em detrimento de outros.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a4

2. Filosofia como Enquadramento Teórico

Embora a histeria seja, à primeira vista, uma questão histórica, a sua análise revela lacunas interpretativas que exigem um enquadramento filosófico. É aqui que o conceito de injustiça epistémica, formulado por Miranda Fricker (2007) se torna essencial:

> (...) the project of this book is to home in two forms of epistemic injustice that are distinctively epistemic in kind, theorizing them as consisting, most fundamentally, in a wrong done to someone specifically in their capacity as a knower. (Fricker, 2007, p. 1)

A autora procura identificar desigualdades específicas no domínio do conhecimento e introduz dois tipos diferentes de injustiça epistémica: injustiça epistémica testemunhal e hermenêutica. De acordo com Fricker, a primeira ocorre quando um sujeito é desvalorizado como fonte de conhecimento devido a preconceitos sociais. A sua credibilidade é reduzida apenas pela identidade que assume, seja por género, raça, classe ou sexo. A autora explica-nos que a segunda acontece quando há uma lacuna coletiva nos recursos disponíveis, o que impede um grupo de expressar adequadamente a sua experiência. Ambos estes tipos de injustiça epistémica são facilmente transcritos para o contexto da saúde da mulher. Na injustiça testemunhal, por exemplo, é quando a dor descrita por um indíviduo do sexo feminino (em qualquer tipo de patologia) é considerada, de forma consciente ou não, como exagerada, emocional ou mesmo pouco fiável, simplesmente pelo seu sexo. Por sua vez, na injustiça hermenêutica, podemos usar a endometriose como um exemplo prático: antes de ser amplamente reconhecida, as pacientes que sofriam de dores incapacitantes não dispunham de termos e conceitos para descrever o seu mal-estar, ficando sujeitas a interpretações médicas redutoras ou psicologizantes.

No quadro da histeria, estes dois tipos de injustiça estão entrelaçados. O sexo feminino foi sistematicamente, ao longo dos séculos, desacreditado como testemunha do seu próprio corpo (injustiça testemunhal) e, ao mesmo tempo, não existia uma linguagem médico-científica que lhe permitisse dar sentido às suas experiências (injustiça hermenêutica). A histeria torna-se, assim, um terreno privilegiado para observar este fenómeno.

3. Histeria como Construção Histórica e Epistémica

O conceito de injustiça epistémica fornece-nos o vocabulário necessário para descrever esta exclusão estrutural. Contudo, é a análise feita por Andrew Scull (2009) e Elinor Cleghorn

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a4

(2021), que nos permite compreender como ela se construiu e que imaginário médico e cultural é que lhe deu origem:

> Hysteria is a pathological condition with a fascinating and tortuous medical and cultural history. If the malady seems to change its shape and its form over the centuries, who can be surprised? For here is a disorder that even those who insist on its reality concede is a chameleon-like disease that can mimic the symptoms of any other, and one that somehow seems to mold itself to the culture in which it appears. (Scull, 2009, p. 6)

De acordo com a Classificação Internacional de Doenças na edição ICD-9, publicada no ano de 1977, a histeria era descrita como uma condição de cariz neurótico e psicopatológico predominantemente diagnosticada em mulheres. Tal como mencionado por Scull, os significados e tratamentos atribuídos a esta "doença" alteram-se ao longo dos séculos, sempre moldados por contextos históricos, políticos e culturais.

3.1. Útero Errante na Medicina Hipocrática

As suas raízes remontam à Grécia Antiga: no *Corpus Hippocraticum* [1], onde encontramos a concepção de que o útero era a origem de todas as doenças. Não é por acaso que o termo "histeria" provém do grego *hysteria,* útero. Scull resume que:

> It was not just that the female of the species was differently constituted from the male; she was also fundamentally inferior: (...). Her body was more readily deranged - for example, by puberty, pregnancy or parturition, by menopause, or by suppressed menstruation, all of which could impose profound shocks on her internal equilibrium (...); or by the womb wandering about internally in search of moisture (...). (Scull, 2009, p. 13)

Scull explica que é a partir destas noções, constantemente revistas e trabalhadas por Galeno e outros comentadores ocidentais e orientais, que os entendimentos clássicos de histeria se desenvolveram.

Elinor Cleghorn mostra como estas conceções se traduziram em práticas clínicas: mulheres jovens e solteiras eram aconselhadas ao casamento e à gravidez como forma de "cura", enquanto as mulheres casadas eram orientadas para relações sexuais regulares e estimulação genital como tratamento - práticas que estiveram na origem dos primeiros dildos. Tudo isto assenta na ideia de "útero errante":

> The womb hungered for intercourse and pregnancy in a way that was always beyond the control of the woman it resided within. To govern a woman's biological destiny, physicians pushed the message that *the womb wants what it wants*. From Hippocratic diagnoses like 'suffocation of the womb' came the idea that an unfulfilled, unemployed uterus could move out of place, wreaking havoc upon the organs

[1] Latim para Coleção Hipocrática.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a4

> it reached, including the heart and liver, and causing a startling array of symptoms. (Cleghorn, 2021, p. 27)

Scull faz também menção da adoção destas práticas mencionando que havia uma certa tradição de conectar o sexo com a histeria e muitas vezes com a própria sexualidade, referindo que comentadores romanos mantinham esta concepção presente na sociedade, pois "sexual deprivation could cause the disorder" (Scull, 2009, p. 14), recomendando-se o casamento para as mulheres solteiras e gravidez para aquelas casadas.

Scull e Cleghorn relembram que estas interpretações surgem numa época em que as mulheres ocupavam uma posição social precária em comparação ao homem, sendo consideradas propriedades dos seus pais e mais tarde, quando casadas, dos seus maridos. Eram completamente reduzidas à sua função reprodutiva e a sua saúde, por sua vez, era inteiramente definida pelo útero. Como sintetiza Cleghorn, "their sole purpose was to bear and raise children, women's health was entirely defined by their uteruses." (Cleghorn, 2021, p. 25).

3.2. Impacto da Religião na Patologia

Estas visões prolongam-se pela Idade Média. A mulher continuava a ser vista como inferior em relação ao homem e, considerando o ambiente religioso medieval, esta conceção da biologia feminina intensificou-se, até se transformar na crença de que as mulheres não eram apenas frágeis, mas potencialmente demoníacas: (Cleghorn, 2021, p. 43).

> It was a tradition that firmly located an array of strange bodily symptoms that others might be tempted to attribute to the supernatural - to bewitchment, or to possession by devils - to the material universe, and to disorders of the female body. (Scull, 2009, p. 15)

Na realidade, com a pressão religiosa da sociedade da época, "accusing women of witchcraft was a powerful way for social and religious authorities to maintain male dominance and supremacy in their villages and towns." (Cleghorn, 2021, pp. 51-52). De acordo com o Parlamento Britânico (s.d.), em 1542 foi aprovado o *Witchcraft Act*, que definia a prática de feitiçaria como um crime punível com morte. A aprovação desta lei retirava o poder de julgamento das mãos da Igreja, para a responsabilidade dos tribunais civis. Um pouco mais de um século depois desta lei ser passada, surge o caso de Mary Glover, mencionado e desenvolvido por ambos os autores.

Mary Glover era uma jovem de catorze anos, que começou a demonstrar uma variedade de sintomas depois de uma interação, tornada altercação, com Elizabeth Jackson, uma vizinha mais velha, descrita e acusada por muitos como uma possível bruxa. Mary apresentava

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a4

dificuldade de fala, espasmos, convulsões, dores abdominais, sensação de sufocação na garganta, estados de inconsciência aparentes. Dado as crenças da altura, "the alarmed townspeople forced the old woman to visit Mary" (Cleghorn, 2021, p. 53), numa tentativa de compreender se a causa da desgovernação da Mary seria Jackson. De acordo com os relatos, "Mary apparently fell into her strongest fit yet." (Cleghorn, 2021, p. 54).

Dentro do contexto histórico da época, era inegável a culpa que a velha senhora tinha nesta situação, ao qual ela foi julgada e, sendo poupada da sentença de morte, foi-lhe apenas dado como pena um período de encarceramento. Apesar da pena aplicada, Mary continuou a demonstrar sintomas durante as semanas que se seguiram. De acordo com o Parlamento Britânico (s.d.), as acusações formais contra bruxas eram feitas a mulheres geralmente mais velhas e pobres, sendo a Elizabeth Jackson um perfeito exemplo disto. Cleghorn analisa este detalhe:

> Whatever the truth, the old woman of Beckenton was incriminated because of her age, bodily appearance, low social status and temperament. There's very little information about what she was like, other than her erratic and supposedly vengeful behaviour. Like so many women accused of witchcraft, she was probably going through the menopause. (...) Menopause was both a physical and a psychological pathology; women undergoing the change were seen as unstable, querulous, ill-tempered and intent on doing harm. (Cleghorn, 2021, p. 54)

Esta análise de Cleghorn ilumina o enquadramento cultural e médico da época, levando a que a credibilidade de Jackson fosse deslegitimada não em função de provas concretas, mas por quem ela era. Tornam-se visíveis as duas formas de injustiça epistémica descritas por Fricker: a injustiça testemunhal, quando o testemunho de Jackson foi desacreditado, e a injustiça hermenêutica, quando a experiência feminina da menopausa só podia ser compreendida por aspectos externos, como bruxaria, influência demoníaca ou humores. Tudo isto negava às mulheres um enquadramento adequado da sua própria realidade. Apesar de o caso de Jackson não ser diretamente ligado à histeria, ele não surge como exceção ao longo da história do Ocidente e torna-se fulcral de ser mencionado e analisado.

Regressando ao caso de Mary Glover, os tribunais primeiro declararam que todas as ações e sintomas que a jovem demonstrava eram devido a uma possessão, previamente incitada por Jackson. Com esta acusação, um médico chamado Edward Jorden foi chamado para apresentar uma defesa em nome de Jackson. Jorden defendeu também esta possibilidade da panóplia de sintomas serem derivados de uma possessão, mas mais tarde explicou que Mary "was not possessed of supernatural powers at all, because Glover was suffering from a natural

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a4

disease called *Passio Hysterica,* a condition very similar to 'suffocation of the womb'" (Cleghorn, 2021, p. 55).

Scull analisa a defesa formulada por Jorden, mais tarde também elaborada e publicada no seu panfleto *A Briefe Discourse of a Disease Called The Suffocation of the Mother,* publicado em 1603:

> In support of his claims, Jorden was quick to point to women's great susceptibility to disease, and to their particular susceptibility to the 'suffocation of the mother', and because of the womb's close connections with "the braine, heart, and liver... and the easie passage which it hath into them by the Vaines, Arteries and Nerves." (Scull, 2009, pp. 16-17)

Mary Glover era a própria testemunha do seu corpo, mas os seus sintomas foram constantemente analisados e reinterpretados por terceiros, sendo esses terceiros médicos, clérigos ou juízes, todos eles homens (i.e., do sexo masculino). Isto é um claro exemplo de injustiça testemunhal. A jovem não tinha conceitos médicos apropriados para descrever a própria experiência - conceitos que apareceram séculos mais tarde - e o diagnóstico da época, "sufocação da matriz", era um conceito dominado por concepções medicinais antigas e culturais, moldadas por ideias sobre o útero, considerando-o desequilibrado ou imprevisível.

Apesar de todo o propósito de médicos como Jorden ser chamar à atenção para ideais religiosos que impediam avanços médicos ou científicos, as intenções não podiam ser propriamente chamadas de feministas ou revolucionárias. De acordo com Cleghorn, a maior parte das mulheres que eram diagnosticadas por Jorden com a mesma doença que Mary eram sempre jovens mulheres ou mulheres mais velhas e os tratamentos ideais para cura eram relações sexuais, casamento ou gravidez, tal como prescrito anteriormente no *Corpus Hippocratium*:

> During the Antiquity and throughout the Middle Ages, dissection of human cadavers was forbidden on religious and cultural grounds. (...) Galen had studied women's organs during surgeries, but his vision of the female anatomy was mostly based on dissections of monkeys and pigs, as well as sheep, goats and dogs. (...) Galen essentially disproved the 'wandering womb', but he was resolute that the female genitalia were weaker, smaller and colder facsimiles of the mighty penis and testes. (Cleghorn, 2021, pp. 59-60)

Esta descrição de Cleghorn evidencia que muito do conhecimento médico antigo sobre o corpo feminino era fundamentalmente especulativo e enviesado, reproduzindo mais concepções culturais e sociais do que propriamente fatos empíricos. A afirmação de que os "genitais femininos eram comparativamente mais fracos, menores e mais frios" mostra como visões culturais e morais se infiltraram facilmente no discurso médico, moldando interpretações científicas de acordo com estereótipos de género. As mulheres não tinham como compreender

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a4

a sua própria biologia fora do quadro galénico, pois os conceitos disponíveis eram dominados por homens e pressupostos sobre a inferioridade feminina.

Mesmo quando a experiência clínica e direta das mulheres poderia fornecer informação relevante, esta era sistematicamente desacreditada, sendo entendida como "bruxaria" ou "possessão demoníaca". Isto apenas mostrava que o conhecimento médico da altura favorecia certas vozes, masculinas e académicas, em detrimento daquelas que pertenciam ao próprio objeto de estudo, as mulheres.

Scull chama a atenção para a relevância do género quando abordamos o assunto da histeria, mencionando que "it is perhaps fitting that the first prominent English patient to be considered hysteric should be a young unmarried girl" (Scull, 2009, p. 23). Este curto e simples argumento do autor mostra como a histeria não pode ser analisada apenas como uma doença clínica, sendo visível que a medicina, longe de ser neutra, foi desenvolvida com bases de narrativas sociais de género, que atravessam séculos.

No entanto, mesmo tendo Jorden trazido atenção pública para este diagnóstico, pouca relevância teve na comunidade médica e científica nos anos seguintes, como mencionado por Scull:

> A *Briefe Discourse* of a *Disease Called the Suffocation of the Mother* had but a short half-life and then disappeared from view, never reprinted, seldom cited, left to the gnawing criticism of the mice. With it went any serious interest in the disease it claimed to identify, and that interest would not revive for several decades. (Scull, 2009, p. 21)

3.3. Histeria como Doença do Sistema Nervoso

Posteriormente, por parte dos dois autores, surge a referência a Thomas Willis, um médico inglês que fez grandes contribuições para a neurologia, psicologia e psiquiatria durante a segunda metade do século XVII. De acordo com Cleghorn:

> He encountered severed girls and women suffering from bizarre symptoms that appeared to be hysteric - convulsions, intense melancholy, unexplained pains, violent manias and even inexplicable fits of leaping. As a follower of Galen, he assumed such symptoms were caused by foul humours emanating from their uteruses. But his interest in the causes of extreme behavioural and emotional states shifted as he became fascinated by the way the mind and body communicated. (Cleghorn, 2021, p. 78)

Após estudar o corpo humano, em especial o cérebro e o sistema nervoso, concluiu que a causa destes sintomas histéricos não eram aflições do útero, mas sim "disorders of the nerves and spirits" (Cleghorn, 2021, p. 79). O tratamento aplicado focava-se em "getting the disease out of the body", através de, por exemplo, sangramentos. Willis cunhou o termo "neurologia"

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a4

e, com os estudos que fez, a histeria tornou-se uma "female malady, perhaps the quintessential female malady" (Scull, 2009, p. 30).

Em vez de quebrar com a visão de inferioridade biológica da mulher, essa mudança de compreensão da histeria por parte de Willis consolidou-a como a doença feminina por excelência, perpetuando os mecanismos de deslegitimação testemunhal e hermenêutica já existentes há séculos. Isto é algo que Cleghorn menciona, explicando que as mulheres eram "universally believed to be utterly at the mercy of feelings, were always predisposed to illnesses and diseases incited by emotional lability" (Cleghorn, 2021, p. 81).

A visão do médico inglês foi também defendida e aceite pela comunidade científica da época devido ao seu apoio por parte de Thomas Sydenham. Sydenham era também médico, porém recusava fazer análises do corpo humano através da dissecação, como Willis havia feito, devido às suas crenças puritanas. Quando Sydenham notou uma presença de sintomas da histeria também em homens, percebeu que não poderia ser o útero a fonte desta doença feminina e muito menos classificar-se como, apenas, uma doença feminina. No entanto, Sydenham classificou a versão de cada sexo com uma linguagem distinta: nomeou os sintomas apresentados em mulheres como "hysterical complaints" e aqueles apresentados em homens como "hypochondriacal complaints" (Scull, 2009, p. 33). Sydenham distinguiu-as entre si: as afeções histéricas caraterizavam-se por serem sintomas mais dramáticos e emocionais, sem causa física aparente, por sua vez, as afeções hipocondríacas estavam associadas à região do hipocôndrio, apresentando sintomas físicos e vagos, também sem causa aparente. Esta designação derivava da crença que as afeções hipocondríacas derivaram de "some obstruction of the spleen or viscera" (Scull. 2009, p. 32), pois o baço produzia humores mais negativos.

Scull levanta uma questão importante acerca da medicina da época:

> Seventeenth- and eighteenth-century physicians rarely laid hands on their patients, relying on head, not hand, as the basis of their diagnostic acumen, and leaving the stigmatizing manual tasks that were a necessary part of any direct examination of the patient's body to the lower-status surgeons. Inevitably, this neglect of the physical examination led to all manner of diagnostic errors. (Scull, 2009, p. 33)

A recusa em fazer um exame físico não era apenas um problema técnico, mas também um problema epistemológico e social: a medicina da época estava preocupada em reafirmar a autoridade médica, privilegiando o raciocínio abstrato em detrimento da observação do paciente. Isto abriu espaço para interpretações parciais, sustentadas em modelos teóricos ultrapassados. Neste contexto, a histeria prosperou como uma categorização diagnóstica porque oferecia uma

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a4

narrativa cultural pronta para preencher qualquer lacuna deixada pela ausência de contato com o corpo:

> The new doctrine of the nerves made it easy to extend the diagnosis to males, and both Willis and Sydenham had explicitly recognized the existence of male hysterics. For all that, women were still seen as contributing a disproportionate share to the ranks of the sufferers, a disparity that seemed easy to explain, for the female frame, and the female nervous system, were simply a frailer, lest robust version of the male. (Scull, 2009, p. 55)

O sexo feminino, em particular, sofria uma dupla desvantagem devido ao preconceito de género e a falta de credibilidade epistémica. O saber médico não dava voz às pacientes e desvalorizava-se por completo o testemunho das mesmas, sendo um bom exemplo da injustiça testemunhal apresentada por Fricker.

4. Do Século XIX ao Século XX: Um Progresso Contraditório

Com a evolução da farmacologia científica, a toma de medicamentos como forma de tratamento popularizou-se em meados do séc. XIX. Scull menciona que "hysterical patients", apesar de lucrativos para a indústria farmacêutica, "seldom seemed to get better" (Scull, 2009, p. 65). Robert Brudenell Carter, como outros colegas médicos, atendia um grande número de pacientes diagnosticados com histeria. E, conforme as frustrações destes pacientes (quase todos eles do sexo feminino) aumentavam, Brudenell decide mudar a sua visão sobre o que estava de errado com eles e qual a origem destas inclinações histéricas:

> Strong emotions could disrupt the equilibrium of the body (...). Here was the important source of the far greater frequency of hysteria among the female of the species. Men think, women feel. (...) at bottom, hysteria was a disorder rooted in the body. (Scull, 2009, pp. 67-68)

Brudenell concluiu que o primeiro ataque histérico talvez fosse "traced back to physiology", mas conforme a doença se desenvolvia, outros ataques "were provoked by the recall of the emotions that had produced the original attack, and could sometimes be deliberately induced by the patient" (Scull, 2009, p. 68). Na realidade, as mulheres "were effectively being blamed for inflicting such diseases on themselves, or at least for cultivating the mental states thought to trigger them" (Cleghorn, 2021, p. 95).

Mesmo com avanços médicos e científicos, a histeria continuou a funcionar como um mecanismo de deslegitimação epistemológica, mostrando como a ciência do século XIX podia reproduzir preconceitos profundamente enraizados. Em 1858, ainda no século XIX, o Parlamento Britânico passa o *Medical Act*, que garantia que a medicina era praticada apenas

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a4

por médicos qualificados. Isto foi uma limitação essencial para todo o conteúdo médico que temos atualmente, tendo em conta que as mulheres eram impedidas de receber educação na época.

Nessa mesma época, a histeria começou a ser atribuída a hábitos como a masturbação feminina. Os médicos concluíram que "any attention a woman paid to her own reproductive system and genital organs, had dire consequences for her physical and moral health" (Cleghorn, 2021, p. 112). Surge então a prática da clitoridectomia, que consistia na remoção total ou parcial do clitóris. Este procedimento deslegitimava o testemunho das mulheres e reforçava estereótipos sobre a sua suposta instabilidade emocional.

Outro método foi a *rest cure*, abordada publicamente por Charlotte Perkins Gilman em *The Yellow Wallpaper*, uma autobiografia. Gilman foi diagnosticada pelo seu marido médico com "slight hysterical tendencies" e o tratamento aconselhado foi confinamento social e proibição de "intellectual and creative activity" (Cleghorn, 2021, p. 153). O resultado era frequentemente a condução a uma deterioração da saúde mental, evidenciando que a interpretação médica desconsiderava completamente a experiência da paciente. Hoje em dia suspeita-se que Gilman na realidade havia sofrido de uma depressão pós-parto.

4.1. Psicanálise e Prolongamento do Estereótipo

Apesar da gradual desvalorização destes tratamentos, a histeria manteve-se no diagnóstico médico ao longo do século XX, reinterpretada por Freud e Breuer à luz da psicanálise:

> 'Hysterics,' Breuer and Freud concluded 'suffer mainly from reminiscences', memories that lingered in repressed from in the unconscious, only to return to the surface with a vengeance years later in the disguised form of symptoms. (Scull, 2009, pp. 137-138)

Apesar da psicanálise enfatizar a história de vida da paciente e a sua mente, que retirava o foco do diagnóstico do corpo feminino, os diagnósticos e análises continuavam-se a focar em mulheres. Mantinha-se a ideia de uma patologia de género e a exclusão do testemunho da mulher como sujeito epistémico. O diagnóstico de histeria ao longo dos séculos ilustra como a linguagem médica atua da forma performativa. Ao rotular a mulher como histérica, o médico não se limitava a descrever sintomas, mas produzia efeitos concretos sobre o corpo e a vida da paciente. A própria palavra "histeria" configurava e configura o que podia ser pensado, dito e

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a4

experienciado, reforçando a desvalorização do testemunho feminino e tornando explícita a injustiça epistémica.

5. Herança da Histeria na Medicina Contemporânea

Atualmente, o facto de que os impactos sociais da associação da histeria ao sexo feminino, e que a base desta patologia foram os aspetos fracos, inconsistentes e erráticos da mulher, permitiram que ainda hoje a comunicação científica e médica tenha esse preconceito, ainda que inconscientemente. Embora o diagnóstico de histeria tenha sido oficialmente abandonado, os seus pressupostos epistemológicos permanecem ativos na prática médica contemporânea.

Tal como mencionado anteriormente, é na década de 70 que o diagnóstico de "histeria" é oficialmente retirado da Classificação Internacional de Doenças, mostrando que é a partir daqui que a medicina se torna mais objetiva e baseada em evidências, acabando por substituí-la por *novas* patologias investigadas e nomeadas corretamente. No entanto, o padrão de desconfiança dirigido ao testemunho feminino mantém-se, sustentando a teoria da injustiça epistémica apresentada por Miranda Fricker.

Ao longo da história e graças ao modelo patriarcal da sociedade, o sexo feminino foi constantemente afastado do meio médico e científico, uma lacuna de inclusão que permitiu que a pesquisa científica se focasse no corpo masculino. A exclusão das mulheres dos estudos clínicos mostrou-se como sendo epistemológica e não apenas uma escolha metodológica, sendo frequentemente justificada pela alegada "instabilidade" do corpo feminino:

> Female bodies (both the human and animal variety) are, it is argued, too complex, too variable, too costly to be tested on. Integrating sex and gender into research is seen as 'burdensome'. It is seen as possible for there to be 'too much gender', and for its exclusion to be acceptable on the basis of 'simplification' (...). (Criado-Perez, 2019, p. 202)

Como explicado por Criado-Perez, na sua obra *Invisible Women*, a caraterização do corpo feminino como instável não resulta de uma análise neutra da variabilidade biológica, mas da eleição implícita do corpo masculino como o padrão epistemológico. Este padrão vai de encontro com a instabilidade associada ao diagnóstico de histeria, à associação da mulher como desequilibrada perante o padrão perfeitamente normal e controlado do homem. Foi apenas com o National Institutes of Health Revitalization Act, em 1993 nos Estados Unidos da América que esta realidade se alterou. Esta lei federal tornou obrigatória a inclusão de mulheres e minorias étnicas em estudos clínicos financiados pelo NIH, bem como a análise dos resultados por sexo,

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a4

sempre que cientificamente apropriado. O objetivo era corrigir esta exclusão sistemática e de acordo com Steinberg et al. (2021), nas últimas duas décadas no país americano, 99,2% dos estudos realizados fizeram, de facto, menção ao sexo.

Apesar do seu impacto normativo, a implementação do NIH Revitalization Act não eliminou automaticamente as assimetrias epistemológicas na prática clínica, uma vez que a inclusão formal não garante por si só o abandono ou transformação de pressupostos previamente enraizados. Na realidade, Criado-Perez menciona que, quando as mulheres são de facto incluídas em ensaios clínicos "they tend to be tested in the early follicular phase of their menstrual cycle, when hormones levels are at their lowest - i.e. when they are superficially most like men." (Criado-Perez, 2019, p. 204). Isto comprova que a variabilidade hormonal do corpo feminino continua a ser tratada como um ruído metodológico a ser controlado e não como uma dimensão biologicamente relevante, continuando a empobrecer os recursos interpretativos disponíveis para compreender a experiência corporal feminina na sua totalidade. O corpo feminino é considerado simultaneamente demasiado variável para produzir conhecimento, mas suficientemente estável para receber intervenções terapêuticas baseadas em dados incompletos.

À luz de Fricker, esta existência estrutural de injustiça epistémica hermenêutica manifestada através da ausência de dados adequados para compreender a experiência corporal feminina, conduz à gestão sintomática, sobretudo através de estratégias de contenção farmacológicas. De acordo com McGregor:

> Women are statistically more likely to be prescribed medications than men and are more likely to have prescriptions from multiple providers (...). Furthermore, women are more likely to have adverse reactions or interactions since most drugs are tested primarily (or even exclusively) on men. (McGregor, 2020, p. 70)

Neste contexto, não surpreende que as mulheres sejam mais frequentemente medicadas do que os homens, sobretudo com psicofármacos e analgésicos, numa lógica de contenção dos sintomas em vez de compreensão das suas causas. Evidências recentes indicam que a forma como profissionais de saúde interpretam a dor tem um viés de género profundo. Em Zhang et al. (2021) os observadores subestimaram a dor dos pacientes de sexo feminino em comparação com demonstrações de dor do sexo masculino, apesar de ambos os sexos terem relatórios idênticos. As mulheres foram também mais facilmente associadas a abordagens psicoterapêuticas, do que a intervenções analgésicas tradicionais. Este viés de percepção atua como um filtro epistémico: não molda apenas como a dor é compreendida, demonstrando um claro exemplo de injustiça epistémica testemunhal, mas influencia diretamente decisões

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a4

terapêuticas, contribuindo para que as mulheres recebam prescrições que podem não responder às causas subjacentes da dor.

5.1. Viés de Género no Diagnóstico Cardiovascular

De acordo com a *World Heart Federation* as doenças cardiovasculares são responsáveis por 30% das mortes de mulheres todos os anos, representando mais do que o dobro das mortes anuais em mulheres de todas as formas de cancro combinadas. Isto não é um resultado de apenas de uma combinação de fatores de risco como a menopausa, a gravidez, ou a maior prevalência de diabetes e obesidade, mas também deriva desta probabilidade estatística das mulheres serem receitadas e tomarem mais medicamentos do que os homens (Manteuffel et al., 2014).

Um fator de risco poucas vezes mencionado é o intervalo QT, um marcador eletrofisiológico associado ao risco de arritmias, que se apresenta, em média, mais prolongado nas mulheres do que nos homens. Como Criado-Perez explica:

> However, when such drugs are taken in combination over a period, the QT interval is increased to the point where the heart doesn't beat correctly after its elongated rest period. When this tipping point is reached, the heart just ... sputters out. (Criado-Perez, 2019, p. 202)

A diferença entre os corpos femininos e masculinos é mensurável, objetiva e conhecida, no entanto, o diagnóstico de doenças cardiovasculares permanece quase que inalcançável. A discrepância entre os sintomas apresentados pelas mulheres e o modelo clínico dominante conduz frequentemente à sua reinterpretação como manifestações de ansiedade, atrasando o diagnóstico e, muitas vezes, agravando o prognóstico. No início da sua obra *Sex Matters*, Alyson McGregor desenvolve um episódio no departamento de urgências no hospital em que trabalhava:

> Julie, the young woman I met that day, had visited her primary care doctor several times prior to coming to the emergency department and had also seen at least two other physicians in the previous forty-eight hours. She was experiencing discomfort in the region of her chest and shortness of breath that worsened markedly the more agitated she became. (...) Her other doctors had attributed Julie's symptoms to a combination of anxiety and stress to her heart due to her obesity. The vagueness of her descriptions when she talked about her symptoms, combined with her age and the fact that she had been clinically diagnosed with anxiety several years before, made her current discomfort seem like a no-brainer for her doctors. She was having panic attacks, and her weight was compounding the issue. End of story. (McGregor, 2020, pp. 15-16)

A autora desenvolve que os sintomas associados a enfartes do miocárdio em mulheres são muitas vezes descritos como atípicos e, de facto, a WHF confirma que muitas vezes a dor no peito (considerada um sintoma de reconhecimento da patologia), pode nem acontecer,

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a4

demonstrando sintomas como uma dor mais difundida, falta de ar, pressão ou aperto no peito. Estes sintomas são de facto associados com ansiedade, mas em grande parte dos casos (e tal como no caso da paciente descrito pela autora), quando o sofrimento feminino não encaixa nos modelos biomédicos dominantes, ele é psicologizado e a ansiedade surge como uma resposta interpretativa do modelo biomédico em reconhecer a especificidade da experiência feminina.

No fundo, a ansiedade, tal como a histeria no século XIX, funciona hoje, como uma categoria que absorve aquilo que a medicina não consegue explicar dentro dos seus modelos dominantes. Isto não acontece por uma completa falta de estudos, devido ao pequeno mas existente investimento, mas sim por causa de um viés clínico, histórico e social da mulher que foi construído ao longo dos séculos.

5.2. Subdiagnóstico do Autismo no Sexo Feminino

Além do diagnóstico de doenças cardiovasculares, a ansiedade atua também como um diagnóstico superficial que desvanece diagnósticos de neurodivergência, em concreto Perturbação do Espectro Autista (PEA). Em 2023, Dell'Osso e Carpita observam que, antes de chegar ao diagnóstico correto de autismo, as mulheres são frequentemente diagnosticadas com Perturbação de Personalidade Borderline, perturbações de comportamento alimentar, stress pós-traumático, depressão ou ansiedade. As autoras sublinham que critérios do DSM-5 ainda estão muito focados no fenótipo masculino, o que conduz a que as mulheres sejam diagnosticadas sobretudo quando apresentam sintomas que apresentem um alto comprometimento funcional ou apresentem sintomas considerados tipicamente masculinos. As autoras alertam para um risco de tratamentos inadequados, levando à toma de medicação não adequada e que não resolve a raiz do problema da paciente, conduzindo ao ciclo descrito ao longo dos últimos parágrafos.

6. Conclusão

Da cardiologia à psiquiatria, o que se observa não é a mera persistência de diagnósticos errados, mas a continuidade de uma lacuna hermenêutica estrutural. Ao converter o sofrimento feminino em patologia psicológica sempre que este transborda os limites do modelo biomédico androcêntrico, a medicina contemporânea perpetua a herança contextual da histeria sob o rótulo da ansiedade. Esta injustiça epistémica não decorre necessariamente de uma negligência dos profissionais de saúde, mas de um sistema científico que ainda trata a variabilidade feminina

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a4

como ruído e o corpo masculino como norma. Superar este cenário exige, portanto, mais do que empatia clínica; requer uma reestruturação profunda do investimento em investigação e uma descolonização do olhar médico sobre o corpo feminino.

https://doi.org/10.21747/978-989-9370-06-7/mul2a4

Referências bibliográficas

Cleghorn, E. (2021). *Unwell Women:* A *Journey Through Medicine and Myth in a Man-Made World.* Weidenfeld & Nicolson.

Criado-Perez, C. (2019). *Invisible Women: Exposing data bias in a world designed for men.* Penguin Books.

Dell'Osso, L., & Carpita, B. (2023). What misdiagnoses do women with autism spectrum disorder receive in the DSM-5? *CNS Spectrums, 28*(3), 269–270. https://doi.org/10.1017/S1092852922000037

Fricker, M. (2007). *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*. Oxford University Press.

Gilman, C.P. (2015). *The Yellow Wall-Paper*. Penguin Classics.

Manteuffel, M., Williams, S., Chen, W., Verbrugge, R. R., Pittman, D. G., & Steinkellner, A. (2014). Influence of patient sex and gender on medication use, adherence, and prescribing alignment with guidelines. *Journal of Women's Health*, *23*(2), 112–119. https://doi.org/10.1089/jwh.2012.3972

McGregor, A. (2021). *Sex Matters: How Male-Centric Medicine Endangers Women's Health and What We Can Do About It*. Quercus.

Parlamento Britânico. (s.d.). Witchcraft. UK Parliament. https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/private-lives/religion/overview/witchcraft/

Scull, A. (2009). *Hysteria: The Biography*. Oxford University Press.

Steinberg, J. R., Turner, B. E., & Weeks, B. T. (2021). Analysis of female enrollment and participant sex by burden of disease in US clinical trials between 2000 and 2020. *JAMA Network Open, 4*(6), e2113749. https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2021.13749

World Heart Federation. (2025). *World Heart Report 2025*. https://world-heart-federation.org/resource/world-heart-report-2025/

Zhang, L., Lu, X., Bi, Y., & Hu, L. (2021). Gender biases in estimation of others' pain. *The Journal of Pain, 22*(9), 1048–1059. https://doi.org/10.1016/j.jpain.2021.03.001

Biografias dos autores

Sujeto femenino y mercantilización del yo en la cultura digital: La escritura de Barbijaputa como espacio de indisciplina y resistencia

Ambra Pinello es Profesora Ayudante Doctora en la Università degli Studi di Palermo. Sus principales líneas de investigación son la poesía y la novela españolas contemporáneas, la traducción literaria y las relaciones entre cultura, prensa y poder, con especial atención a la percepción y narración mediática de la mujer. Co-directora de la red internacional MEMITÀ y redactora jefa de la sección de lingüística y literatura española e italiana de la revista científica *e-Scripta Romanica,* es también miembro del comité científico de las series editoriales de UniPAPress TransLitteræ y Memoria&Identità/Cultural& Linguistic Heritage y directora da la serie editorial Limen de la editorial Linea Edizioni. Entre las recientes publicaciones, el libro y *Scrittura letteraria e stampa di regime nella rivista bilingue italo-spagnola Legioni e Falangi/Legiones y Falanges (1940-1943)* (Peter Lang, 2020) y los artículos, en prensa y en volumen, "A contracorriente: cuestionamiento de los paradigmas dominantes y legitimación de lo diferente en la poesía de Gloria Fuertes" (*Verbeia*, 2025), "Del papel a la pantalla: la mujer en la prensa de María Brisso y en el entorno virtual de Barbijaputa" (Universidad Pontificia Bolivariana de Medellín, 2025), entre otros.

A representação das mulheres em discursos presidenciais portugueses e brasileiros

Glória Reis é licenciada em Ciências da Linguagem pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e bolseira do PCI no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), financiamento disponibilizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O maior interesse de pesquisa envolve o estudo da fonologia das línguas indígenas da América do Sul, em especial as línguas da família Tupi. Enquanto estudante, foi editora da revista ElingUP, a revista digital de linguística dos estudantes da Universidade do Porto, já foi bolseira do programa de iniciação científica da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal) e bolseira do programa de Novos Talentos da Fundação Calouste Gulbenkian. Já atuou profissionalmente na área de anotação semântica e, atualmente, possui o cargo de Assistente de Pesquisa do Doutor Dennis Albert Moore, no Museu Paraense Emílio Goeldi, onde trabalha diretamente com a investigação e documentação de línguas indígenas do Brasil.

Alexandra Guedes Pinto é Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; diretora da Licenciatura em Ciências da Linguagem; membro do Conselho Científico do Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos e do Doutoramento em Ciências da Linguagem; membro da Comissão Diretiva da Unidade de I&D Centro de Linguística da Universidade do Porto. Organizadora das Jornadas Internacionais de Análise do Discurso (JADIS) e diretora da Revista de Estudos do Discurso (REDIS). Membro da Direção da Associação Portuguesa de Retórica. Autora, coautora e organizadora de obras nas áreas dos Estudos do Discurso, da Pragmática e da Sociolinguística.

Pode a Timorense tomar a palavra? Um ensaio spivakiano sobre as (im)possibilidades da representação da mulher timorense

Joel Madeira Moreira é mestre em História na Katholieke Universiteit Leuven, Bélgica (2025/26), cujo trabalho se centra em Timor-Leste, na história colonial portuguesa e nas narrativas de género no património e na prática museológica. A sua experiência inclui investigação no Arquivo e Museu da Resistência Timorense, coordenando a iniciativa de história oral "As Vozes de Timor-Leste"; um estágio de investigação sobre o período final da abolição na Praia (1856–1867), no ISCTE; e a integração no Conselho Consultivo de Jovens do CAM/Gulbenkian. Apresentou comunicações em conferências em Portugal, Cabo Verde e Timor-Leste, e trabalhou como assistente de investigação no levantamento de campo do Programa Endangered Archives da British Library sobre manuscritos portugueses antigos em Timor-Leste. É licenciado em História Moderna e Contemporânea (ISCTE) e bolseiro "Novos Talentos" da Fundação Calouste Gulbenkian (2024–2025).

Injustiça epistémica na saúde do sexo feminino: O impacto de um desmerecimento histórico

Rafaela Sousa é licenciada em Filosofia na FLUP, tendo enriquecido o seu currículo académico com unidades curriculares das áreas da sociologia, relações internacionais e economia. Está atualmente a frequentar o mestrado em Filosofia, Política e Economia (FLUP/FEP), complementando o percurso académico com unidades curriculares do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Possui formação complementar em Direito e Deveres na Medicina Obstétrica e Ginecológica. A sua investigação incide sobretudo em epistemologia e filosofia da ciência, com principal atenção no tópico de injustiça epistémica na saúde da mulher, focando-se nas práticas clínicas e na produção de conhecimento médico.

Mulheres no Discurso
Women in Discourse

Volume II

Alexandra Guedes Pinto
Vanessa Gomes Teixeira Anachoreta
Xinxin Shi
Ana Sofia Meneses-Silva
Enio José Porfirio Soares
(organizadores)

Centro de Linguística da Universidade do Porto

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/00022/2025. https://doi.org/10.54499/UID/00022/2025